



EDITORIAL

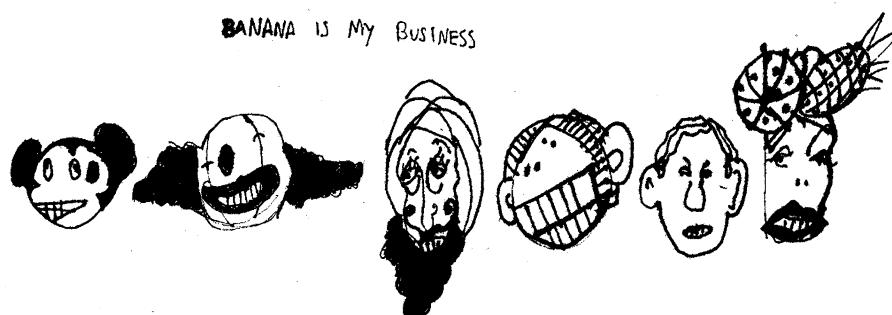
Os novos editores saúdam o público de leitores que se formou em torno da Revista Três [...] Pontos ao longo desses primeiros anos. Agradecemos às iniciativas e atitudes dos editores anteriores, que nos serviram de base, de inspiração, e como incentivo. Daremos continuidade ao empenho de ampliar esse espaço, mantendo o caráter acadêmico e sempre buscando qualificação e profissionalismo.

Os avanços na divulgação e distribuição da revista permitiram que ela se tornasse um indicador de algumas tendências de pesquisa e produção no nível da graduação em Ciências Sociais no Brasil – o que possibilita, em proporções mais modestas, vislumbrar o perfil dos sociólogos, antropólogos e cientistas políticos do futuro.

Para que se tenha uma noção da dimensão do processo de ampliação do reconhecimento da Revista Três [...] Pontos, verificamos que para a presente edição foram recebidos dezenas de artigos, cujos autores provinham de 17 Instituições de Ensino Superior, de 10 estados brasileiros, abrangendo as cinco regiões do país. Os pareceristas que contribuíram para a avaliação dos trabalhos pertenciam a 13 diferentes universidades brasileiras.

O que testemunhamos é, na realidade, o crescimento do interesse de graduandos em Ciências Sociais de todo o país por publicações. A Revista Três [...] Pontos pode ser encarada como um sintoma e como um estimulador desse processo. Os editores reconhecem e incentivam esse papel da revista. Mas queremos ir também um pouco além, incentivando que esses debates e discussões tomem um caráter mais amplo, tendo, por vezes, um fim em si mesmo, isto é, que visem à melhoria da qualidade da produção em nosso campo.

Por fim, agradecemos a todos aqueles que tornaram e continuam tornando possível a realização de nosso projeto, entre os quais destacamos o Centro Acadêmico de Ciências Sociais e os Departamentos de Ciência Política e Sociologia e Antropologia da UFMG, sem esquecer, claro, dos autores que submeteram a nós seus trabalhos e aos pareceristas que nos dispuseram de seu conhecimento, tempo e atenção. Além destes, gostaríamos de mencionar o apoio do diretor da FAFICH, professor João Pinto Furtado. Somos gratos não apenas pelo seu apoio financeiro, mas também pelo prestígio e pela confiança que nos foram conferidos. Ademais, devemos reconhecimento e admiração aos trabalhos de revisão dos resumos em língua inglesa das duas últimas edições, realizados pelos professores Antonio Fernando Mitre e Vera Alice Cardoso, professores do Departamento de Ciência Política.



A REVISTA TRÊS [...] PONTOS, revista do Centro Acadêmico de Ciências Sociais da Universidade Federal de Minas Gerais, é um periódico com publicação semestral, destinada a estimular a produção de conhecimentos científicos de graduandos e promover o debate teórico e empírico sobre os temas de interesse das Ciências Sociais. A REVISTA TRÊS [...] PONTOS é uma iniciativa de estudantes da UFMG e tem abrangência ampla e plural no que diz respeito a posições científicas e político-ideológicas. A REVISTA TRÊS [...] PONTOS publica artigos, resenhas e trabalhos artísticos inéditos que tenham passado pelo crivo de pareceristas anônimos designados pela comissão editorial.

EXPEDIENTE

REDAÇÃO

REVISTA TRÊS [...] PONTOS
Centro Acadêmico de Ciências Sociais
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas
Universidade Federal de Minas Gerais
Avenida Presidente Antônio Carlos, 6627. FAFICH/UFMG – Sala 3086.
Pampulha – CEP 31270-000. Belo Horizonte – MG. Telefone/Fax 31-3441-4603.
revistatrepontos@fafich.ufmg.br - www.fafich.ufmg.br/~revistatrepontos

EDITOR-EXECUTIVO:

Rogério Jerônimo Barbosa (Discente-UFMG)

EDITOR-ADJUNTO:

Frederico Batista Pereira (Discente-UFMG)

CONSELHO EDITORIAL:

Profa. Ana Lúcia Modesto (SOA-UFMG)
Bruno Nogueira Guimarães (Discente-UFMG)
Prof. Carlos Ranulfo Félix de Melo (DCP-UFMG)
Prof. Eduardo Viana Vargas (SOA-UFMG)
Martha Verônica S. Menezes (Discente-UFMG)
Profa. Marlise Matos (DCP-UFMG)
Raquel Guilherme de Lima (Discente-UFMG)
Prof. Renarde Freire Nobre (SOA-UFMG)
Profa. Tânia Quintaneiro (SOA-UFMG)
Tatiana Minardi (Discente-UFMG)

COLABORADORES:

Fabício Mendes Fialho (Discente-UFMG)
Guilherme Alberto Rodrigues (Discente-UFMG)
Mariana Magalhães Ferreira (Discente-UFMG)

CONSELHO CONSULTIVO:

Prof. Carlos Pereira (University of Michigan/EUA)
Prof. Cícero Araújo (USP)
Prof. Fábio Wanderley Reis (UFMG)
Prof. Gustavo Lins Ribeiro (UnB)
Prof. Ivan Domingues (UFMG)
Prof. Leonardo Avritzer (UFMG)
Profa. Maria de Lourdes Dolabella Pereira (UFMG)
Profa. Mariza Corrêa (Unicamp)
Profa. Neuma Aguiar (UFMG)
Prof. Pierre Sanchis (UFMG)
Prof. Renan Springer de Freitas (UFMG)
Prof. Solange Simões (University of Michigan/ EUA)

PROJETO GRÁFICO: Gilmar Campos

DIAGRAMAÇÃO: Tiago de Macedo (Ofício)

CAPA: Melissa Rocha

IMAGENS:

Melissa Rocha (págs: 3, 18, 22, 53, 54, 55)

FICHA CATALOGRÁFICA: Biblioteca Fafich-UFMG.

EDITORIA: O Lutador

IMPRESSÃO: Gráfica O Lutador

TIRAGEM: 500 exemplares

Circulação: maio de 2007.

Número publicado com recursos provenientes do Centro Acadêmico de Ciências Sociais, da Diretoria para Assuntos Estudantis e da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, todos da Universidade Federal de Minas Gerais.

OS CONCEITOS EMITIDOS EM ARTIGOS ASSINADOS SÃO DE ABSOLUTA E EXCLUSIVA RESPONSABILIDADE DE SEUS AUTORES. TODOS OS DIREITOS RESERVADOS. OS TRABALHOS PUBLICADOS NA REVISTA PODERÃO SER REPRODUZIDOS DESDE QUE CITADO O AUTOR E A FONTE.

Revista Três Pontos : revista do Centro Acadêmico de Ciências Sociais.
- Ano 4, n.1 (mar 2007 / ago 2007). - Belo Horizonte: O Lutador, 2007 - .

V. ; 30,5 cm.

Semestral

Editor: Centro Acadêmico e Ciências Sociais/UFMG

ISSN:1808-169X

1 Teoria social - Periódicos 2.Ciência Política - Periódicos 3. Sociologia e Antropologia
- Periódicos I. Universidade Federal de Minas Gerais. II. Centro Acadêmico de Ciências Sociais. III.Título



ÍNDICE

07

As organizações internacionais e seu papel no sistema internacional: Uma perspectiva construtivista

Maria Cristina Aires

15

Segregação urbana e reprodução das desigualdades sociais: Um estudo sobre os atuais bairros pobres urbanos e sua influência na trajetória de seus moradores

André Ricardo Salata

21

MST e Agroecologia: Discutindo propostas de mudanças

César Machado Vieira

27

"Jovens que soltam o som do céu na terra": Apontamentos etnográficos sobre um grupo de louvor

Elias Evangelista Gomes

35

As teorias da dependência no capitalismo contemporâneo

Augusto Wagner Menezes Teixeira Júnior

43

Teoria e ação política feminista contemporânea: O sujeito do feminismo e sua inclusão

Lucas Alves Amaral

Paula Pompeu Fiuza Lima

53

A emergência da AIDS e do TRIPS - Uma convergência alarmante

Pedro Stoeckli Pires

61

A condição de moradia na região metropolitana de Belo Horizonte, crise habitacional e o Estado:

Um olhar sobre o tema

Eliéser Ribeiro

Valéria Oliveira

RESENHAS

73

DESCOLA, P. Par-delà nature et Culture. Gallimard (Bibliothèque des Sciences humaines), 2006, 623p

Camila de Caux

As Organizações Internacionais e seu papel no sistema internacional: Uma perspectiva construtivista

Maria Cristina Aires

Recém-graduada em Ciências Sociais/UFGM

Palavras-chave:

Instituições Internacionais, Organizações Internacionais, Conhecimento Coletivo, Entendimento Intersubjetivo, Construtivismo, UNICEF.

Key Words:

International institutions, international organizations, collective knowledge, Constructivism, UNICEF.

RESUMO: Este artigo tem por objetivo a compreensão do papel das organizações internacionais no cenário internacional, a partir da contribuição teórica construtivista. Nesta perspectiva, estas se configuram como coalizões de interesses, refletindo princípios e normas compartilhados pelos atores e cristalizados ao longo do tempo. Assim, resultam de processos de institucionalização de normas e princípios, mas não são uma instituição propriamente dita, e sim a formalizam. Uma vez constituídas como canais de expressão de uma instituição, as organizações internacionais postulam regras e prescrevem comportamentos, visando à coordenação dos atores em torno de uma questão específica. Sendo assim, é realizada inicialmente uma discussão sobre as instituições internacionais, como meio para a compreensão do processo de formalização das organizações internacionais e, a partir disto, uma apresentação do papel e relevância das mesmas no sistema internacional. Por fim, um breve exemplo é fornecido de modo a compreender melhor o processo de formação de conhecimento coletivo compartilhado e ilustrar de forma mais clara o papel das organizações no cenário internacional, a partir do caso do UNICEF.

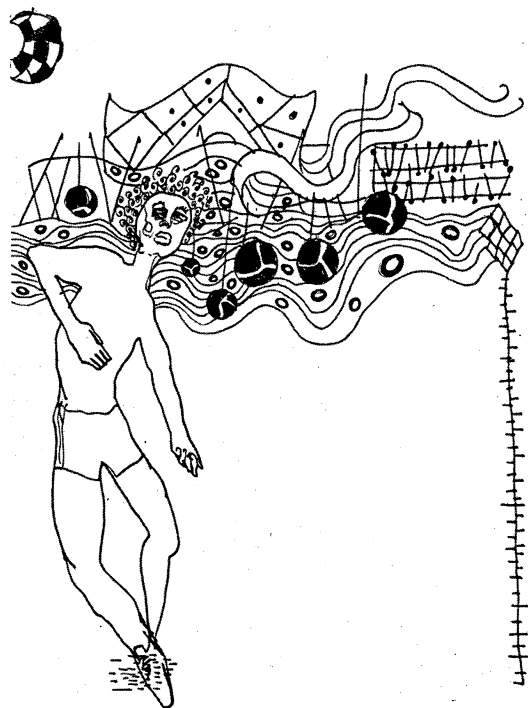
ABSTRACT: The essay aims at presenting the contributions of the constructivist approach to the study of international organization. According to this approach, international organizations represent interest coalitions and are shaped by shared normative principles. Given their prescriptive nature they become institutions. As such they rule over procedures concerning routine political behavior and the settlement of conflicts. The process of creation and consolidation of UNICEF is presented as an example of the rationale of the constructivist approach.

As Instituições Internacionais e seu Papel na Construção de Entendimentos Coletivos no Sistema Internacional

O papel das instituições internacionais e sua relevância com relação ao comportamento dos atores no cenário internacional têm sido objeto de análises e pesquisas ao longo dos últimos anos, desde a consolidação do estudo de Relações Internacionais como disciplina isolada. Algumas correntes teóricas, como o institucionalismo, o liberalismo e o funcionalismo, atribuem papel preponderante às instituições internacionais como facilitadoras do processo de cooperação, em função de seu impacto sobre os interesses dos atores no sistema. Outras abordagens, por outro lado, tendo como expoente máximo o realismo, conferem pouca relevância à capacidade de mudança promovida por estas instituições, bem como à possibilidade de cooperação e de solução de conflitos entre os atores.

A posição aqui adotada trata as instituições internacionais como atores importantes no sistema internacional, na medida em que expressam interpretações coletivas acerca da realidade e atuam como instâncias formadoras de identidades coletivas (MESSARI, 2003). Para entendermos melhor o papel das instituições no cenário internacional, é preciso compreender o próprio funcionamento do sistema internacional e as formas através das quais os atores interagem neste sistema.

Segundo a perspectiva construtivista, as estruturas fundamentais do sistema internacional são basicamente sociais, e não apenas materiais. A estrutura social internacional é entendida como um conjunto relativamente estável de recursos materiais distribuídos entre os atores, de práticas contínuas dos mesmos e de percepções formuladas acerca da realidade material que se apresenta. Esta estrutura estável permite, no entanto, a mudança das relações de poder e dos padrões de comportamento, na medida em que sua con-



figuração se estabelece através de um processo eminentemente dinâmico, já que se organiza a partir das interações dos diversos atores entre si e com a realidade material, interações estas, sujeitas a contínuas alterações¹. A formação destes padrões de ação se dá a partir da construção de significados, ou seja, da atribuição de valor e sentido ao mundo material, atribuição esta orientada pelas idéias, crenças e interpretações de cada ator. Este conjunto de atribuições representa os conceitos e as categorias utilizados pelos atores que, na medida em que são compartilhados, afetam os acontecimentos e o comportamento no sistema internacional. As relações sociais estabelecidas entre os atores a partir de suas práticas contínuas são, portanto, fundamentais para a formação do sistema internacional, e não apenas a distribuição de recursos materiais e capacidades (*capabilities*). Ou seja, os atores interagem de acordo com as noções e os valores interiorizados ao longo de seu processo histórico de formação, bem como em conformidade com as atribuições de significado conferidas a realidade material.

A partir do estabelecimento destas relações, forma-se o que os construtivistas chamam de entendimento intersubjetivo entre os atores. Esta intersubjetividade, como bem aponta Adler (1999), não se refere apenas ao somatório das crenças dos diversos atores, mas à formação de um conhecimento coletivo compartilhado, que torna as ações possíveis e deve influenciar o comportamento, na medida em que define as ações como apropriadas ou não. Ou seja, esta construção social de significados compartilhados opera como uma espécie de avaliação do comportamento, fazendo com que as ações sejam percebidas como concebíveis ou não. Como argumenta a antropóloga Mary Douglas (1998), o estilo de pensamento de uma coletividade introduz e treina a percepção deste grupo social acerca do mundo, produzindo uma determinada gama de conhecimentos. Segundo ela, é este "estilo de pensamento" que determina o que pode ser considerado razoável ou não, falso ou verdadeiro. Ou seja, o entendimento compartilhado por determinados atores é que atua como parâmetro para suas ações e tomadas de posição, orientando o comportamento. Temos, portanto que o entendimento intersubjetivo acaba por prescrever normas e regras, explícitas ou não, que estruturam o comportamento dos atores e orientam suas práticas sociais.

Partindo desta perspectiva, fica claro que a ação e a interação entre os atores no sistema internacional produzem e reproduzem as estruturas sociais de conhecimento compartilhadas formadas ao longo do tempo (WENDT, 1995). O sistema internacional é, assim, percebido como uma interação dupla entre atores e estrutura, na medida em que os valores e crenças compartilhados formam esta estrutura, ao mesmo tempo em que a estrutura molda o comportamento dos atores. O processo histórico de formação e transformação do conhecimento compartilhado vai definindo os interesses e o posicionamento contínuo dos Estados, formando suas identidades. Como aponta Stefano Guzzini (2003, p. 10),

"de acordo com os construtivistas, a identidade, assim como as idéias, não podem ser entendidas a partir de uma análise causal clássica, na medida em que estrutura e agência, bem como o conjunto de conhecimentos compartilhados e as identidades são co-constitutivas" (grifo meu).²

De acordo com a lógica construtivista, é justamente a partir da formação deste conhecimento coletivo compartilhado que podem se formar instituições no sistema internacional. Estas só existem na medida em que os atores sociais compartilham uma percepção coletiva acerca de determinadas idéias, sendo que estas ganham autoridade epistêmica, passando a integrar o padrão de entendimento coletivo³. Ou seja, quando certas atribuições de sentido ao mundo material são compartilhadas pelos atores, estas percepções se cristalizam no tempo e se institucionalizam. Isso ocorre na medida em que novas variáveis cognitivas, ou seja, de interpretação e percepção do mundo material são bem sucedidas na resolução de problemas e questões internacionais⁴. Desta forma, se expandem no sistema e se estabelecem como autoridade epistêmica e institucional⁵, passando a ser compartilhadas intersubjetivamente através das instituições e das práticas dos Estados (ADLER, 1999). Como aponta Stefano Guzzini (2003, p. 6), a compreensão das instituições se associa à "idéia fundamental de que as práticas sociais são o efeito do inter-relacionamento entre a construção social de sentido e a construção do mundo social"⁶. As instituições internacionais funcionam, portanto, como um canal de expressão do entendimento intersubjetivo compartilhado.

A partir de sua atuação no sistema internacional, as instituições apresentam ainda, além de seu caráter socializador, a possibilidade de construção de identidades coletivas, ou seja, que superam a exclusividade da identidade nacional, abrindo caminho para a construção de interesses alternativos por parte dos Estados envolvidos (MESSARI, 2003). De acordo com esta formulação teórica, não se limitam, portanto, a constranger o comportamento dos atores ou restringir as opções disponíveis, e sim atuam como possíveis canais de transformação da definição de interesses (HERZ & HOFFMANN, 2004, p. 76), na medida em que "é o processo de interação que explica a construção de identidades". Sendo assim, produzem novos entendimentos entre os atores, através da interação que promove entre eles, podendo reestruturar os interesses e alterar o processo de tomada de decisões, favorecendo o processo cooperativo.

Em suma, temos, portanto, que as instituições internacionais atuam como instâncias modificadoras de identidade e interesses, e como agências formadoras de normas relevantes, sendo que produzem, ao mesmo tempo em que re-produzem, o sistema internacional. Segundo João Pontes Nogueira (2003, p. 34),

1 Segundo Wendt (1995, p. 73), "as estruturas sociais apresentam três elementos: conhecimento compartilhado, recursos materiais e práticas" (Tradução livre de "Social structures have three elements: shared knowledge, material resources, and practices"). A partir disso, o autor afirma que as estruturas sociais são definidas em parte pelo entendimento compartilhado pelos atores acerca do mundo material, que irá conferir sentido à ação humana e, portanto, ao próprio uso destes recursos materiais, através da prática. A estrutura neste sentido, só existe como um processo contínuo.

2 Tradução livre de "According to constructivists, identity, like ideas, cannot be used in a classical 'causal' analysis, since structure and agency, the shared set of beliefs and identity are co-constitutive".

3 Neste sentido, o conceito de evolução cognitiva é crucial para a compreensão do processo de difusão de idéias no sistema internacional e do consequente estabelecimento de um determinado padrão de percepções, ou seja, do conhecimento coletivo compartilhado. Neste processo, atores (individuais ou sociais) introduzem novas interpretações da realidade que transformam ou ampliam o padrão de entendimento coletivo. Isto ocorre na medida em que novas variáveis cognitivas são aceitas, passando a orientar a percepção e, assim, constituindo novos entendimentos coletivos, que, como bem aponta Adler (1999, p. 228), "por sua vez moldam as identidades e os interesses, e consequentemente, as expectativas dos atores sociais". Na medida em que atuam sob as identidades e interesses dos atores internacionais, este novo entendimento passa a orientar as ações, se expandindo no sistema e ganhando, desta forma, autoridade epistêmica, através das instituições e dos próprios Estados. Ou seja, o novo entendimento passa a orientar o comportamento dos atores no sistema e se institucionaliza, na medida em que é incorporado pelas normas e princípios institucionais e pela prática estatal.

4 É importante ressaltar que nesta perspectiva, a capacidade de determinar o conjunto particular de interpretações e significados compartilhados que irão constituir as percepções, interesses e, em última instância, as próprias identidades dos atores, é o que determina o poder de um ator ou conjunto de atores na estrutura internacional. Na medida em que a realidade social se configura como um consenso no que se refere à atribuição de funções e significados ao mundo material, a capacidade de determinar este conjunto de percepções se relaciona de forma significativa ao poder conferido a este ator no sistema. Ou seja, a noção de poder, nesta lógica, está altamente vinculada à capacidade de impor como legítimo e válido um conjunto particular de interpretações, ou seja, um conhecimento coletivo compartilhado em torno do qual a realidade social se organiza (ADLER, 1999).

5 Adquirem autoridade no que se refere à determinação de práticas e comportamentos legítimos e aceitáveis ou não, bem como na determinação das percepções acerca do mundo material.

6 Tradução livre de "(...) fundamental idea that these practices are the affect of the inter-relationship of the social construction of meaning and the construction of the social world".

7 Os regimes são entendidos aqui, de acordo com a definição de Stephen Krasner: "Conjunto de princípios, normas, regras e processos de tomada de decisão implícitos ou explícitos, em torno do qual as expectativas dos atores convergem em uma determinada área das Relações Internacionais". ("Structural Causes and Regimes Consequences: Regimes as Intervening Variables". In, *International Regimes*, 1993).

8 Tradução livre de "A regime, with its associated organizations, is a 'specific' institution".

9 Onuf, citado por Herz e Hoffmann (2004, p. 76), aponta que "as regras proveem guias para o comportamento humano e permitem a existência de significados compartilhados". De acordo com esta formulação de Onuf, as orientações de comportamento e a existência de significados compartilhados ganham realidade através da linguagem e da interação entre os atores, sendo que este processo de construção é condicionado pela disponibilidade de recursos materiais dos diferentes atores envolvidos.

10 Tradução livre de "(...) understandings about cause-and-effect linkages about any set of phenomena considered important by society".

"As teorias construtivistas oferecem uma perspectiva inovadora sobre como as instituições podem influenciar a ação dos Estados na política internacional. Na verdade, o sistema internacional é concebido como uma densa rede de instituições que constituem e orientam os agentes, ao mesmo tempo em que são construídas pela ação individual e coletiva de tais agentes."

Os novos princípios orientadores podem se configurar como normas cristalizadas no tempo que orientam implicitamente o comportamento, ou como instituições formais, ou seja, regulamentadas por normas explícitas de conduta. Neste sentido, Haas (1990) afirma que as instituições se configuram como regimes internacionais⁷, enquanto as organizações internacionais, por outro lado, são agentes que estabelecem regras e determinam procedimentos para equacionar um conflito ou um problema específico.

Desta forma, as organizações internacionais representam coalizões de interesses dos Estados que refletem princípios e normas compartilhados, ou seja, um determinado regime internacional, em torno de uma questão ou conjunto de questões. As organizações, portanto, não criam as normas e princípios orientadores, apenas os refletem (HAAS, 1990). Sendo assim, resultam de processos de institucionalização de normas e princípios, mas não são uma instituição propriamente dita. Em outras palavras, as organizações internacionais formalizam, expressam uma instituição internacional. Em suma, como coloca o próprio Haas (1990, p. 173), "um regime, com suas respectivas organizações (internacionais), é uma instituição 'específica'"⁸

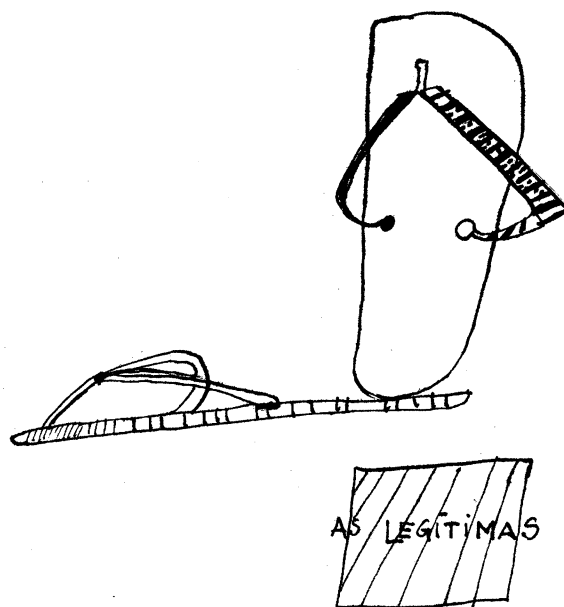
Organizações Internacionais: Um Canal de Expressão do Entendimento Coletivo

As organizações internacionais se constituem, então, como a expressão de um conjunto de normas e princípios cristalizados no tempo

que se orientam para a resolução de determinado problema. Sendo assim, não criam as normas e princípios, e sim postulam⁹ regras e prescrevem comportamentos a partir deste conjunto de valores partilhados, visando à coordenação dos atores em torno de uma questão específica. Constituem-se, portanto, através da construção de um conhecimento consensual, ou seja, de um conjunto de percepções e "entendimentos de relação de causa e efeito com relação a qualquer conjunto de fenômenos considerado importante pela sociedade"¹⁰(HAAS, 1990, p. 21). Assim, as organizações se estruturam a partir da formalização de um conhecimento compartilhado e construído socialmente, que determina a compreensão dos atores do sistema internacional e de suas interações, bem como a definição dos interesses de cada um deles, e atua no sentido de orientar não apenas o comportamento de seus membros, mas também de moldar sua visão de mundo.

Partindo desta concepção do sistema de Estados, fica claro que as organizações internacionais são entendidas como atores relevantes no cenário internacional, na medida em que expressam entendimentos coletivos acerca da realidade, ao mesmo tempo em que atuam como guias para o comportamento dos atores. A relevância destes organismos deriva, em grande parte, deste caráter socializador que o construtivismo lhes confere, uma vez que estabelece padrões formais de interação e de concepção do sistema internacional.

É justamente este processo social de formação das organizações, que passam a expressar entendimentos coletivos dos atores internacionais, que lhes confere legitimidade, na medida em que são construídas a partir de uma convergência no que se refere à construção social de significados. O fato de refletirem um entendimento intersubjetivo faz com que tenham certo respaldo por parte dos atores, já que não se constituem a partir de valores arbitrários ou negados pelos atores envolvidos no processo. Sendo assim, contam com relativa autoridade e com a possibilidade de atuar como orientadora



do comportamento, através da prescrição de normas e regras, calcadas no entendimento intersubjetivo que lhes apóia.

O caráter socializador destes organismos lhes confere ainda a possibilidade de coordenar a ação multilateral, na medida em que torna atuação dos atores mais homogênea e previsível. As organizações internacionais abrem, assim, espaço para uma interação cooperativa, já que prescrevem comportamentos, ao mesmo tempo em que moldam a percepção dos atores, podendo assim, gerar novos arranjos e a própria redefinição de interesses¹¹. Apresentam, portanto, uma possibilidade de promover a cooperação entre os atores, organizando as interações e estabelecendo certas convergências com relação a determinados temas e formas de intervir sobre as questões em pauta.

O crescente processo de globalização e interdependência entre os atores vem reforçando a relevância das organizações internacionais no que se refere a este papel de coordenar as ações e interações, já que a delimitação das fronteiras se torna cada vez mais tênue e as questões anteriormente domésticas ganham caráter supranacional. Surge uma nova gama de problemas transnacionais e torna-se necessária a coordenação entre os atores de modo a promover a cooperação. Esta nova configuração amplia seu espaço de atuação, bem como sua legitimidade, uma vez que as demandas por sua atuação vêm da própria sociedade internacional, quando a atuação isolada dos Estados se mostra insuficiente para equacionar determinados problemas.

Além disso, de acordo com as premissas e formulações da corrente construtivista, as organizações internacionais podem atuar no sistema internacional como fóruns, gerando um espaço de interação entre os diversos atores e promovendo, assim, a construção e reformulação de interesses e identidades. Estes fóruns atuam no sentido de promover o debate acerca de questões importantes, a circulação e consolidação de novas idéias e valores, a formação de conhecimento e até mesmo a redefinição de interesses. Desta forma, representam um mecanismo alternativo importante no sentido de promover o debate e a cooperação entre os Estados e outros atores, na medida em que podem contribuir para a redefinição de padrões de comportamento, bem como para a ampliação da agenda internacional. (HERZ & HOFFMANN, 2004).

É importante ressaltar que as organizações internacionais não adquirem autoridade supranacional sobre os Estados-membros e, como Herz e Hoffmann (2004, p. 26) argumentam, "a maior parte das decisões são recomendações, que somente serão implementadas se os Estados fizerem esta opção". As regras estabelecidas pelas mesmas representam, portanto, prescrições de comportamento, que nem sempre são de caráter obrigatório. O grande impacto destas organizações sobre as sociedades nacionais se dá, então, através da elaboração de regras que orientam o

comportamento de forma indireta, por tornarem certas condutas legítimas. Ou seja, as organizações promovem o respeito por determinadas normas na medida em que fazem com que os atores acreditem em sua validade e na importância de seu cumprimento, o que se dá através da criação de um sentimento de obrigação moral com relação àquelas regras. Estas diretrizes propostas passam a compor a cultura internacional, já que são pautadas por uma construção social e pelo entendimento intersubjetivo que informa aquela organização.

A partir disto, temos que a eficácia das organizações se associa exatamente ao grau de influência que seus princípios, normas e regras apresentam sobre os atores internacionais. A eficácia, portanto, não é entendida como na lógica institucionalista, segundo a qual uma organização só é eficiente se atende às demandas para as quais foi criada. O construtivismo argumenta que uma organização é eficaz quando o padrão de comportamento estabelecido por ela é tomado como referência pelos atores, independente se as regras sejam sempre cumpridas ou não. Ou seja, quando os princípios e normas que aquela organização expressa são considerados importantes pela sociedade internacional, e as regras advindas destes princípios são tomadas como referência pelos atores, a organização é eficiente, pois serve como parâmetro para a ação. Sendo assim, a noção de eficácia é relativamente abrangente e torna necessária a avaliação da medida em que as organizações internacionais são, de fato, relevantes para os atores no sentido de orientar sua conduta e sua percepção acerca do cenário internacional e sua dinâmica.

Em suma, de acordo com as premissas teóricas aqui adotadas, as organizações internacionais se configuram como atores relevantes no sistema internacional, na medida em que formalizam instituições através do estabelecimento de um conhecimento consensual. São entendidas como coalizões de interesses que apresentam uma formação social, a partir da intersubjetividade e da construção de um conhecimento coletivo compartilhado, como foi exposto anteriormente. Sendo assim, se constituem como agentes que formulam regras e provêm mecanismos direcionados à solução de problemas específicos, sendo que tal atuação é embasada em normas e princípios compartilhados pelos atores e expressos pela organização. Ao atuar como uma instância reprodutora de princípios e normas compartilhados e como formuladora de regras e processos decisórios que garantam a aplicação de tais princípios, as organizações desempenham, portanto, um papel de orientadoras do comportamento dos Estados.

UNICEF e o Processo de Formação das Organizações Internacionais via Conhecimento Consensual

Uma boa ilustração deste processo de formação de conhecimento consensual e do papel das

¹¹ Ao contrário da corrente institucionalista e do neo-realismo, que consideram que os interesses e preferências dos atores são exógenos aos mesmos e aos processos de interação, o construtivismo considera que os interesses são formados a partir de valores, individuais ou coletivos. Assim como o neo-realismo, o construtivismo afirma que os interesses orientam as ações, mas, ao contrário desta outra corrente teórica, não parte do pressuposto de que o interesse básico dos Estados é sempre o mesmo, a saber, a sobrevivência no sistema internacional. O interesse é entendido como elemento central da formação das identidades dos atores que, por sua vez, são condicionantes do comportamento. A formação de identidades estáveis no sistema é, portanto, fundamental para estabelecer certo nível de previsibilidade e de ordem no cenário internacional (HOPF, 1998).

organizações no sistema pode ser obtida por meio da análise do surgimento de alguns destes organismos no cenário internacional. O Fundo de Emergência das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), por exemplo, teve seu surgimento marcado por um período de significativa instabilidade internacional¹² e pelo início da formação de um consenso acerca da condição delicada da criança no mundo e da necessidade de normas especiais que garantissem à infância um tratamento adequado.

Com o aumento da pobreza no mundo, especialmente nos anos 80, os Estados do sistema internacional passam a voltar sua atenção para novas questões, como a evolução da desnutrição infantil e a precariedade das condições de saúde. Atores não-estatais, como ONGs e organizações da sociedade civil transnacional também passam a levantar novas questões e reascender antigos debates, demandando a atuação dos Estados e canalizando suas demandas via organizações do sistema internacional. Surgem novas percepções acerca da própria esfera econômica e uma série de estudos em torno do desenvolvimento e do papel da cooperação internacional neste sentido são desenvolvidos (TODARO, 1981). Além disso, o sistema internacional é marcado pelo surgimento e consolidação de novos atores (como organizações não-governamentais, organizações internacionais, atores transnacionais, entre outros) e pela redefinição de seu papel e importância nas diversas áreas temáticas. O monopólio da agenda pelo tema da segurança é rompido e nem todas as questões são mais entendidas como referentes apenas ao âmbito de atuação estatal. Este processo amplia não apenas o número de atores, mas também sua participação nos debates e arranjos internacionais. Neste contexto, o cuidado adequado e prioritário à situação mundial da infância surge como um tema recorrente e passa a ser percebido pelos diversos atores internacionais a partir de uma nova perspectiva, gerando discussões e propostas em torno da questão. É neste contexto de mudanças e revisão dos padrões de ação e pensamento que se insere o UNICEF, como uma organização que procura estabelecer um padrão internacional de percepção e de ação em torno da questão da infância.

Este processo foi acompanhado, ao menos teoricamente, pelo desenvolvimento e pela consolidação de valores, percepções e noções acerca da importância da assistência às crianças de todo o mundo, fazendo com que o tema da infância passasse a integrar a nova agenda internacional¹³. O que se supõe aqui, é que é este novo entendimento compartilhado pelos atores internacionais, sobretudo pelos Estados soberanos, e expresso nas novas organizações internacionais, que confere importância à organização da ONU e legitimidade aos seus posicionamentos. Como foi argumentado anteriormente, é a suposta validade de certas idéias e valores, ou a capacidade de determinados princípios e normas de solucionar problemas específicos, que possibilitam sua expansão no sistema internacional. Ou seja, esta difusão de novas idéias, valores, e práticas em torno do tema

da infância, impulsionado por novas demandas da sociedade internacional, se consolida e promove o estabelecimento de sua autoridade epistêmica, na medida em que seus princípios passam a ser compartilhados intersubjetivamente e expressos através das instituições e práticas estatais.

O UNICEF seria, nesta perspectiva, uma organização formada a partir de percepções coletivas acerca da importância da criança no mundo, buscando expressar esta nova gama de demandas e valores internacionais. O organismo representa, assim, uma instância que reflete, ao mesmo tempo em que difunde, princípios e práticas em torno do tema da infância, procurando estabelecer um padrão internacional em relação ao seu tratamento. Isto não significa dizer, no entanto, que os Estados estejam se adequando plenamente às proposições do organismo, mesmo porque este não apresenta poder de *enforcement* e suas normas se configuram como orientações de comportamento, ou que isto traria de fato resultados positivos. O que se pretende ressaltar é que a maior relevância do tema da infância e seu caráter intersubjetivo é que tornou possível a formação de um novo entendimento entre os atores acerca da importância dos cuidados com a criança, e sua formalização em uma nova organização internacional. Esta nova percepção é o que garantiria respaldo e legitimidade às ações e prescrições de comportamento da organização.

Segundo a percepção construtivista acerca do cenário internacional e da interação entre os atores, o que promove a adesão de Estados soberanos a este tipo de organização é exatamente a existência de expectativas intersubjetivas de resultados positivos. Ou seja, os Estados se uniriam em torno de práticas comuns na medida em que vislumbrem a possibilidade de que esta conduta facilite a cooperação para a melhoria da situação mundial da infância. O que se supõe aqui, portanto, é que a participação na organização internacional, no caso o UNICEF, promove uma interação entre os Estados soberanos, a partir da difusão de princípios e da padronização de práticas, facilitando a coordenação em torno do tema da infância e abrindo, assim, caminho para a cooperação internacional. A organização internacional atuaria, neste sentido, como uma arena que permite novos entendimentos entre os atores, bem como a construção de interesses alternativos e novas práticas por parte dos Estados envolvidos. Exemplos da atuação neste sentido são diversas as conferências promovidas pelo organismo, os relatórios anuais sobre a situação mundial da infância e os diversos programas financiados pelo UNICEF nos mais diversos países.

A transposição destes padrões e princípios orientadores para ações concretas e práticas estatais é o que concretiza as relações de cooperação, uma vez que os atores incorporam em suas ações contínuas e processos decisórios as regras gerais estabelecidas. Como argumenta Adler (1999), na medida em que se estabelece um entendimento intersubjetivo entre os atores, há uma convergência de valores, aumentando

¹² O organismo das Nações Unidas foi criado em dezembro de 1946 com o objetivo de prestar auxílio às crianças europeias vítimas da Segunda Guerra Mundial.

¹³ Esta inserção do tema da infância no centro da agenda internacional de desenvolvimento pode ser observada através da realização de uma série de Conferências nas décadas de 80 e 90, que colocavam o tema em pauta, bem como discutiam propostas para oferecer educação universal de qualidade, assim como pela promulgação, em 1989, da Convenção sobre os direitos da Criança.

do a possibilidade de cooperação entre eles. A partir desta perspectiva, a formação de valores comuns é entendida como um pilar fundamental da ordem internacional, e as organizações internacionais como parte fundamental neste processo. De acordo com Mary Douglas (1998), esta concepção da origem social do pensamento e do comportamento dos atores permite explicar o que outras teorias, em especial a teoria do comportamento racional, não conseguem, como a cooperação internacional entre os diversos atores no sistema.

É importante perceber que a validade e legitimidade da organização não se sustentam, nesta perspectiva, meramente em sua capacidade de impor as normas e regras geradas, mas na formação intersubjetiva dos princípios e valores que balizam estes padrões de conduta. A legitimidade passa pelo processo de participação e deliberação dos atores no plano internacional no processo de formação de um organismo, e não apenas pelo processo de tomada de decisões e de adesão ao mesmo. Além disso, sua eficácia, como apontada anteriormente, está vinculada à validade e relevância que os princípios e normas que aquela organização expressa adquirem no sistema, sendo tomadas como referência pelos atores e como parâmetro para a ação.

No Brasil, por exemplo, a atuação do UNICEF no campo educacional é ampla e dividida em diversos canais de atuação, desde a produção de pesquisas e estatísticas nacionais, até a realização de projetos locais. Através da realização e divulgação de estudos, bem como através da realização de campanhas locais, o UNICEF representa um mecanismo importante para a ampliação da agenda nacional com relação à educação. Estas iniciativas chamam a atenção para a importância de questões como a nutrição na primeira infância, a qualidade do ambiente de ensino, a capacitação dos educadores, a atenção para preconceitos relativos a gênero ou a diferentes etnias, a importância dos cuidados com a saúde, entre outras. Esta atuação abre espaço para o debate em fóruns de deliberação, promovendo a ampliação da agenda política nacional em torno do tema da infância.

Além disso, a formulação da legislação brasileira com relação ao tratamento da criança e do adolescente, o ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente), foi pautada diretamente pela Convenção sobre os Direitos da Criança, estatuto que orienta a atuação internacional do UNICEF. Desta forma, a própria elaboração do ECA expressa a assimilação por parte do Brasil dos princípios estabelecidos pelo organismo, ou seja, do conhecimento consensual construído e difundido por ele. As próprias ações governamentais, ao se guiarem pelo cumprimento da legislação, são orientadas, ao menos parcialmente, pelo conjunto de princípios, normas e percepções em torno do tratamento da infância difundidos pelo UNICEF no sistema internacional. A aceitação deste conhecimento consensual foi traduzida pelo Estado brasileiro em sua legislação, estabelecendo diretrizes e políticas específicas com relação ao tema, refletindo o caráter socializador do organismo.

De acordo com a avaliação do Governo Federal, contida no documento elaborado conjuntamente com o UNICEF, *Fazer Valer os Direitos*, o programa de cooperação entre o Estado brasileiro e o organismo internacional, *Direito de Ter Direitos*, desenvolvido entre os anos de 1994 e 2000, "desempenhou um papel importante na colocação dos direitos da criança na agenda política nacional, encorajando o Governo a adotar essa perspectiva como forma de implementar e conduzir políticas públicas voltadas para a criança e o adolescente" (2001, p. 7). As parcerias firmadas pela organização internacional, tanto no âmbito público quanto com agências privadas, contribuíram para a consolidação e expansão de diversos projetos, sendo que alguns deles se converteram em políticas públicas nacionais ou regionais, como o Pacto pela Educação em Minas Gerais, o Movimento pelo Direito à Educação no Rio Grande do Sul, entre outros. O UNICEF é apontado pelo Governo como um parceiro importante nos esforços nacionais, estaduais e municipais, tendo colaborado para a obtenção de resultados significativos no campo educacional¹⁴ (UNICEF, 2001). Percebe-se aqui, a atuação do organismo na coordenação dos atores nacionais para a promoção de práticas voltadas para a melhoria das condições da infância no país.

O estabelecimento de prescrições de comportamentos por parte do UNICEF, gerou, então, um impacto real na sociedade, na medida em que despertou ou fortaleceu o respeito por determinadas normas de conduta, que se tornaram legítimas. A colocação de questões na agenda pública, a mobilização da sociedade e a pressão sob o governo contribuíram para que certos princípios e normas fossem considerados válidos e importantes pelos indivíduos, criando um sentimento de obrigação moral com relação ao cumprimento das mesmas. Sendo assim, pode-se presumir que o organismo imprimiu sua concepção educacional não apenas sobre a legislação nacional, mas também, em certa medida, sobre as ações governamentais e as iniciativas da sociedade civil.

De modo geral, pode-se perceber, então, através das publicações do UNICEF e do posicionamento do governo com relação a sua atuação na sociedade brasileira, que o organismo atua de forma significativa no sentido de promover o debate acerca de questões importantes, a circulação e consolidação de novas idéias e valores, a formação de conhecimento e até mesmo a redefinição de interesses. O posicionamento do Governo, as iniciativas públicas e privadas realizadas com o apoio do UNICEF e a própria elaboração do ECA expressam, em certa medida, a efetividade na difusão da concepção educacional elaborada e defendida pelo organismo.

Conclusão

Uma série de mudanças ocorridas no cenário internacional nos últimos anos contribuiu para a ampliação da agenda internacional, abrindo espaço para a discussão de novos temas e questões.

¹⁴ De acordo com o documento citado, observaram-se melhoras no acesso ao ensino fundamental, um aumento na taxa de permanência na escola e a diminuição nas taxas de reprovação. Entre 1994 e 1999 a taxa de escolarização, por exemplo, subiu de 87,5% para 95,4%. Além disso, o Unicef teve uma atuação crucial no lançamento da campanha nacional para a retirada de crianças dos lixões, que promoveu a retomada de cerca de 40000 crianças à escola até o final de 2001.

Neste contexto, as organizações internacionais ganharam maior relevância, tanto em termos numéricos, como no que se refere a sua atuação nas diversas áreas temáticas no cenário internacional. Sendo assim, buscou-se neste artigo realizar uma breve análise do papel destas organizações no sistema internacional, a partir de uma perspectiva construtivista, que nos permite compreender mais amplamente as possibilidades de atuação das mesmas.

De acordo, portanto, com as premissas adotadas, as organizações internacionais são entendidas aqui como atores importantes no cenário internacional, uma vez que representam um canal de expressão dos entendimentos coletivos construídos no sistema. Como foi argumentado, as organizações se constituem através da formalização de uma instituição internacional que, por sua vez, representa o conjunto de interpretações coletivas compartilhadas acerca da realidade. É exatamente este entendimento compartilhado pelos atores que torna as interações possíveis, uma vez que fornece o quadro de referência para o comportamento, tornando as ações apropriadas e concebíveis ou não. Desta forma, o entendimento intersubjetivo acaba por prescrever normas e regras, não necessariamente explícitas,

que estruturam o comportamento dos atores e orientam suas práticas sociais. Estes princípios norteadores podem se configurar como normas implícitas que orientam o comportamento ou se estabelecer por meio da elaboração formal de regras e procedimentos voltados para a equação de um conflito ou problemas específicos. Na dinâmica deste processo é que se formam e emergem as organizações internacionais.

Uma vez estabelecidas, as organizações internacionais postulam regras e prescrevem comportamentos a partir deste conjunto de valores partilhados, visando à coordenação dos atores em torno de uma questão específica. A partir desta atuação, estabelecem certos padrões de comportamento, transmitindo aos Estados um conjunto de princípios e normas que irá condicionar a prática e as percepções dos atores no sistema internacional. Podem atuar ainda como fóruns de debate, possibilitando a circulação e consolidação de novas idéias, valores e interesses. Neste sentido representam um mecanismo importante na difusão de concepções sobre os mais diversos temas, contribuindo para a ampliação da agenda internacional e podendo, inclusive, promover a redefinição de percepções e padrões de comportamento.

Submetido em 27/02/2007
Aprovado em 26/04/2007

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ADLER, Emanuel. (1999), "O Construtivismo no Estudo das Relações Internacionais". *Lua Nova*. 47.
- ALVES, José Augusto Lindgren. (2001), *Relações Internacionais e Temas Sociais*. Brasília, Instituto Brasileiro de Relações Internacionais.
- BENNET, Leroy. (1995), *International Organizations*. New Jersey, Prentice Hall.
- BRASIL. *Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei n. 8.069, de 13 de junho de 1990*. <<http://www.unicef.org/brazil/eca.htm>>. Acessado em 20 de Outubro de 2005.
- BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. (2004), *Diretrizes para o Desenvolvimento da Cooperação Técnica Internacional Multilateral e Bilateral*. 2ª edição, Brasília, Agência Brasileira de Cooperação.
- COX, Robert W. (2000), "Rumo a uma Conceituação Pós-Hegemônica da Ordem Mundial: Reflexões sobre a Relevância de Ibn Kaldun", in James Rosenau & Ernst-Otto Czempiel (orgs), *Governança sem Governo - Ordem e Transformação na Política Mundial*, Brasília, Editora Universidade de Brasília.
- DOUGLAS, Mary. (1998), *Como as instituições pensam*. São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo.
- GUZZINI, Stefano. (2003), *Constructivism and the Role of International Institutions in International Relations*. Copenhagen, Copenhagen Peace Research Institute.
- HAAS, Ernst B. (1990), *When knowledge is power: Three Models of Change in International Organizations*. Berkeley, University of Califórnia.
- HERZ, Mônica & HOFFMANN, Andrea Ribeiro. (2004), *Organizações Internacionais: História e Práticas*. Rio de Janeiro, Campus.
- HOPF, Ted. (1998), "The promise of constructivism in international relations theory". *International Security*, 23, 1.
- KRASNER, Stephen D. (1993), "Structural Causes and Regime Consequences: Regimes as Intervening Variables", in Stephen D. Krasner (org), *International Regimes*, Ithaca and London, Cornell University Press.
- KRATOCHWIL, Friedrich & RUGGIE, J. Gerard. (1986), "International Organization: A State of Art on an Art of State". *International Organization*. 4, 4, Autumn.
- LAMAS, Bárbara et al. (2001), "Tema da Infância, Regimes e Governança Global". *Revista Fronteira*. Belo Horizonte, 1, 1:15-35, Novembro.
- MESSARI, Nizar. (2003), "Segurança no pós-Guerra Fria: o papel das instituições internacionais". in Paulo Luiz Esteves (org), *Instituições Internacionais: segurança, comércio e integração*, Belo Horizonte, PUC Minas.
- NOGUEIRA, João Pontes. (2003), "Instituições e Governança Global na Teoria das Relações Internacionais: Um Breve Panorama da Evolução dos Debates nas Teorias Convencionais". in Paulo Luiz Esteves (org), *Instituições Internacionais: Segurança, Comércio e Integração*, Belo Horizonte, PUC Minas.
- TODARO, Michael P. (1981), *Economic Development in the Third World*. 2ª Edição, New York, Longman.
- WENDT, Alexander. (1995), "Constructing International Politics". *International Security*, 20.
- YOUNG, Oran. (2000), "A Eficácia das Instituições Internacionais: Alguns Casos Difíceis e Algumas Variáveis Críticas". in James Rosenau & Ernst-Otto Czempiel (orgs), *Governança sem Governo - Ordem e Transformação na Política Mundial*, Brasília, Editora Universidade de Brasília.
- UNICEF. (1980), *Unicef no Brasil: Ontem, Hoje e Amanhã*.
- _____. (1990), *Situação Mundial da Infância: 1990*. Brasília.
- _____. (2001), *Fazer Valer os Direitos*.
- _____. (2002), *Situação Mundial da Infância: 2002*. Brasília.
- _____. (2004), *Situação Mundial da Infância: 2004*. Brasília.
- _____. (2005), *Unicef no Brasil*. Brasília.

Segregação urbana e reprodução das desigualdades sociais: Um estudo sobre os atuais bairros pobres urbanos e sua influência na trajetória de seus moradores

André Ricardo Salata

Graduando em
Ciências Sociais/
UERJ

Palavras-chave:
Segregação, mobilidade, reprodução, desigualdades

Key Words:
Social segregation, social mobility, social inequality.

RESUMO: A partir da década de setenta o capitalismo sofreu profundas transformações em sua organização produtiva; o Fordismo, baseado na produção em série, deu lugar ao Toyotismo, que preza pela flexibilização produtiva. Concomitantemente, o estado de bem-estar social foi abalado pelo avanço de governos neo-liberais. Como resultado dessas mudanças, o padrão clássico de segregação urbana, que se traduzia na oposição entre centro rico e periferia pobre, vem se modificando de modo que os tradicionais bairros operários perdem espaço para “novas” localidades da pobreza urbana. O presente artigo tem o objetivo de explorar a maneira como esse tipo contemporâneo de bairro popular influencia o comportamento dos indivíduos e suas trajetórias de vida. Para tanto, constrói-se uma análise baseada, principalmente, nos teóricos Bourdieu e Kztzman, além de utilizar dados empíricos coletados através de um estudo etnográfico.

ABSTRACT: The gradual transformation of the capitalist organization culminating in the flexible modes of production popularized since the nineteen-seventies gave way to major changes in the geography of poverty in urban areas. The old workers neighborhoods gave place to new patterns of social exclusion related to new spatial distribution of slums dwellings. The essay aims at exploring the influences of these conditions on the life chances of the dwellers. The analytical framework is based on concepts and hypotheses developed by Bourdieu and Kztzman. Empirical data come from ethnographic studies.

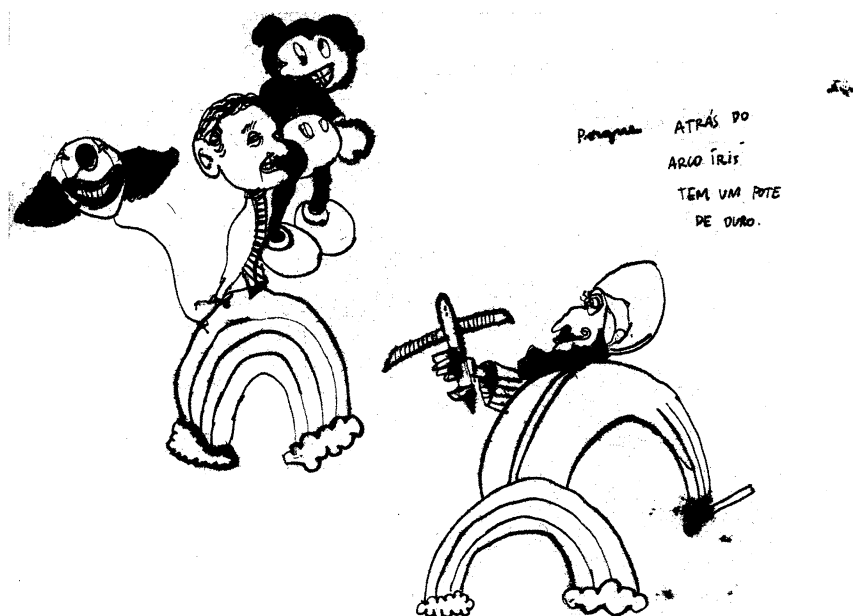
A crise no mercado formal de trabalho iniciada no fim dos anos sessenta, ao lado da diminuição do papel do estado dentro da sociedade, acarretou uma série de consequências, dentre elas uma mudança no padrão de segregação urbana. Se da década de trinta até meados da década setenta tínhamos o clássico modelo de centro rico e periferia pobre, nas últimas décadas vem se construindo uma nova forma de segregação onde podemos observar “a difusão da pobreza por todo tecido metropolitano do Rio de Janeiro, através da retomada do crescimento das favelas tanto nas áreas centrais quanto nas periféricas” (LAGO, 2000, p. 15), ao mesmo tempo em que “a periferia se tornou socialmente mais heterogênea ao abrigar novos espaços residenciais e comerciais destinados às camadas médias” (LAGO, 2000, p. 15). Faz-se presente, então, uma nova modalidade de segregação, onde há uma maior proximidade espacial entre ricos e pobres; mas, ao mesmo tempo, e como consequência dessas mudanças, emerge um processo que torna esses espaços exclusivos a seus moradores, seja por meio dos muros (no caso dos condomínio fechados e *shoppings*), seja por meio da violência e do medo (no caso das favelas).

O padrão de acumulação fordista, característico do pós-guerra, se dava através da produção em série, onde os trabalhadores tinham contra-

tos duradouros e formais com as empresas nas quais exerciam sua profissão. Quase toda produção ficava concentrada em uma única localidade; da mesma forma, os operários também trabalhavam todos próximos uns dos outros, exercendo atividades extremamente especializadas dentro de uma mesma linha de montagem. O estado, por sua vez, garantia o cumprimento dos contratos e das leis trabalhistas; procurava também intervir economicamente a fim de manter as taxas de crescimento, seja investindo em infra-estrutura ou na previdência social.

Todo esse padrão de organização da produção levou ao surgimento do operário massa. Concentrados em um mesmo território, onde ficavam trabalhando por muito tempo, e ganhando salários semelhantes, os trabalhadores criavam uma identidade coletiva, um padrão de vida e uma maneira de estar no mundo – *ethos* – no qual quase todos se inseriam. Essa identidade coletiva operária se espalhava por diversas áreas, dentre elas: na maneira de se vestir, nos projetos de vida, no gosto musical e artístico em geral, no modo de falar, no vocabulário, e é claro, no local de moradia.

Diante do quadro de crescimento econômico que se fazia presente àquelas décadas do pós-guerra até os anos setenta, milhares de migrantes vinham do campo ou de regiões menos desenvolvidas até a “cidade grande”, atraídos



pela demanda de empregos nos grandes centros: Segundo Lago (2000), somente na década de cinquenta, o município do Rio de Janeiro recebeu 714.750 migrantes, em sua maioria vindos de outros estados, principalmente do nordeste brasileiro. Como já foi dito, os operários tinham todos contratos muito semelhantes e, portanto, salários também parecidos, além de uma identificação coletiva bastante forte que os levava a irem morar nos mesmos bairros; formavam-se assim os tradicionais bairros de trabalhadores. Eram localidades que contavam com uma considerável coesão interna – devido à semelhança entre os moradores –, forte ética do trabalho, e um projeto de vida coletivo.

Mas em meados dos anos setenta esse quadro começou a mudar. O fordismo foi substituído, principalmente, pelo toyotismo, uma nova forma de organização da produção que se baseia na flexibilidade. O Toyotismo nasceu na fábrica da Toyota, no Japão, após a segunda guerra mundial, e se diferencia do Fordismo pelos seguintes traços: é uma produção mais vinculada à demanda, se tornando por isso mais individualizada e heterogênea; se estrutura de forma mais flexível, o que possibilita a um mesmo operário trabalhar em diversas máquinas ao mesmo tempo, assim como fabricar produtos distintos dentro de uma mesma linha de montagem; suas empresas adotam uma estrutura horizontalizada, de maneira que cada empresa seja responsável apenas por uma etapa dentro da linha de montagem; por fim, o Toyotismo utiliza em suas matrizes, mão-de-obra qualificada, ao mesmo tempo que quanto mais nos afastamos do núcleo, mais precarizado se torna o trabalho, sendo realizado por meio de mão-de-obra terceirizada, temporária e sub-empregada. (ANTUNES, 1999, p.54-57). O estado por sua vez, antes ativo tanto socialmente quanto economicamente, perde força e entrega ao mercado grande parte de suas antigas funções; o controle da economia e a previdência social passam a obedecer à lógica do mercado.

Diante deste novo quadro a classe trabalhadora, se é que ainda podemos utilizar esse termo¹,

perde sua identidade comum. Sub-empregada, autônoma, terceirizada, sem contratos de trabalho fixos, a classe que vive do trabalho, principalmente nos países subdesenvolvidos, se torna uma massa disforme, irregular, e heterogênea. Em função de sua nova forma de se inserir dentro da estrutura produtiva, mesmo em contextos de crescimento econômico os trabalhadores não são beneficiados. Assim, os antigos bairros operários vão pouco a pouco desaparecendo, e no lugar deles se fortalecem as localidades dessa nova pobreza urbana, a principal delas – no caso da cidade do Rio de Janeiro – sendo as favelas. Habitadas por indivíduos que exercem profissões completamente heterogêneas – em sua grande maioria sub-empregados ou autônomos –, e sofrendo com profunda carência de serviços básicos que deveriam ser providenciados pelo estado, essas localidades não oferecem os mesmos benefícios que os antigos bairros de trabalhadores ofereciam, como mostrarei adiante.

Pretendo mostrar neste artigo como esse novo padrão qualitativo de segregação influi na reprodução das desigualdades sociais. Para tanto, primeiramente, é preciso entender a pobreza não apenas como a carência de recursos materiais, mas também como a deficiência de ativos que permitirão aos indivíduos se manter ou ascender socialmente. Segundo a definição de Katzman (1999, p. 18), ativos são

“todos os recursos que um lugar possui, tangíveis ou intangíveis, cuja mobilização permite o aproveitamento das estruturas de oportunidades existentes em um momento, seja para elevar o nível de bem-estar ou para mantê-lo diante de situações que o ameacem.”

Esses ativos não estão distribuídos igualmente dentro da sociedade; cada localidade proporcionará aos seus moradores determinados tipos e quantidade de ativos que poderão não ser en-

¹ Antunes, em “Sentidos do Trabalho” utiliza o termo “classe que vive do trabalho”, o qual considero mais adequado nos dias atuais.

contrados em outros locais. Analisarei, baseando-me principalmente nos sociólogos Kaztman e Bourdieu, as diferenças entre os antigos bairros operários e os “novos” bairros pobres urbanos em relação à posse ou não desses recursos, e a maneira como isso vai influenciar na capacidade de seus moradores de ascender socialmente.

Bourdieu utiliza o conceito de *habitus* para explorar a relação entre a estrutura social e os indivíduos, permitindo adotar uma postura que leve em conta, ao mesmo tempo, o livre-arbítrio e o papel das estruturas supra-individuais. O *habitus* diz respeito aquilo que é subconsciente no comportamento individual, tudo que fazemos e pensamos sem refletir, que já está tão internalizado em nossas mentes e corpos que nem pensamos a respeito; ele está na maneira de falar, de andar, nos valores, nas opiniões, na maneira de se comportar e etc; ele é o modo como os indivíduos internalizam a posição que ocupam dentro da estrutura social – é a subjetivação da objetividade. Por isso o *habitus* geralmente diz respeito a uma classe ou a um grupo. Poderíamos, por exemplo, falar de um *habitus* burguês, operário, de moradores de favela, de habitantes de bairros de elite e etc. Segundo Bourdieu (1991, p. 165), “se o habitat contribui para fazer o hábito, o hábito contribui também para fazer o habitat através dos costumes sociais mais ou menos adequados que ele estimula a fazer”. Ou seja, o *habitus*, ao mesmo tempo em que é influenciado pelo espaço de moradia, também influencia esse espaço, formando um ciclo vicioso.

Kaztman e Filgueira (2001) elaboram interessantes tipos ideais de bairros latino-americanos; dentre eles estão os antigos bairros operários (presentes nas décadas de crescimento econômico do pós-guerra) e os atuais bairros pobres urbanos (típicos das duas últimas décadas). Mesmo que em alguns pontos a presente descrição não seja exatamente fiel à realidade brasileira ela pode nos ajudar, e muito, a entender as transformações urbanas ocorridas nos últimos anos.

Dentro dos antigos bairros de trabalhadores circulava um *habitus* bastante distinto da favela. Neles os indivíduos viam o trabalho como algo dignificante, e principal meio de ascensão social. Valorizavam também um projeto de vida, tanto a nível individual quanto coletivo; e prezavam pela participação política como meio de atingir as metas coletivas. Agora, nas favelas, a ética do trabalho não se faz mais presente, de modo que a atividade do labor não é mais reconhecida como capaz de proporcionar grandes mudanças nas trajetórias individuais; da mesma forma, a ideia de projeto de vida é descartada por não fazer mais sentido dentro de um mercado de trabalho tão fluido. Devido à descrença em relação à capacidade e à vontade do estado e dos políticos em resolver os graves problemas desses locais, seus moradores adotam uma postura bastante indiferente em relação à política; como não se reconhecem mais como uma classe, e por isso perdem sua identidade comum, a ideia de objetivos coletivos também cai em descrédito.

Essas transformações de valores – *habitus* – dentro dos antigos e dos novos locais de moradia dos trabalhadores urbanos só fez dificultar a mobilidade social dos mesmos, funcionando como um verdadeiro “cimento das desigualdades” (KAZTMAM, 2001, p. 22). Mas não são apenas as mudanças de *habitus* responsáveis por isso; a distribuição de capitais sociais, culturais e materiais – conceitos que são trabalhados tanto por Kaztman quanto por Bourdieu – também se alterou profundamente.

Os tradicionais bairros de trabalhadores eram espaços habitados predominantemente por operários, pessoas que tinham um trabalho, que possuíam contatos nesse trabalho, e que tinham algum nível de escolaridade e conhecimento necessário para alcançar seus postos. Inseridos numa economia desenvolvimentista, de produção em massa, com taxas de crescimento consideráveis, e protegidos por contratos de trabalho sólidos, aqueles operários tinham condições de sustentarem suas famílias de forma razoável. Ao mesmo tempo, em função dos serviços estatais presentes naquele momento, essas famílias podiam contar com a escola pública para instruir seus filhos de maneira adequada. Um filho de operário, então, podia estudar em uma escola de qualidade, e contava com um local de moradia que o possibilitava estudar em casa também. Em seu bairro, contava com exemplos exitosos de indivíduos que conseguiram conquistar parte de seus objetivos por meio do trabalho, o que levava à assimilação de uma ética do trabalho, enxergando esta atividade como aquela capaz de realizar seus desejos. Como todos exerciam profissões bastante semelhantes, havia uma coerção interna considerável dentro daquelas localidades, o que inibia condutas desviantes. As famílias também eram compostas por operários com algum grau de formação, gerando um clima cultural dentro das suas casas que valorizava um projeto de vida baseado nos estudos e no trabalho. Enfim, como a grande maioria dos adultos estava empregada, podiam fornecer contatos pessoais importantes para a carreira dos mais jovens, facilitando sua entrada no mercado de trabalho.

Como já mencionei, estou me baseando em tipos ideais² construídos por esses dois autores – Kaztman e Filgueira (2001) –, já que o quadro descrito anteriormente não poderia ser encontrado de forma tão exata na realidade. Trata-se de um recurso heurístico que possibilita uma melhor comparação entre esses dois casos: os antigos bairros operários e as favelas³. Por isso devemos relativizar as descrições expostas e tratá-las como recursos que nos ajudam a entender diferentes realidades, e não como a própria realidade em si mesma.

Habitadas por desempregados, sub-empregados e autônomos, as favelas apresentam uma realidade muito distinta daquela. Ela não fornece os ativos materiais necessários a um projeto de vida exitoso: suas casas não são adequadas para prática do estudo, e os serviços sociais básicos – dentre eles, a escola – são precários. Quanto ao

² Utilizo essa expressão em seu sentido weberiano, onde tento enfatizar as principais características daquela localidade, descrevendo um quadro que não se encontra na realidade, mas que é de extrema importância heurística.

³ Quando falo em favelas, me refiro a um recorte específico que se refere a estas localidades a partir dos anos oitenta.

capital cultural, também há muitas deficiências; as famílias não são mais compostas por trabalhadores que valorizam o estudo e o trabalho como principais meios de ascensão social, e suas casas não contam mais com um clima cultural adequado. Os exemplos exitosos agora provêm de pessoas que se utilizam de meios ilícitos para alcançar seus objetivos; a coesão interna é fraca, e pouco pode fazer a fim de inibir esses comportamentos ilegais. Como não têm um trabalho fixo, os adultos não contam com redes de contato amplas e capazes de facilitar a entrada dos jovens no mercado de trabalho.

Toda essa série de diferenças descritas vai contribuir para dificultar a ascensão social dos novos pobres urbanos. Como nos faz lembrar Kaztman (2002, p. 40), a deficiência de ativos em uma etapa da vida vai prejudicar a capacidade do indivíduo acumular outros ativos futuramente. Um indivíduo nascido dentro de uma família de desempregados, morando em uma localidade como a descrita no segundo caso, vai ter uma série de deficiências de recursos desde a sua primeira infância, o que vai impossibilitá-lo de conseguir outros ativos quando for mais velho, e assim por diante, formando um processo cumulativo que culminará na reprodução das desigualdades sociais. Por exemplo, ao não contar com um clima cultural adequado em seu local de moradia, a criança poderá ter sérias dificuldades em aproveitar os ativos fornecidos pelas escolas, o que por sua vez irá dificultar a sua entrada no mercado de trabalho formal. Cria-se assim um ciclo vicioso do qual dificilmente os indivíduos nascidos nessas localidades conseguirão se livrar: filhos de ricos provavelmente serão ricos, e crianças nascidas nesse contexto de pobreza provavelmente continuarão pobres.

Com o objetivo de ilustrar melhor tudo que foi dito até aqui, falarei sobre o trabalho de campo que realizei durante os últimos meses para uma pesquisa do IPPUR – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional –, na qual pretende-se explorar justamente as conexões entre segregação urbana e a reprodução das desigualdades sociais⁴. Em Setembro do ano passado comecei um estudo etnográfico em uma escola municipal localizada no Leblon – RJ. Trata-se de uma escola modelo, com uma excelente infra-estrutura e condições físicas muito boas, que chegam a chamar a atenção de quem passa pelo local. Pelo que pude perceber, é um colégio disputado pelas famílias de crianças que moram nas favelas próximas, principalmente Rocinha e Vidigal. Alguns alunos moram em bairros como Ipanema, Gávea, ou no próprio Leblon, mas a maioria esmagadora é proveniente daquelas duas localidades.

Meu foco estava na turma de quarta série, na qual fiz diversas observações ao longo desse tempo. Através dessas observações pude perceber quais alunos se destacavam, tanto positivamente quanto negativamente, dentro da sala. Meu objetivo era selecionar alguns destes para fazer estudos de caso, visitando suas casas e entre-

vistando seus responsáveis. Nesse processo de seleção também contei com a ajuda da professora, que me indicava os alunos com melhores e piores desempenhos acadêmicos. Neste artigo vou concentrar minha atenção sobre o estudo de caso daquele que era considerado pela professora como o aluno mais “problemático” da turma. Seu nome, constantemente lembrado durante as aulas, é Francisco. Estava quase sempre sentado no fundo da sala, e muitas vezes não fazia o dever de casa e nem os exercícios em aula. Certa vez a professora, nervosa por seu desleixo, gritou: “Francisco, você é um caso perdido!”. Portanto, eu não poderia deixar de conhecer a realidade familiar daquela criança.

Combinei com a sua família de pegar o aluno na saída da escola e ir com ele até sua casa, na Rocinha. Francisco estava acostumado a ir e voltar sozinho da escola; ele foi me guiando até o ponto de ônibus, e durante o percurso tivemos a oportunidade de conversar um pouco, quando me contou que o que mais lhe incomoda no local onde mora são os tiroteios. A viagem de ônibus demorou uns vinte minutos até que saltamos no alto da estrada da Gávea. A criança então foi me guiando pelas ruelas cada vez mais estreitas em direção à parte mais alta da favela. Em certo momento Francisco parou, apontou para frente e falou: “Aposto que ali tem bandido”, demonstrando certo medo. Tivemos que seguir em frente, e realmente cruzamos com alguns adolescentes armados em nosso caminho. Andamos mais um pouco, por terrenos cada vez mais irregulares, até que passamos por mais um grupo de meninos do tráfico; um deles, ao vê-lo passar, gritou: “vem aqui gordinho!”; Ele continuou andando e falou: “não posso, tenho que fazer um negócio aí”. Andamos mais e Francisco, ao passar por um menino armado, o chamou pelo nome e cumprimentou.

Chegamos então a casa dele, que ficava bem próxima a um local onde rapazes armados estavam reunidos. A casa, por fora, toda feita de tijolos, tinha um aspecto de bastante pobreza e desorganização. Francisco abriu a porta de madeira e logo pude ver sua mãe. Ela parecia que estava dormindo no colchão, enquanto seu pai descansava deitado no sofá; a tv estava ligada. Entrei na casa, cumprimentei a ela e a seu marido. A casa era bem pequena; a sala tinha uma TV, sofá, armário e um colchão; ao lado, separado apenas por um pouco de parede, havia um quarto pequeno com apenas uma cama; do outro lado, também com uma separação pouco definida, havia a cozinha. Do meio da sala eu podia observar a casa toda. Na casa também estava Luziana, cunhada de Francisco, e seu filho de um mês de idade. Naquele pequeno espaço moravam sete pessoas.

Neste dia tive a oportunidade de conversar com os pais do aluno. Os dois vieram do Ceará – onde trabalhavam na roça – há vinte anos, atrás de melhores condições de vida. Nenhum dos moradores da casa possuía um emprego formal, e tinham níveis de instrução bem baixos: a mãe estava desempregada há três meses e havia chegado à sétima

⁴ Trata-se de uma pesquisa mais ampla, realizada em parceria com professores da UERJ e da UFRJ, além do Observatório das Metrópoles.

série; o pai vivia de serviços gerais – como pedreiro, pintor, encanador e etc – há um ano e não chegou a freqüentar a escola; seu irmão completou a segunda série do segundo grau e agora trabalhava sem carteira assinada como moto-táxi há um mês; seu outro irmão completou a oitava série e estava exercendo os mesmos serviços que o pai há um mês; sua cunhada também concluiu a oitava série e estava desempregada há quatro meses. Como disse a mãe de Francisco durante a entrevista: “passamos a maior parte do tempo dentro de casa, olhando um para cara do outro, já que ninguém tem um emprego” (informação verbal). Quando perguntada sobre as suas expectativas em relação ao futuro de Francisco, sua mãe em nenhum momento se referiu a escolas, faculdades ou profissões, dizendo apenas que estimulava muito o menino a praticar esportes, o que poderia leva-lo adiante em sua trajetória de vida. Além disso, um outro fato que me chamou a atenção na entrevista foi quando os pais da criança falaram que preferiam se manter distante do resto dos moradores do local, pois não queriam ter problemas com ninguém.

Alguns pontos desse relato de campo devem ser destacados quando pensamos na influência do local de moradia sobre o desempenho escolar de Francisco e, posteriormente, sobre sua capacidade de ascender socialmente. Em primeiro lugar, o aluno parece morar em um local pouco valorizado em relação ao universo da Rocinha. Sua mãe diz que, se pudesse se mudar dali, iria para um lugar mais perto do asfalto, mais “lá em baixo”. Para chegar em sua casa, o menino precisa passar por alguns locais onde traficantes armados se reúnem e, pelo que presenciei, tentam alicia-lo àquela atividade, como no momento em que um deles o chama para conversar. Francisco diz que os tiroteios o incomodam, e pareceu temeroso quanto aos “bandidos” – expressão usada por ele mesmo –, o que indica um certo desconforto que pode prejudica-lo psicologicamente, afetando seu desempenho acadêmico.

Sua casa não lhe proporciona as condições materiais adequadas ao estudo; mesmo que queira estudar, o aluno encontrará muita dificuldade em fazê-lo devido à falta de espaço e ao excesso de pessoas morando ali. O clima cultural da família é muito baixo pois, como já mostrei, nenhum dos integrantes do núcleo familiar havia completado o segundo grau; seu pai, inclusive, nunca freqüentou a escola. Da mesma maneira, ninguém possui emprego fixo, e Francisco não conta, em sua família – e provavelmente no local onde mora – com exemplos de trajetórias exitosas construídas através do trabalho, o que pode enfraquecer a visão daquele como um meio de alcançar seus objetivos. Nem mesmo sua mãe parece esperar que o filho siga este caminho, demonstrando muito mais esperança em seu talento dentro de atividades esportivas. Por fim, podemos perceber, quando a mãe de Francisco diz que procura se manter distante dos outros moradores da favela, a falta de redes de sociabilidade/solidariedade dentro daquela localidade. Isso pode ocasionar consequências deletérias para os habitantes do local – já que terão mais dificuldades para contar com a ajuda de vizinhos em casos de necessidade –, e a coesão interna que poderia inibir condutas ilegais é enfraquecida.

Não podemos afirmar aqui que o futuro de Francisco já está traçado e que, inevitavelmente, ele seguirá o caminho de seus pais. Mas, diante das imensas dificuldades impostas pela realidade do local onde vive, esta criança terá sérias dificuldades para conseguir ascender socialmente. A deficiência de capitais, sejam eles materiais, culturais ou sociais, somados a construção de uma determinada subjetividade – *habitus* –, já parecem estar prejudicando seu desempenho escolar; e as consequências desse fato provavelmente dificultarão sua entrada em um mercado de trabalho cada vez mais competitivo. Diante deste quadro, pouco podemos esperar do futuro de crianças criadas nesse tipo de localidades urbanas.

Submetido em 27/02/2007
Aprovado em 29/04/2007

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANTUNES, Ricardo. (1999), *Os Sentidos do Trabalho: Ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho*. 1ª edição, São Paulo, Boitempo.
- BOURDIEU, Pierre. (1997), "Efeitos de Lugar", in Pierre Bourdieu (org), *A miséria do mundo*, 1ª edição, Petrópolis, Vozes.
- KAZTMAN, Ruben. (1999), "Marco Conceptual Sobre Activos, Vulnerabilidad Y Estructura de Oportunidades", in *Apoyo a la implementación del Programa de Acción de la Cumbre Mundial sobre Desarrollo Social*, Montevideo, CEPAL.
- KAZTMAN, Ruben & FILGUEIRA, Fernando. (2001), "Seducidos y abandonados: El aislamiento social de los pobres urbanos", *Revista do CEPAL*, 75. (Versão não Editada).
- KAZTMAN, Ruben & FILGUEIRA, Fernando. (2002), *Panorama de La Infância y La Familia Em Uruguay*. Montevideu, Universidade Católica do Uruguay.
- LAGO, Luciana Correa. (2000), *Desigualdades e Segregação na Metrópole: O Rio de Janeiro em tempo de crise*. 1ª edição. Rio de Janeiro, Revan.

André Ricardo Salata é graduando em Ciências Sociais (Universidade do Estado do Rio de Janeiro)

andre.salata@bol.com.br

MST e Agroecologia: Discutindo propostas de mudança

César Machado Vieira

Graduando em
Ciências Sociais/
UnB

Palavras-chave:

Ambientalismo;
Agroecologia;
Movimento dos
Trabalhadores
Rurais Sem Terra
(MST).

Key Words:

Environmental-
ism, agroecology,
Agrarian Reform
Movement (MST).

RESUMO: O trabalho apresenta o processo histórico de apropriação da categoria de agroecologia através do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST). Levando posteriormente a uma discussão sobre as propostas de mudança sociais, e contradições, que essa união de perspectivas pode conter.

ABSTRACT: The essay focus on the incorporation of environmental issues in the political program of the MST, stressing the potential contradictions that may derive from such political option.

Introdução

Esse trabalho tem o objetivo de problematizar sobre como foi apropriado o uso do conceito de agroecologia pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST).

De forma que para melhor compreender esse problema, o trabalho se dividirá em: apresentar um breve histórico do MST, e suas principais linhas de atuação; apresentar a categoria de agroecologia e sua apropriação pelo Movimento; e finalmente, realizar uma discussão teórica da relação entre agroecologia e MST.

A importância desse trabalho se justifica pelo fato de o movimento ambientalista ter ganhado uma grande importância a partir de 1960, pelo seu caráter englobador de identidades. E o MST de certa forma também atua nesse sentido, mas com um enfoque em excluídos socialmente, tendo a relevância de ser um dos mais importantes e bem organizados movimentos sociais brasileiros, que lutam por equidade social-econômica-política no campo (da cidade também, ao se afirmar a oposição da cidade e campo como algo que se torna interdependente nesse caso).

Estabelecida a importância de ambas as partes, vale enfocar agora quanto ao problema que é proposto. A categoria de agroecologia da forma que é defendida pelo MST, e por outros movimentos e adeptos do conceito, entra em choque diretamente com um importante setor da economia brasileira, a agroindústria de grande escala. Pois propõe uma agricultura que seja menos danosa ao meio ambiente, respondendo às condições materiais do agricultor, desprezando assim o consumo de insumos agrícolas. De forma que a discussão do MST passa então, não apenas para a questão de distribuição de terras, mas também quanto ao seu melhor uso, e para quem é mais viável esse melhor uso (no caso o pequeno agricultor assentado e acampado).

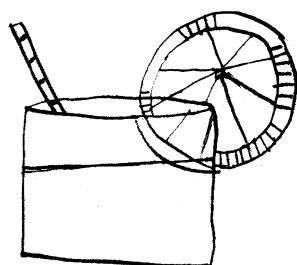
1. O Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST)

1.1. Breve Histórico sobre o MST

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) é fruto de uma questão agrária contínua na história brasileira, a exploração e exclusão social no campo. Podendo se resgatar esse fenômeno desde os tempos das Capitânias Hereditárias, passando pela Lei de Terras de 1850 (o título a partir da compra), e em tempos mais recentes, talvez pela "Revolução Verde". (CALDART, 2001).

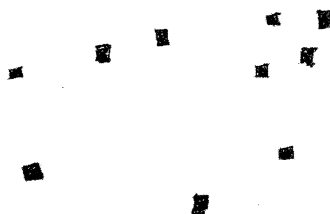
O MST surgiu da reunião de vários movimentos populares de luta pela terra, os quais promoveram ocupações de terra nos Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo e Mato Grosso do Sul, na primeira metade da década de 80. Delimitando o período de sua formação, entre os anos de 1979 a 1984, com marco formal no Primeiro Encontro Nacional de Trabalhadores Sem Terra, realizado entre 21 e 24 de janeiro do ano de 1984, em Cascavel, estado do Paraná. (CALDART, *Ibid.*).

Sobre suas linhas de pensamento, poderíamos apontar que na origem, o Movimento esteve associado a CPT (Comissão Pastoral da Terra), tendo uma forte influência da Teologia da Libertação. Já em meados dos anos 80, começou a ter participação da CUT e do PT no Movimento, assumindo



CAIPIRINHA
CACHAÇA

R\$ 3,50
R\$ 1,00



então um viés socialista-cristão. E nos anos 90, o MST começa a ter uma preocupação maior com a linha de produção dos assentamentos voltada para uma economia de mercado, e não somente para economia de subsistência. (GOHN, 2004).

1.2. Proposta de mudança a partir do Movimento

Segundo a análise de Caldart (2001), a linha de atuação pode ser dividida nos seguintes pontos:

- A radicalidade do seu jeito de fazer a luta e os sujeitos que ela envolve. A força simbólica e política que a ocupação possui, através de um grande número de Sem Terras organizados;

- A multiplicidade de dimensões em que atua. Apesar do Movimento ter a luta pela terra em seu eixo central e característico, possui também outras questões importantes como: produção, educação, saúde, cultura, educação, direitos humanos, agroecologia, racismo, igualdade de gênero, juventude,....;

- A combinação de formatos organizativos diversos. Possui uma estrutura de organicidade, e um sistema hierárquico rígido. Mas também procura respeitar algumas características organizacionais locais. Esse tipo de organização é denominado pelo próprio Movimento, de uma organização social de massas.

- A capacidade que vem construindo de se universalizar. Discutindo a exclusão do campo não apenas nesse espaço, já que é um problema visível nos meios urbanos, através dos inchaços das cidades.

É importante que o discurso do MST apresenta uma proposta de reforma agrária efetiva, apenas fora do modelo político-econômico neoliberal.

"Tomando partido contra as privatizações, solidariza-se de forma atuante com a luta de outras categorias de trabalhadores, assume candidaturas aproximadas com seu projeto, realiza ações combinadas com outras entidades e juntamente com outras organizações desencadeia a discussão e formação de um novo modelo de desenvolvimento nacional. Este deve ter como base à distribuição da terra e da riqueza, a recuperação da soberania nacional, o controle sobre os bancos e o capital financeiro e a reorganização da produção industrial e agrícola. O Estado deve estar colocado a serviço da população, efetivando-se a democracia popular. A comunicação, a educação, a saúde e a cultura devem ser humanizadas, atualizadas e democratizadas". (DALMAGRO, 2003, *apud.* Consulta Popular, Cartilha n. 11, 2001, *apud.* CALDART).

2. Agroecologia

2.1. A categoria de Agroecologia

O conceito de agroecologia é utilizado pela primeira vez na década de 1930, com a finalidade de aproximar a ecologia da agricultura. Até então, o campo de conhecimento científico disciplinar ecológico encontrava-se separado da ciência agrônoma. Somente nos anos 50, com o amadurecimento do conceito de ecossistema, com

uma idéia mais ampla de ecologia, foi-se criada uma estrutura básica geral para o exame da agricultura com base em uma perspectiva ecológica. (GLIESSMAN, 2000, 51-52 *apud.* CANAVESE & NETO.).

O interesse da aplicação da ecologia à agricultura expandiu-se nas décadas de 60 e 70, devido à intensificação da pesquisa ecológica de populações e comunidades, a influência crescente de abordagens em nível de sistemas, e a ampliação da chamada "consciência ambiental", como também o crescimento do movimento ambientalista em âmbito mundial.

A agroecologia se constituiu de um campo técnico científico bastante peculiar, pois surge a partir de duas bases: a do reconhecimento da significação dos saberes tradicionais da agricultura, praticada com base em influências sócio-culturais, e a do saber científico agrônomo e ecológico.

"Assim entendida, a Agroecologia proporciona as bases científicas para apoiar o processo de transição de estilos de Agricultura sustentável nas suas diversas manifestações e/ou denominações: Ecológica, Orgânica, Biodinâmica, Agroecológica, Regenerativa, Baixos Insumos Externos, Biológicas, entre outras. Sob esta ótica, não podemos confundir a Agroecologia – enquanto disciplina científica ou ciência – com uma prática ou tecnologia agrícola, um sistema de produção ou um estilo de agricultura (ALTIERRI, 1995 *apud.* CANAVESE & NETO)."

A agroecologia a partir de uma perspectiva material então, torna-se uma "tecnologia alternativa" sempre como negação às tecnologias modernas que não estão acessíveis, ou não correspondem às expectativas dos agricultores, assumindo o papel de "um modelo alternativo de desenvolvimento para agricultura familiar".

Pode-se então compreender porque, corroborando com o encontrado por Almeida (1999, *apud.* CANAVESE & NETO), em determinados momentos a agroecologia aparece como aspiração a um novo modelo de desenvolvimento; noutros como construção de soluções técnico-científicas para mitigar a situação de precariedade vivida pelos agricultores; como resgate de práticas e valores culturais desses agricultores; como uma área de conhecimento, ou mesmo, como uma alternativa de (re)inclusão econômica e social através da ocupação de um nicho de mercado emergente, onde os produtos ecológicos passam a ter um valor (monetário) superior aos produtos convencionais.

Além de uma forma de resgate do saber tradicional, a agroecologia também se manifesta a favor do camponês como uma forma de autonomia no processo de produção. Essa autonomia abrangeria três dimensões: a) o domínio da sua estrutura de produção, incluindo aqui os conhecimentos necessários à produção; b) conhecer o espaço em que está inserido, permitindo a partir destas informações definir sobre o processo produtivo; c) e restituir ao agricultor o domínio do tempo.

A agroecologia torna-se, assim, um instrumento de luta política que ao mesmo tempo busca

construir experiências produtivas alternativas ao modelo dominante imposto. Com a preocupação de assumir uma alternativa a uma determinada condição de marginalidade vivenciada específica, podendo-se explicar porque ela aparece de forma tão diversa conforme o ator e o contexto em que está inserida. (VERAS, 2005).

2.2. Apropriação da Categoria de Agroecologia e seus Fundamentos pelo MST

Ao começar a discussão de como o MST começou a usar o conceito, e os fundamentos da agroecologia, seria interessante traçar um histórico sobre sua "orientação de produção".

Até meados de 1986, o MST é fortemente influenciado pela presença de mediadores religiosos, principalmente pela Comissão Pastoral da Terra. Essa presença da Igreja é forte tanto no âmbito da produção e estruturação dos assentamentos, quanto nos discursos e materiais produzidos pelo Movimento, podendo se observar nas cartilhas da época a valorização do conhecimento e as práticas do agricultor. (VERAS, 2005).

"Juntamente com a introdução dessas 'novas técnicas modernas' foi realizada uma campanha de desmoralização dos conhecimentos do agricultor e daquelas práticas que ele vinha utilizando tradicionalmente. E forçando a utilização de adubos químicos, inseticidas, venenos e maquinaria em geral como um único modelo certo na agricultura". (MST, 1986, p. 26. Caderno de Formação Agrícola n.10 *apud* VERAS, 2005).

Entretanto, logo no início do movimento observava-se um crescente número de assentamentos, atrelados às dificuldades em responder às "questões de produção" dos agricultores. Ocorrendo uma falta de estrutura básica para o assentado (alimentação, condições de plantio, escola, rede elétrica, entre outros), trazendo a expectativa dos assentados e pelas lideranças do Movimento que a solução viria com a modernização. Reproduzindo então o modelo agroindustrial dominante. (VERAS, 2005.).

Sobre esse modelo agroindustrial criticado, seria interessante abrir-se um parêntese para melhor entendimento deste. Esse modelo faz parte de um processo histórico chamado de "Revolução Verde", ocorrendo a partir das décadas de 60 e 70, com as seguintes características: a visão da agricultura como um negócio que deve ser lucrativo; política de crédito principalmente para financiamento de maquinário, implementos e insumos, produzidos principalmente por empresas multinacionais; incentivo à monocultura; assistência técnica com a finalidade de vender o pacote tecnológico da Revolução Verde, desprezando os conhecimentos e a biodiversidade acumulada com seu trabalho de gerações o agricultor tradicional (sementes e animais). (CORREA, CORTEZ & MOREIRA.).

Voltando ao MST, no final da década de 80 a coordenação do Movimento se aproxima de um ideal marxista-leninista, fortalecendo o discurso em favor da implantação de cooperativas inteiramente coletivizadas, como forma de viabilizar

economicamente o crescente número de assentamentos. Em certa medida, essa mudança estratégica possibilitou maior eficácia na conquista de melhores posições nos mercados, e na luta por incentivos à produção, mas por outro lado, o Movimento tomou uma posição muito próxima ao regime de economia de mercado (STRA-PAZZON, 1996 *apud* VERAS, 2005). Passando então, como dito anteriormente, a priorizar um modelo agrícola apoiado no uso de tecnologias e insumos modernos, cuja expectativa era competir nos mercados através da criação de empresas agrícolas coletivas. (VERAS, 2005.).

As tecnologias então, não eram vistas como um problema em si. O problema central residia na apropriação desigual dos benefícios gerados, e no crescente monopólio dos meios de produção (terra e capital). A utilização de um arranjo tecnológico na agricultura em bases "modernas", aumentando a produção e a produtividade dentro dos assentamentos, se justificava uma vez que as cooperativas garantiriam o acesso aos meios de produção, e promoveriam a divisão integral dos resultados obtidos.

A tentativa de inserção no modelo de agricultura moderna, sem considerar os aspectos ambientais e os diferentes traços culturais entre agricultores assentados, mostrou erros estratégicos responsáveis por inúmeros fracassos dentro dos assentamentos do Movimento. Pois com a utilização dos pressupostos da agricultura moderna, foi imposto ao agricultor a tarefa de vender sua produção ao mercado fazendo com que ele tivesse que comprar parte de sua alimentação, e seus equipamentos para produzir, diminuindo assim a autonomia desse, nem sempre tendo o balanço do final de safra como compensatório.

Na década de 90 começou então a ampliação da rede de contatos do Movimento, passando a integrar a coordenação de vários eventos, em conjunto com as mais importantes organizações populares do campo e da cidade (ONGs e entidades que se propunham a discutir os problemas da sociedade moderna). Tendo o III Congresso Nacional do MST, em 1995, como um referencial, adotando-se o lema "reforma agrária: uma luta de todos".

No III Fórum Social Mundial, realizado em Porto Alegre em 2003, observa-se uma ampliação ainda maior da proposta de luta. Em parceria com a Via Campesina (este um movimento camponês autônomo internacional), lançam uma campanha internacional, intitulada: "Sementes: Patrimônio da Humanidade", com o objetivo de estimular agricultores familiares a produzirem suas próprias sementes¹, além de também denunciar as empresas multinacionais produtoras de sementes, e pressionar para que a FAO e a UNESCO declarem as sementes como Patrimônio Cultural de toda a Humanidade.

Outras parcerias importantes que o MST realiza, é a partir das Jornadas de Agroecologia, um espaço de expressão de vários movimentos sociais da agricultura familiar e camponesa, organizações da sociedade civil, técnicos e acadêmicos, que discutem a importância da agroecologia.

¹ Tendo o caso da Rede BIONATUR - Sementes Agroecológicas. Formada inicialmente a partir de cooperativas de assentados do Rio Grande do Sul produtores de sementes de hortaliças agroecológicas, já se encontrando atualmente em um movimento de rede, dando passos para uma maior amplitude no país (Região Sul, Sudeste, Centro-Oeste). De forma, que não se limita apenas à produção de sementes, divulgando também outras práticas agroecológicas consideradas autônomas. (CORREA, CORTEZ, & MOREIRA).

Essa ênfase no debate, também é dada em um aspecto mais formal na educação. Onde o Movimento investe no ensino de escolas agrícolas, com o objetivo de capacitar esses técnicos agrícolas em agroecologia, como também parcerias com instituições de ensino superior com esse mesmo tipo de proposta.

Sendo necessário destacar que mesmo na atualidade, a distância entre ideologia e realidade dos assentamentos ainda é muito grande, com grande parte dos assentamentos baseados nos padrões da agricultura moderna. É importante que a construção da agroecologia de forma material necessária do tempo presente, é o "ver para crer".

É interessante também, que o discurso do Movimento sobre cooperativas está diferente, há um estímulo para cooperativas auto-gestionáveis, que atuem através de práticas agroecológicas, o oposto da visão inicial sobre o assunto.

3. MST e Agroecologia: Discussão e Debate

Percebe-se então, que a relação entre MST e agroecologia é refletida na questão de contestar modelo excludente de desenvolvimento agrícola da "Revolução Verde". Apesar do Movimento ter clareza política, de que no atual estágio de desenvolvimento capitalista, e com a globalização neoliberal, não existem condições objetivas que permitam a constituição e a consolidação de uma reforma agroecologia, junto a sua base social e territórios conquistados. Pois, é necessária a ocorrência de mudanças estruturais na sociedade como um todo, com a socialização dos meios de produção e geração de riquezas, garantindo controle social sobre as políticas de desenvolvimento, e acabando com as injustiças

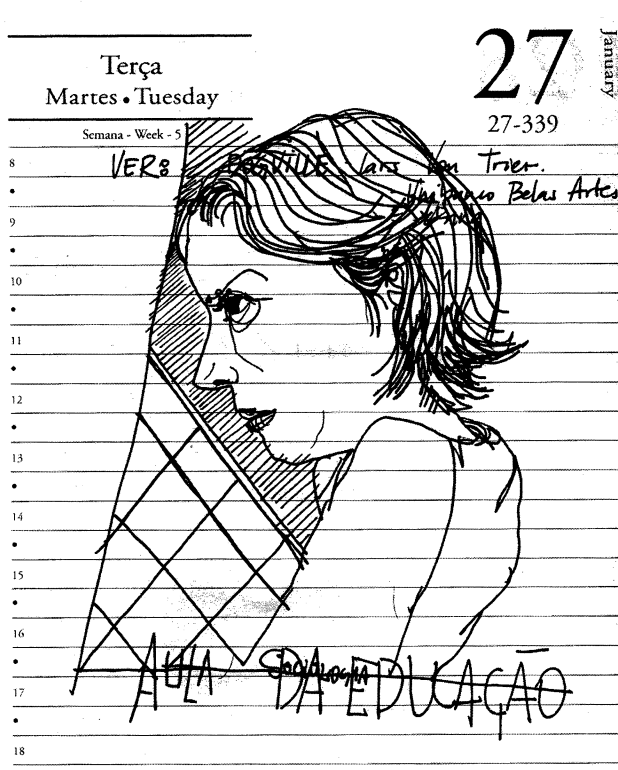
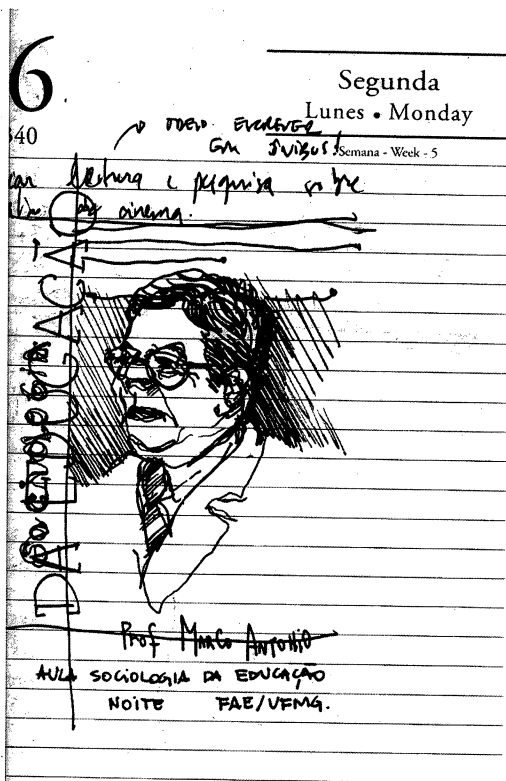
e desigualdades políticas, econômicas e sociais no País. (VERAS, 2005).

Com esse questionamento sobre padrão de desenvolvimento, dá para se puxar um gancho bastante pertinente com o posicionamento de Lins (1991), quando este questiona o conceito de desenvolvimento sustentável, por possuir um caráter paradoxal, e negligente, pois não questiona o porquê do desenvolvimento, isto é, a inexistência do desenvolvimento na cultura ocidental, é algo impensável, e como algo sempre positivo e linear, sem problematizar o fato da lógica do crescimento ser excludente.

De forma que isso pode ser levantado também na questão da agroecologia, ou seja, será que ela está preocupada com o uso dos recursos naturais de maneira racional e lucrativa ao mesmo tempo? E o MST será que o Movimento abraça uma idéia de desenvolvimento paradoxal?

Sobre o questionamento da agroecologia se torna algo bastante complexo, porque não existe um manual único que represente os princípios fundamentais agroecológicos, existem inúmeras vertentes de práticas, técnicas e filosofias, que tentam integrar a agricultura com a natureza. E essas vertentes são usadas por diversos agricultores que nem sempre representam alguma causa ambiental e/ou social e/ou ideológica.

Quanto ao MST, este apesar de estar inserido em uma economia de mercado, que exige das empresas o crescimento para a sobrevivência à lógica do mercado, questiona essa inserção, e propõe alternativas. Inicialmente em seu discurso, como foi apresentado no item 2.2, a idéia de "fazer crescer o bolo para depois dividir", mas o que parece agora, é que há "uma nova na receita desse bolo", de repente a idéia é a de ninguém comer bolo, cada um faz



um pão em casa e todo mundo compartilha e come².

Posicionamento que se assemelha a uma visão marxista mais moderna, como por exemplo, a defendida por Mészáros em sua Introdução, de "Para além do Capital: rumo a uma teoria da transição". Esse autor afirma que não existe meio ambiente (natureza, recursos, bem-estar) para o padrão de desenvolvimento capitalista atual, e aponta a importância da auto-gestão de pequenas iniciativas como uma alternativa. Uma interpretação bastante semelhante com que está se expondo aqui sobre a atual discussão agroecologia e MST.

Finalizando com o último ponto dessa discussão, colocaria a analogia entre marxismo e ambientalismo, afirmada por Lins (1991), como os dois conceitos serem englobadores de identidades. E questionaria quem englobou quem? A agroecologia o MST? Ou o contrário?

Se eu colocasse a agroecologia como um conceito amplo (que ele é), não o colocaria ele como o englobador, pois a agroecologia nem sempre tem a proposta de dar autonomia para pequenos agricultores, existem muitas práticas agroecológicas que substituem o pacote da Revolução Verde, pelo pacote agroecológico.

Mas, no conceito de agroecologia apresentado colocaria como uma englobação mútua, pois como foi trabalhada, a agroecologia propõe uma crítica a agroindústria em grande escala, casando com a luta básica do MST contra o latifúndio.

E apontaria outro ponto importante do MST, o fato dele ser um englobador de minorias, pois como foi apresentado no item 1.2, existem diversas discussões no Movimento que não são apenas relativas a problemas de posse da terra, mas também questões como, por exemplo, de gênero e racial, estas extremamente excluídas tanto no debate no campo como, na cidade.

Submetido em 20/03/2007
Aprovado em 27/04/2007

² Essa metáfora culinária pode ter parecido confusa mas faz uma comparação à proposta de cooperativas auto-gestionárias.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CALDART, Roseli Salete. (2001), "O MST e a formação dos sem terra: o movimento social como princípio educativo", *Estud. av.*, vol. 15, no. 43, pp. 207-224.
- CANAVESE, Flaviane & NETO, Canrobert Costa. (s/d), "Sustentabilidade em assentamentos rurais: o MST rumo à 'reforma agrária agroecológica' no Brasil?", *Ecología Política*. Grupos de Trabajo de CLACSO.
- CORREA, Eduardo Ciro, CORTEZ, Cácia & MOREIRA, Vladimir Ricardo. (s/d), (Orgs.), *Sementes Patrimônio dos Povos a serviço da humanidade*, [S.l.], Rede Bionatur de Sementes Agroecológicas.
- DALMAGRO, Sandra Luciana. (2003) *O sentido pedagógico do MST: a formação de sujeitos históricos*. <<http://tlc.oise.utoronto.ca/conference2003/Proceedings/Dalmagro%20Portuguese.pdf>>. Acessado entre 28/11 e 05/12 de 2006.
- GOHN, Maria da Glória Marcondes. (2004), *Teoria dos movimentos Sociais*. 4a edição, São Paulo, Edições Loyola.
- MÉSZÁROS, István. (2002) *Para Além do Capital: Rumo a uma teoria de transição*. São Paulo, Boitempo e UNICAMP.
- RIBEIRO, Gustavo Lins. (1992), "Ambientalismo e desenvolvimento sustentado: Nova ideologia/utopia do desenvolvimento", *Revista de Antropologia*, 34: 59-101.
- VERAS, Melissa Michelotti. (2005), *Agroecologia em assentamentos do MST no Rio Grande do Sul: entre as virtudes do discurso e os desafios da prática*. Dissertação (Mestrado em Agroecossistemas), Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências Agrárias, datilo.

César Machado Vieira é graduando de Ciências Sociais com habilitação em Antropologia, pela Universidade de Brasília/ UnB.

cesar.machado@yahoo.com.br

"Jovens que soltam o som do céu na terra": Apontamentos etnográficos sobre um grupo de louvor

Elias Evangelista Gomes

Recém-graduado em Ciências Sociais/ UFMG

Palavra-chave: juventude, música e religião.

Key Words: Youth, music, religion.

RESUMO: Este estudo buscou compreender como os jovens evangélicos, integrantes do grupo de louvor de uma igreja evangélica pentecostal, na periferia de Belo Horizonte, vivenciam e elaboram suas experiências. Por meio de uma pesquisa etnográfica buscamos apontar os elementos que agregam os jovens na igreja, a centralidade da música e algumas formas de adesão ao grupo de louvor.

ABSTRACT: The essay is a report of research done on social behavior of a group of young Christians who are members of a Pentecostal church located in poor neighborhood in Belo Horizonte – Brazil. It stresses the centrality of membership in a singing group for their self-affirmation in the church and among themselves.

Primeira nota

Nos últimos anos o número de pesquisas sobre a juventude cresceu e surgiram importantes estudos referentes aos grupos e culturas juvenis¹. Entretanto, pouco se elaborou acerca dos jovens que vivenciam alguma experiência religiosa. Neste sentido, pretendemos contribuir com as reflexões sobre as temáticas juventude e religião, através da discussão de mais um seguimento: os jovens evangélicos pentecostais.

Por meio da etnografia buscamos entender os significados atribuídos à dupla condição "ser jovem e ser evangélico". Apontamos, ainda, os aspectos cotidianos que agregam os "jovens na igreja", através de uma observação mais focalizada nos "jovens do grupo de louvor" e em três casos de adesão ao grupo.

O grupo de louvor: notas preliminares

A Comunidade Evangélica da Restauração (CER) é uma igreja pentecostal, criada em 1996, após a cisão do pastor² e alguns membros com a Igreja Assembléia de Deus. A Comunidade está localizada na fronteira entre dois bairros da regional Venda Nova, na cidade de Belo Horizonte – MG. São bairros periféricos habitados por trabalhadores das mais diversas profissões e que concentram profissões de menor prestígio social. A maior parte dos membros da igreja se conhece de outros espaços do bairro. A CER, apesar de não ter na parte externa do templo a "pompa" dos templos catedrais das grandes igrejas da cidade, é um templo bem visível para quem passa por perto. Localizado em uma esquina, a frente do templo torna-se um ponto de aglomeração de pessoas e, especialmente, de jovens.

O "grupo de louvor" da CER surgiu com a fundação da igreja. Ao longo de sua existência,

o "grupo de louvor", sofreu inúmeras reformas, tanto de estilo como de composição dos instrumentistas e vocalistas. No início do grupo o estilo musical preferido pelos jovens para as apresentações era o *hard rock*, além de influências do *heavy metal*; nessa época "o pessoal gostava mais de um metal".

Durante a maior parte da década de 1990, poucas bandas se destacaram entre os evangélicos. As bandas de "música gospel" cresceram ao longo da década de 1990 e explodiram, ampliando o número de "apreciadores e consumidores" já nos primeiros anos de 2000. Entre a juventude evangélica, destacaram-se as bandas "Catedral", "Oficina G3", "Novo Som", "Resgate". Majoritariamente eram referenciadas musical e visualmente no rock-and-roll da década de 1980, período em que explodiram bandas de rock brasileiras como "Paralamas do Sucesso", "Legião Urbana", "Engenheiros do Hawai", "RPM".

Em outubro de 2006, o "grupo de louvor" da CER gravou um DVD no Teatro da Assembléia Legislativa de Minas Gerais. Atualmente, os jovens que compõe o grupo tocam e cantam músicas com um estilo mais comunitário, tendência que vem se consolidando no "meio evangélico", por intermédio de "ministérios de louvor" que gravam ao vivo, com a presença de milhares de pessoas.

Entre os "grupos de louvor" evangélicos que os jovens da CER se referenciam, destacam-se: *Renascer Praise — SP*, *Ministério Apascentar — RJ*, *Igreja Batista de Contagem — MG* e o principal de todos, referência nacional e internacional, o *Ministério de Louvor e Adoração Diante do Trono*, da Igreja Batista da Lagoinha (IBL) de Belo Horizonte – MG, o maior deles. Contudo, gravação *ao vivo* não é exclusividade dos evangélicos. Esta modulação musical vem encontrando adeptos no *axé music*, nas bandas católicas carismáticas e talvez mais visíveis nas coletâneas "Acústicos MTV", onde já sonorizaram em gravações públicas dezenas de artistas que fazem sucesso,

¹ Para uma discussão mais ampla cf. Spósito (2000).

² Pastor Gilmar Garibaldi, hoje pastor-presidente da CER.

principalmente, entre os jovens. Portanto, é referenciado neste ambiente que o “grupo de louvor” da CER busca produzir músicas que agradem o público que comprará os CD’s e DVD’s e, “acima de tudo, Deus”.

Um time de treze, mais a torcida.

Após tomarmos conhecimento do cenário que se insere a música evangélica, torna-se fundamental apresentar os sujeitos da pesquisa, suas características e suas redes de relação. Atualmente o “grupo de louvor” da CER é composto por treze jovens: Josué, 23 anos, líder do grupo, sabe tocar todos os instrumentos, mas nos cultos costuma tocar violão e cantar, é pastor na igreja e namora Marcela, 18 anos, vocalista contralto, estudante do terceiro ano do ensino médio; Jader é baixista, 25 anos, é o vice-líder do grupo, é o único casado (há dois anos), e sua companheira não participa diretamente do grupo, mas atua como apoio nas atividades; Vitor, 27 anos, é baterista e está no grupo desde o início. Atualmente namora uma jovem da Igreja do Evangelho Quadrangular, atua profissionalmente como técnico em radiologia, na mesma clínica laboratorial em que trabalha Ana Catarina, 23 anos, vocalista soprano, que trabalha como recepcionista da clínica e cursa Pedagogia Especial na Pontifícia Universidade Católica (PUC Minas); Artur, 26 anos, é violonista e antes de tornar-se evangélico tocava na noite; Abner, 14 anos, guitarrista, é filho do pastor Francisco e primo de Josué; Ivan, 17 anos, é o outro guitarrista, mas fora do grupo toca também bateria e é estudante do segundo ano do ensino médio; Cecília, 21 anos, vocalista meso-soprano, namora Otávio, 23 anos, tecladista, filho da pastora Heloísa; Bernardo, 18 anos, vocalista e mi-

nistro de louvor, conduz as “ministrações” na maior parte dos cultos sabáticos e dominicais, mora entre as casas de Otávio e Cecília e estuda na mesma escola e turno que Ivan, membros da “grupo de louvor”; Douglas, 21 anos, é vocalista, ministra algumas músicas, é profissional de arte gráfica e produz os materiais visuais do grupo; há, ainda, um sonoplasta, Denis, 13 anos, que atualmente estuda música com Josué, está no ensino fundamental e também é vizinho de Bernardo, Cecília, Otávio e Vitor³.

Buscamos com esta breve caracterização apontar quais são as atividades desempenhadas por cada “jovem do grupo”, mas também ressaltar a existência de outras redes de convivência para além do espaço do templo e do culto, contribuindo na adesão e permanência dos jovens no ministério de louvor, que ampliam os aspectos da sociabilidade deles. Existe, ainda, um grupo de pessoas (pastores e pastoras, parentes, amigos) – que chamei de torcida – que opera numa *área próxima*, acompanhando as atividades coletivas com certa capacidade de influência nas decisões e interagindo no cotidiano dos “jovens do grupo de louvor”⁴. As perspectivas dos jovens sobre o grupo são: “Uma família”; “Um só corpo”; “Um é o cabelo e o outro é o braço”; “Se uma parte se machuca o corpo todo sofre”.

“Solta o som”: a centralidade da música

A música está presente em praticamente todos os momentos do cotidiano dos jovens pesquisados. Ela é para eles, a “minha vida” e “a coisa mais importante para mim” e ainda provoca a sensibilidade



³ Para feitos desta pesquisa considerei a condição juvenil dos pesquisados. Levei em conta a ampliação das fronteiras das idades, não me limitando, assim, a uma faixa etária padronizada. Todos são jovens, a partir das suas manifestações, modos de ser, a partir de uma condição de socialização. Os jovens novos interagem de tal forma com os jovens velhos que assumem ações semelhantes aos mais antigos. O mesmo acontece com os jovens velhos, quando ampliam o tempo de desenvolverem ações que são mais comuns aos jovens novos. Produzem um cenário de transição e diálogo entre jovens de diferentes idades e de condições sociais (juvenis) próximas.

⁴ “A minha igreja leva isso [o louvor] bem a sério, torce pela equipe de louvor. Igual, ontem [domingo], a gente não participou [estavam se apresentando no interior de Minas], mas eu tenho certeza que o pessoal estava lá [na igreja] intercedendo, graças a Deus.” (Ana Catarina).

das emoções, momentos de congregação e o estreitamento de laços de amizade, ou seja, a música está ligada com a maneira de ver e viver o mundo. Nesta mesma direção Weber (1995) aponta que a música é uma forma de arte que combina elementos racionais e irracionais existentes no pensamento, na sensibilidade e em formas culturais. Assim, consideramos que a música desempenha um papel muito importante nos rituais e práticas religiosas as mais diversas, não apenas para os jovens, mas também para os demais fieis. Contudo, nos interesses de nossa pesquisa demos destaque para a centralidade da música entre a juventude.

A musicalidade vem catalisar a aproximação entre os "jovens do louvor" e os outros "jovens da igreja". Os cantores, instrumentistas e participantes que cultuam incentivam-se e respondem-se, mutuamente, durante o momento musical. Os "jovens do louvor" buscam escolher músicas que "toquem o coração" da igreja e canções preferidas dos outros jovens da igreja que atuam como plateia participante nos cultos. O "grupo de louvor" recebe aplausos, gritos e expressões corporais que o motivam. A música, durante o culto, cumpre o papel de canalizar abertamente as motivações não apenas espirituais, mas também corporais e sonoras da juventude. A centralidade da música para os jovens constitui uma linguagem totalizante: inclui corpo, voz, sentimentos, uma forma de expressão "total", parafraseando Marcel Mauss (1974) em sua teoria de "fato social total".

A música na igreja tem capacidade de agregar, potencializar relações entre os jovens, estreitar laços de amizade, de companheirismo e promover o encontro de sentidos para a vida. Percebemos que a música tem certo poder de fortalecer a sociabilidade entre os jovens da igreja. Essa constatação é confirmada por outros estudos (ABRAMO, 1994; CARRANO, 1999; DAYRELL, 2005) que apontam a centralidade música para a juventude, o que também não é exclusividade dos jovens brasileiros e se amplia para outras partes do mundo, como nos mostra Dayrell (2005, p. 36):

"A música acompanha os jovens em grande parte das situações no decorrer da vida cotidiana: música como fundo, música como linguagem comunicativa que dialoga com outros tipos de linguagem, música como estilo expressivo e artístico; são múltiplos as dimensões e os significados que convivem no âmbito da vida interior e das relações sociais dos jovens, sendo mais vivida do que apenas escutada. Como lembra Muchow, 'os jovens sentem através da música alguma coisa que não podem explicar nem exprimir: uma possibilidade de reencontrar o sentido'."

As manifestações artísticas promovidos pelos jovens religiosos se assemelham aos shows seculares de dança, música e teatro. Cecília Mariz (2005, p. 267), ao estudar grupos de jovens católicos carismáticos, afirma que a música tem papel central na vivência desses jovens. A música

e a dança na igreja reforçam as experiências sociais de efervescência festiva, geradora de um sentimento de coletividade⁵. Por meio da música, os jovens de nossa pesquisa dialogam tanto com o sagrado quanto com os seus semelhantes:

"Fecham os olhos e cantam, colocam as mãos no coração e oram, gritam e louvam. Toda esta cena para louvar Jesus é combinada com performances, construídas coletivamente, com expressões referenciadas em danças e palavras de ordem seculares. Para combinar os passinhos, coreografias e gritos eles conversam entre si, constroem juntos suas expressões corporais e sonoras." (Caderno de Campo -observação realizada em 14/10/2006)

O "grupo de louvor" – como grupo cultural juvenil – na igreja facilita a comunicação entre os jovens, amplia as formas de linguagens entre pessoas, entre "irmãos". A musicalidade na igreja possibilita aos jovens viver a experiência de "estarem lá", juntos, partilhar e problematizar percepções musicais, formas de expressar corporal, sonora e socialmente. Trazem para o templo religioso suas experiências, suas músicas, seus tons de voz e toques instrumentais para um diálogo que possibilita a união e a intercessão de experiências mais amplas que a própria música: a possibilidade de viverem a juventude juntos – a sociabilidade. Para conhecê-los melhor, discutiremos a seguir as formas de incorporar-se ao grupo e tornar-se um "levita do Senhor".

Tube de ensaio 1: ensaio geral

O ensaio⁶ é um dos espaços onde os "jovens do louvor" operam ações de aproximação e afastamento. Oram juntos, motivam-se a cantar, "dão apoio moral" uns aos outros, mas é nesse mesmo espaço que trazem suas insatisfações e declaram uns para os outros aquilo os aborrecem. Mostram-se dispostos a viver em grupo (em sociedade), mesmo em situações de conflitos, como se percebe nas notas do caderno de campo:

"Os instrumentistas e vocalistas fizeram um círculo e, de mãos dadas, fizeram uma oração. Após o período de devoção, perto da bateria começou uma discussão tensa da parte do Vitor, o baterista, com Josué, a respeito do uso do instrumento. Ivan que toca violão queria voltar a tocar bateria. Vitor ficou irritado e disse que 'o "grupo de louvor" tem que ser mais profissional', que 'não pode ficar com amadorismo'. Por fim, Josué não quis resolver o problema por eles, e, segundo o líder, por isso, deveriam conversar e apresentar-lhe uma 'decisão conjunta'. Hoje, o ensaio estava 'desorganizado'. Cada um tocava o que queira, não tinha sintonia. Ana Catarina e Douglas disseram que o ensaio era 'chato'; era possível perceber a insatisfação na fisionomia dos dois. Bernar-

⁵ Para uma discussão mais ampla acerca da música entre os católicos carismáticos cf. Souza (2005).

⁶ Os músicos da igreja encontram-se nas noites de terça-feira e aos domingos pela manhã depois da Escola Bíblica Dominical, por aproximadamente uma hora e meia, para ensaiarem as músicas que cantarão nos cultos e apresentações externas.

do disse: 'Pode colocar lá na sua pesquisa que o ensaio é muito chato'. Os vocalistas do grupo saíram para uma sala enquanto os instrumentistas ensaiavam uma melodia. Estavam Ana, Marcela, Douglas, Bernardo e Denis. Brincavam bastante durante todo o momento. Cantavam com voz de mulher, imitavam artistas famosos, conversavam sobre a escola, sobre o trabalho. Divertiam-se e davam risadas. Este momento parecia ser também um momento de lazer para aqueles que estavam na sala. Por que não para os instrumentistas? Quando voltaram ao ensaio, precisavam de um intérprete que deveria ter o tom de voz compatível com a música escolhida. Josué incentivou Ana Catarina a cantar a música solo, ele a elogiou, pois a jovem disse que não conseguia cantar. Animando, pediu-lhe que cantasse uma vez para ver se ficava bom. Insistiu até que Ana cantou. Ficou muito bom. Todos gostaram. Ensaíram apenas esta música, pois já estava no horário do almoço de domingo." (Observação realizada em 05/11/2006)

Briga e diversão são dois pólos onde os jovens se movimentam constantemente. Fazem uma analogia, por vezes, apropriada, "o grupo é uma família", dada a liberdade de problematizar aquilo que os indignam no cotidiano do grupo. O ensaio só é "chato" ou só é "legal" porque estão juntos, porque atribuem alguma importância àquele momento: tem que ser organizado porque "é para Deus", "o louvor tem que sair perfeito", "é o que eu mais gosto de fazer".

Estar juntos fortalece-lhes a experiência de se formarem enquanto músicos e sujeitos no coletivo, durante a relação uns com os outros. São mais que "irmãos", tornam-se amigos. Aliás, *tudo* "ao mesmo tempo agora": na igreja os jovens convergem para a amizade e a irmandade. Quando partilham a mesma fé, tornam-se "irmãos" na exaltação do sagrado, e quando estreitam os laços de comunhão que os tornam amigos, via mecanismos de aproximação – estar juntos – são capazes de trazer para as relações cotidianas aquilo que traz a alegria, confiança e a "liberdade de dizer o que pensa[m]".

Observando-se o "grupo de louvor" na ótica do lazer, ao viverem e produzirem o cotidiano por meio da sociabilidade, confirma-se a centralidade ocupada pelas atividades de lazer na vida dos jovens. Os momentos lúdicos possibilitam maior proximidade e cumplicidade entre os sujeitos, fortalecendo laços de solidariedade que motivam uns aos outros (CARRANO, 1999).

Casos de adesão ao grupo

Ana Catarina: algumas escolhas, algumas experiências⁷.

"Eu gostava de cantar. Um dia alguém disse para o líder de louvor na época que eu cantava bem. Aí ele me convidou para

participar do ensaio. Na época eu não era muito compromissada na obra, não queria saber disso, fui há um ensaio só, não gostei. Aí eu não participei. Aí continuei a ir na CER. Aí eu fui e dei meio que uma desviadinha, dos quinze até os dezesseis. Foi quando eu retornei para a equipe de louvor que era ainda o mesmo líder e aí ele falou: Ah! Você tem que cantar e tal. E ele precisava de um soprano e eu sou soprano. E na igreja não tinha soprano, aí eu fui porque na época eu namorava o Josué; eu namorei o Josué quatro anos e então fui mais naquela de Ah! Vou acompanhar o namorado, aí entrei, gostei e aí comecei a aperfeiçoar e gostei, sempre gostei de cantar. Comecei a aperfeiçoar na equipe de louvor e tal. Aí nisso teve também alguns desentendimentos... Essa equipe já mudou demais; já teve um monte de mudanças dos componentes. Os únicos que continuam desde o início é o Vitor, baterista, eu e o Josué." (Ana Catarina)

Ana Catarina, vocalista do grupo, me informou sobre sua adesão à "grupo de louvor", esclarecendo suas motivações iniciais e razões de permanência. Inicialmente, a jovem não se interessou pelo grupo: foi a um ensaio, "provou e não gostou". Optou por "desviar-se"⁸, a estar em um "grupo de louvor" no qual deveria ter maior compromisso, seguir regras e doutrinas. Havia inúmeras opções de atividades na igreja e fora dela que Ana poderia escolher e experimentar, dentre elas "desviar-se" e/ou participar do "grupo de louvor". Nesse sentido, a jovem escolheu durante quase dois anos a primeira opção e foi por lá se movimentar.

Ao voltar às atividades da igreja, já "namorando com Josué", entrou para o grupo com uma motivação: "Ah! Vou acompanhar o namorado". A adesão de Ana ao grupo de louvor pode ser vista a partir do que chamamos de movimentações por experiências combinadas. Ela, em certo momento, escolheu "desviar-se" – temos aqui uma experiência; posteriormente resolveu participar do "grupo de louvor" como vocalista, visto que sempre apreciou o canto, aliado à experiência de namorar "um cara" da igreja e do grupo – temos agora duas experiências combinadas, numa expressão da reversibilidade típica do mundo juvenil, ou seja, ir e voltar nas experiências quando julgam necessário.

A participação de Ana Catarina no grupo possibilitou combinar não só essas duas experiências (namoro e música), mas lhe trouxe certa motivação pessoal na área do louvor que a fez aderir de fato, mesmo não namorando mais com o "carinha do grupo". Sua atuação no louvor da igreja contribuiu para que pudesse movimentar-se por outras experiências, partir do crescimento do grupo, tais como viagens, gravação de DVD, conhecer novas pessoas e criar novas redes de convivência.

⁷ Ana Catarina, 23 anos, é graduanda em Pedagogia Especial da PUC-Minas, é recepcionista em um laboratório de análises clínicas e sua família é membro da igreja. Não namora atualmente.

⁸ Ana Catarina definiu o que era desviar-se, considerando o tempo que ficou "desviadinha", quando se comportava como uma pessoa que "tinha atitudes que não são de integrantes de louvor, eu vou falar, eu não tenho vergonha. Eu ficava com os outros. Eu não levava uma vida de compromisso. Eu não queria saber de namorar, eu queria ficar. Eu levava uma vida assim". Para a jovem, ficar é uma das características do desviado.

9 Josué, 23 anos, é pastor e coordena o grupo de louvor, é filho do Pastor Gilmar Garibaldi e da Pastora Stella. É formado em teologia e atualmente namora Marcela, 18 anos, integrante do grupo.

10 Refiro-me à linguagem utilizada pela igreja e pelos jovens: "tem que dar o exemplo", dar exemplo (ser modelo, digno de ser imitado) em casa, na rua, na escola, do bairro, na igreja. Em todo lugar se deve "dar o exemplo", como é também ter acesso a exemplos. A casa e a igreja, duas importantes instituições que contribuem na socialização dos jovens, são, com isso, também, espaços de exemplos.

11 Pouca qualidade técnica.

12 Tipo de oração comum entre os evangélicos no encerramento do culto.

13 Esse trecho da fala de Josué é bastante elucidativo, embora, com muito pesar, eu admita que não tenha condições, teóricas e temporais, neste momento, para aprofundar a análise do que foi dito pelo jovem: "Para mim, eu sou promessa de Deus, entendeu! Tudo o que acontece na minha vida desde novo. Eu sou um milagre de Deus, né? Quando eu estava no ventre da minha mãe eu estive morto. O médico falou: 'Seu neném está morto'. Ela orou, pediu a Deus para que Ele me desse a vida, e um anjo falou com meu pai, em sonho, que eu ia viver, ia ser um menino, que meu pai iria colocar o nome dele de Josué. Quando eu escuto isso, eu me emociono [mostra que os pelos do braço ficam arrepiados], entendeu? Eu acredito que eu sou uma testemunha viva do milagre de Deus, então eu acredito. Eu sou promessa de Deus, é o meu propósito com a música é pregar a palavra de Deus e falar que este Jesus que me ressuscitou dos mortos".

14 Josué é o único pastor que trabalha na igreja. Ele cuida da limpeza do templo e fica durante o dia na sede, onde tem maiores condições para dar aulas de música aos irmãos da igreja, principalmente aos jovens.



Josué: iniciado no "dozinho e solzinho" e formado no grupo de louvor⁹

"Eu sempre toquei violão, meu pai me ensinou um ré, o dó, o sol, então eu aprendi. Pior é que meu pai só fazia o mi menor e um si maior. Eu fiquei muito tempo da minha vida, adolescência, numa igreja que não investia em música; então eu conhecia pouca coisa de música. Depois, quando começou a CER é que eu fui ter mais amizade com o pessoal que tocava. Foi verdadeiro interesse pela música. Então eu tocava uma notinha ou outra, mas quando eu conheci este pessoal, o Raul, o Davi, vi a banda tocar como um todo, aí eu me interessei mais pela música e resolvi estudar. Sempre observava aprendi com o pessoal, fui aprendendo com eles aos pouquinhos, o pessoal que já tocava antes, aí eu comecei a participar." (Josué)

No caso de Josué, percebe-se o relevante papel da família em sua introdução musical, o que não é exclusividade apenas desse jovem, mas de outros membros do "grupo de louvor". Ao viver em um lar evangélico, muitas "crianças da igreja", como foi o caso de Josué, têm contato com a música tanto na igreja, na presença de grupos musicais mais "profissionais" (corais, conjuntos, duetos, bandas, solistas etc.), como em casa, quando alguém da família sabe "tocar louvores" que necessitam de um conhecimento apenas "instrumental". Nesses espaços de "exemplo"¹⁰, a igreja e a "casa da família evangélica", torna-se possível a iniciação musical dos jovens evangélicos.

Apesar da música ocupar lugar central no culto evangélico, não são todas as igrejas que investem nesta área. Por vezes, o "ministério de louvor" é tratado como "bico", passível de "fazer de qualquer jeito" ou mesmo formam grupos "painhas"¹¹ meramente para dar conta do ritual consolidado na maioria das denominações evangélicas – o culto com abertura solene, louvor, pregação e "bênção apostólica"¹². A CER segue o ritual, mas atribui um significado especial ao louvor, sendo Josué, atualmente, senão o principal, um dos membros que mais se empenha para fazer um louvor que "liberta vidas, cura feridas e transforma corações". Ou seja, a partir da significação espiritual atribuída ao louvor, o jovem percebeu a necessidade de investir no estudo e em sua percepção musical, e hoje é, sem dúvida, o músico mais bem preparado do grupo em termos de teoria musical, fato reconhecido pelos outros jovens e também por ele.

Ao afirmar que a música "é minha vida" e espiritualizar o caráter do louvor, o jovem acredita que suas ações na igreja são para adorar a Deus e que "Ele se agrada" do que ele faz ali: a música. Por se sentir uma "promessa de Deus"¹³, Josué tem se tornado um educador, um *missionário* da música, construindo, junto com os outros jovens, processos educativos na área musical. Sua adesão ao grupo vai além da música, do canto ou da instrumentalização; o grupo é, para ele, um organismo capaz de hospedar seu ímpeto de louvação e gratidão. Ao ser atraído para o "grupo de louvor", busca retribuir o que lhe foi ofertado, a vida, e a partir daí amplia a sua retribuição ao sagrado na relação com os outros membros do grupo e através do ensino de música e teologia, tarefas nas quais empenha a maior parte de seu tempo¹⁴.

O caso de Bernardo: música e gente em movimentação¹⁵

Bernardo, vocalista e *ministro de louvor*, começou a cantar ainda criança, quando chegou se apresentar em um programa de televisão. Sua família, antes de ser da CER, fez parte da membresia de outras igrejas, confirmando a tese do “trânsito por dentro”¹⁶ dos evangélicos. Marcos Assis (2005) ao discutir o trânsito religioso entre jovens evangélicos e católicos de Belo Horizonte, conclui que os jovens evangélicos, diferentemente dos católicos – que transitam para fora, ou seja, deslocam-se do catolicismo rumo a outras religiões – transitam por dentro, entre as diferentes denominações evangélicas existentes. Bernardo exemplifica essa discussão sobre trânsito religioso evangélico:

“A primeira igreja que meus pais foram, era Adventista, depois passamos para a Quadrangular, passamos por várias igrejas, Adventista, Quadrangular, Assembléia de Deus, Universal [do Reino de Deus], Batista do Caminho, Sara Nossa Terra, muitas igrejas. A que agente ficou mesmo foi a CER, até agora.”

O deslocamento “final” de Bernardo para a CER ocorreu por causa de seu desempenho musical ao se apresentar em um dos cultos da igreja, a convite da pastora Heloísa, sua vizinha:

“Bom, comecei a fazer parte do grupo de louvor há mais ou menos seis anos atrás e eu comecei a partir do momento que eu fui visitar a atual igreja em que estou. Eu fui lá para cantar uma canção que a pastora Heloísa tinha chamado para cantar e o Josué que é o líder do louvor, agora, gostou. Ele ouviu minha voz e gostou de me ver cantando e me chamou para fazer parte da equipe de louvor. A partir desse momento é que eu fiz parte da CER.” (Bernardo)

A igreja incentiva e apóia os jovens a experimentar a música de louvor e adoração do sagrado, dando-lhes a oportunidade de apresentar-se e construir trajetórias enquanto músicos e artistas. No templo evangélico é oferecido aos jovens o palco e a platéia. Espaço e público disponíveis, “quase que de graça”, o que seria muito mais difícil em outros locais, considerando-se o fato de serem jovens de camada popular. A igreja oferece, ainda, momentos de formação musical, como também de formação religiosa, que se configura como pré-requisito¹⁷ para adesão ao “grupo de louvor”. Essa formação religiosa nem sempre é a atividade preferida pelos jovens, mas eles se dispõem a se adequarem a algumas regras para estarem no grupo.

O “grupo de louvor” torna possível a concretização de sonhos e experiências para os jovens músicos, ofertando um *kit* completo: palco, pla-

téia, instrumentos, reconhecimento, gravação de CD e DVD e a perspectiva de um grande espetáculo. A música na igreja potencializa a atração de jovens de outras denominações evangélicas e torna possível, concomitantemente, aos jovens estarem em espaço e em momento de louvor ao sagrado, bem como de construção de identidades individuais e coletivas, por meio da experimentação musical.

Neste sentido, Bernardo encontrou na CER a garantia de expressar o seu “trabalho” musical e, conseqüentemente, foi capaz de mobilizar sua família para estarem juntos na mesma denominação para o “louvor e comunhão com Deus e com os irmãos da igreja”. Durante o tempo que está na igreja, o jovem criou uma rede de relações, que o prendem no lugar. “Já pensei em sair da igreja, já até saí uma vez, mas voltei, porque eu gosto das pessoas lá da CER, dos meninos, dos meus amigos”, Bernardo informa que sua adesão a uma comunidade evangélica e ao “grupo de louvor” torna possível a realização do desejo de ser um “músico profissional”. “Estar lá” significa “fazer parte” de uma rede de sociabilidade que o realiza enquanto sujeito que se constrói na relação com outros jovens, dentro e fora da igreja.

Tubo de ensaio 2: o disco da sociabilidade

“Chegamos à Igreja Congregacional quando começava a chover. Abner, Vitor e Artur correram até o carro para pegar os instrumentos cuidando para estes não se molhassem, pois que são caros. Mostravam-se solidários uns com os outros. Era um encontro de pastores. Eles eram mais sisudos que o povo da CER. O dirigente do culto informou o lançamento do DVD do grupo de louvor da CER. Os jovens sorriam uns para os outros; pareciam orgulhosos. O pregador da noite foi um pastor Deputado Federal do Partido Liberal-MG. Foi um culto com muito requinte. Foram apresentados e cantaram duas músicas, referentes à família, tema do DVD. Foram aplaudidos e, ao terminar a apresentação, ficaram na parte externa do templo, beberam água e comentaram sobre a apresentação. Eles riam e se mostravam animados. Não voltaram para o culto e se preparavam para vender os DVDs. Improvisaram uma banquinha com a caixa dos DVDs. ‘Ei, irmão, vamos abençoar o ministério’. Guardaram os DVDs e foram para o salão de festas da igreja, para participarem da festa preparada pelos pastores. Pegaram pratos de salgados e copos de refringentes. Eles se dirigiram para o templo, sentaram-se nos bancos perto da bateria (no salão de festas ficaram os pastores). Os meninos do grupo conversavam e brincavam. Um pegava o salgado do outro. Zoavam bastante.” (Caderno de Campo - observação realizada em 04/11/2006)

¹⁵ Bernardo, 18 anos, cursa o 3º ano do Ensino Médio em uma Escola Estadual, localizada perto da sua casa. Apenas alguns membros da sua família são evangélicos. Não namora, mas “fica” com alguma menina.

¹⁶ Para uma discussão mais ampla cf. Assis (2005).

¹⁷ Todos os membros do grupo de louvor devem, obrigatoriamente, participar da Escola Bíblica Dominical, aos domingos pela manhã, antes do ensaio. A igreja tem como objetivo educar os músicos na “palavra de Deus” e torná-los fiéis “irrepreensíveis”, considerando a formação religiosa uma contrapartida para a participação no grupo de louvor.

A partir da gravação do DVD, em poucas semanas o grupo já pegava estrada para a “turnê”. Foram convidados a se apresentar em igrejas do interior do Estado e da capital. Tratam as novas experiências com certo profissionalismo. Rapidamente, passaram a usar linguagens e práticas do meio artístico: “Temos que verificar na agenda”, “Vou autografar seu DVD”. Brincávamos, “É o problema da agenda cheia”. Por meio da turnê, os jovens mostram que, ao passarem mais tempo juntos, se movimentam e combinam novas experiências, escolhas e modos de vida.

O “ministério de louvor” vem promovendo nos jovens, no presente e continuamente, aquilo que Dayrell (2005, p. 291) observou no âmbito do rap e do funk. O estilo musical, corporificado no grupo, traz uma significava

“ampliação dos circuitos e redes de trocas, sendo o meio privilegiado pelo qual se introduziram na esfera pública. Na gratuidade dessas relações e nas atividades de lazer, vieram construindo formas de sociabilidade próprias, num exercício de convivência social, aprendendo a lidar com as diferenças. O estilo se coloca como um dos poucos espaços onde podem exercer o direito às escolhas¹⁸, constituindo, para grande parte deles, um modo de vida.”

Os “jovens do louvor” (re)elaboram suas práticas culturais e de lazer. São capazes de criar formas próprias de sociabilidade, nos momentos em que estão juntos nos cultos, ensaios, nas apre-

sentações externas à igreja local, nas viagens, na rua, na esquina, no “pedaço”¹⁹, ou seja, constroem redes de convivência, também, naqueles espaços intermediários entre o privado (a casa) e o público, onde desenvolvem uma “sociabilidade básica”, mais ampla do que a sociabilidade estabelecida no âmbito da família, “porém mais densa, significativa e estável do que as relações formais e individualizadas impostas pela sociedade” (MAGNANI, 2005, p. 178).

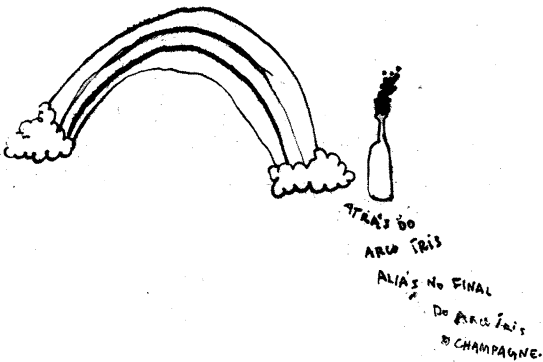
Considerações Finais

Percebemos que o “grupo de louvor” pode contribuir na articulação da sociabilidade dos jovens participantes. As práticas artísticas e culturais constituídas por eles podem ampliar suas relações sociais e de auto-estima, pois na convivência cotidiana trazem elementos de uma ação educativa: motivação, correção, ensinamento, avaliação, cumplicidade. Os jovens transformam-se e educam-se na relação coletiva. O grupo torna possível aos participantes estabelecer laços de amizade, os quais, na maior parte das vezes, têm em si a razão de ser. Ao fazerem louvor juntos, criam e recriam condições de uma “ação comunicativa” capaz de estreitar laços afetivos e a sociabilidade deles. É lá, na CER, que a juventude se congrega, jovens que “soltam o som”, através de suas experiências religiosas, artísticas e culturais. No “grupo de louvor” eles dialogam com outros jovens e criam múltiplas formas de tornarem-se visíveis enquanto sujeitos que sonorizam a fé no sagrado.

Submetido em 20/03/2007
Aprovado em 07/05/2007

18 Contextualizando este estudo, no caso da igreja, existem possibilidades de escolhas, mas são possibilidades mediadas por regras e doutrinas colocadas pela igreja e o pastorado.

19 Para uma discussão mais ampla cf. Magnani (1998).



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAMO, Helena Wendel. (1994), *Cenas juvenis: punks e darks no espetáculo urbano*. São Paulo, Escrita.
- ASSIS, Marcos A. (2005), "*Para fora e por dentro*": trânsito religioso entra a juventude de Belo Horizonte, Monografia (Ciências Sociais), Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.
- CARRANO, Paulo César Rodrigues. (1999), *Angra de tantos Reis: práticas educativas e jovens tra(n)çados da cidade*, Tese (Doutorado em Educação), Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense, Niterói.
- DAYRELL, Juarez T. (2005), *A música entra em cena: o rap e o funk na socialização da juventude*. Belo Horizonte, Editora UFMG.
- DAYRELL, Juarez T. (1996), "A escola como espaço sociocultural", in _____, *Múltiplos olhares sobre educação e cultura*, Belo Horizonte, Editora UFMG.
- FRESTON, Paul. C. (1993), *Protestantes e política no Brasil: da constituinte ao impeachment*, Tese (Doutorado em Ciências Sociais), Universidade Estadual de Campinas, Campinas.
- MAGNANI, José G. C. (1998), *Festa no pedaço: cultura popular e lazer na cidade*. São Paulo, Hucitec.
- MAGNANI, José G. C. (2005), "Os circuitos juvenis urbanos", in _____, *Tempo social*. São Paulo, USP.
- MAUSS, Marcel. (1974), *Ensaio sobre a dívida: sociologia e antropologia*. São Paulo, EDUSP.
- PAIS, José Machado. (1993), *Culturas juvenis*. Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda.
- SPÓSITO, Marília Pontes. (2000), *Estado do conhecimento: juventude*. Brasília, INEP.
- TAVARES, F. R. G., PEREZ, L. F. & CAMURÇA, M.A. (2006), "Imaginário religioso, moral e política entre a juventude mineira", *Anais*, 25 a Reunião Brasileira de Antropologia.

Elias Evangelista Gomes é graduando da Universidade de São Paulo.

eliasgomesbh@yahoo.com.br

As teorias da dependência no capitalismo contemporâneo

Augusto Wagner Menezes Teixeira Jr.

Graduando em Ciências Sociais/UFPE.

Palavras-chave: Dependência, subdesenvolvimento, difusão tecnológica, Centro-Periferia.

Key Words: Dependence, underdevelopment, technological diffusion, Core-Periphery.

RESUMO: Várias abordagens analíticas em política internacional afirmam que o sistema internacional contemporâneo é marcado pela interdependência entre os Estados. Porém, relações assimétricas de poder, vários níveis de dependência entre Estados e economias, e uma distribuição desigual do poder e riqueza ainda se mantêm. Este trabalho apresenta as mais relevantes teorias da dependência na América Latina, para em um segundo momento analisar os limites e alcances dessas teorizações face ao contexto internacional contemporâneo. Analisamos o estruturalismo de Celso Furtado, a interpretação sociológica da dependência de Fernando Henrique Cardoso e Faletto e as contribuições da escola marxista radical. Esse artigo se apresenta relevante no sentido de compreender a atualidade do fenômeno da dependência nos tempos hodiernos e as contribuições dos autores que configuram o debate teórico mais importante sobre o fenômeno. Neste trabalho buscaremos enfatizar e demonstrar a importância dessa abordagem teórica ao estudo do desenvolvimento nacional e das dinâmicas da economia capitalista mundial.

ABSTRACT: Several analytical approaches to international politics assume that one main feature of the contemporary international system is the interdependence among states. However, asymmetric relations of power, varied levels of dependence among states and economies, and a unequal distribution of power and wealth still remain. This essay presents the most relevant dependence theories in Latin America, it analyzes the scope of such theories in the contemporary international context. It focus on Celso Furtado's structuralism, Fernando Henrique Cardoso and Faletto's sociological interpretation of dependence and the contribution of the Marxist radical school. The essay aims at stressing the permanent worth of this theoretical approach to the study of national development and the dynamics of the capitalist world economy.

Introdução

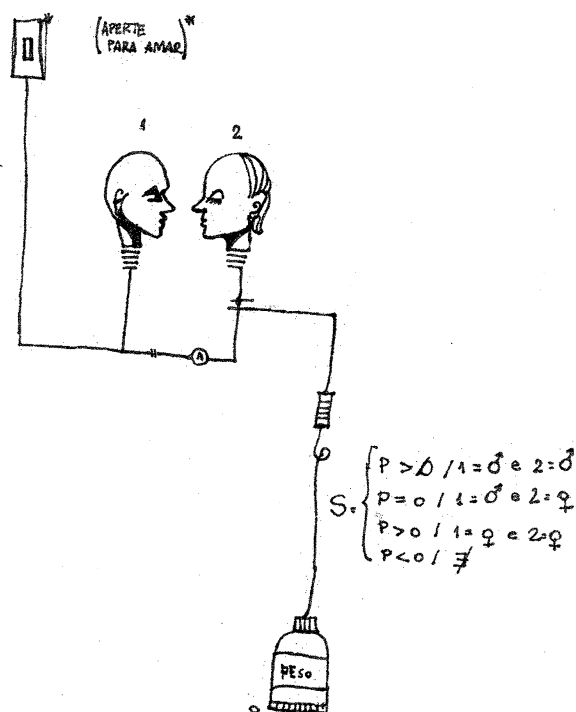
Passados quase cinquenta anos desde as primeiras teorizações sobre a dependência, a relevância da temática não se exauriu no tempo. Autores de distintas correntes teóricas produziram um conjunto de reflexões acerca da realidade latino-americana referentes às variadas dimensões desse fenômeno. Teóricos como Celso Furtado, Fernando H. Cardoso, Enzo Faletto, Gunder Frank e Theotônio dos Santos buscaram compreender a dependência, trazendo com essa reflexão projetos e alternativas para superá-la.

"Por cierto, siempre existe una necesidad de establecer una relación entre el pasado y el presente; necesidad que es más urgente hoy día en que existe una fuerte presión para asumir el presente como lo único válido [...]". (FALETTO, 1998b, p.117). Com isso faz-se mister revisitar os clássicos da dependência, pois as suas teorizações e problemas suscitados ainda se fazem sentir na periferia¹ do sistema capitalista.

A teorização de Celso Furtado acerca da dependência ecoa no debate contemporâneo sobre da globalização produtiva e financeira. O modelo de capitalismo associado, como forma de superação do subdesenvolvimento, preconizado por Cardoso e Faletto nos anos setenta, agora dá seus resultados após ter tomado corpo empírico na década de noventa no Brasil. Uma significativa parcela dos obstáculos ao de-

seenvolvimento periférico elucidados por Gunder Frank e Theotônio dos Santos ainda persistem em pleno século XXI, alimentando o debate sobre a possibilidade de desenvolvimento periférico no capitalismo.

Logo, "¿Qué problemas, de los planteados por los estudios sobre dependencia, siguen hoy vigentes? ¿Cómo reformularlos?" (ibidem). A partir dessas indagações pretendemos mostrar que a dependência permanece na emergência do século



¹ Os conceitos de centro e periferia são usados aqui na tradição do pensamento furtadiano. Quando nos referirmos a periferia, estaremos nos dirigindo à América Latina.

XXI, passando por processos de reconfiguração ao longo das fases de expansão e difusão do capitalismo.

Contudo, devemos observar que o próprio capitalismo passou por transformações substantivas desde as primeiras teorizações sobre a dependência. Esse fenômeno se apresenta no século XXI sob formas complexas, como através da governabilidade tutelada nos países subdesenvolvidos e na assimilação de padrões de consumo e tecnologia produzidos por países centrais (FURTADO, 2000b).

Esses são apenas alguns fenômenos que caracterizam a permanência da dependência no século XXI. Esse fato, per si, reforça a importância e atualidade de revisitar essas teorias. O diálogo entre os clássicos e a contemporaneidade é de expressiva relevância para o conhecimento do alcance e limites das teorias da dependência e de seu vigor explicativo para a contemporaneidade.

A dependência em Celso Furtado

O pensamento furtadiano desenvolve-se sob a égide do paradigma do sistema de relações centro/periferia. Segundo essa reflexão, as relações internacionais são marcadas por uma ruptura estrutural entre os países que compõem o centro e a periferia do sistema internacional (FURTADO, 1992). Ao longo da sucessão histórica se teria conformado em paralelo dois processos estruturadores, o desenvolvimento e o subdesenvolvimento. Segundo Furtado, o desenvolvimento e expansão das nações avançadas contribuiu para a inserção internacional desvantajosa dos países periféricos. Esse contexto revelava que as relações econômicas internacionais têm como atores principais Estados e economias nacionais em níveis extremamente assimétricos de desenvolvimento, incorrendo no agravamento da distância entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos.

O centro seria composto por países industrializados e desenvolvidos, cumprindo papel ativo na inovação e difusão do progresso tecnológico². Em contraste, a periferia seria composta por nações subdesenvolvidas. Porém, a pauta de exportação dos países periféricos seria relativamente estreita, contando principalmente com commodities e outros produtos de baixo valor agregado³.

Segundo a teorização furtadiana, as relações assimétricas entre centro e periferia vieram conformar um sistema de dependência/dominação no qual os países periféricos sofrem desvantagens cumulativas (*ibidem*, 1974). Furtado concebe que a dependência na periferia é vinculada ao controle por agentes externos de setores estratégicos das economias periféricas. Logo, a dependência levaria à redução da soberania e da capacidade de autonomia política dos Estados, visto que a adoção de políticas independentes seria dificultada por constrangimentos externos e domésticos.

Nesse sentido, a dependência cultural, fruto da penetração de hábitos de consumo próprios de sociedades avançadas, seria um fenômeno doméstico potencializador da dependência externa. Segundo o autor, "a dependência é a situação particular dos países cujos padrões de consumo foram modelados do exterior" (*ibidem*).

Nesse contexto, o controle externo da penetração tecnológica na periferia, através da ação de corporações transnacionais, revela, para Furtado, um elemento da política de poder que se desenrola no sistema internacional. Em outras palavras, a difusão de padrões tecnológicos comandada pelo exterior se apresenta como instrumento voltado à realização de interesses dos países centrais (*ibidem*, 1992). Para tal efeito, a influência no campo da cultura e tecnologia seriam vetores privilegiados para a dominação via dependência.

Desde a década de setenta, autores relevantes levantam a questão da interdependência como uma das características mais marcantes das relações internacionais no capitalismo. Tanto Joseph Nye (NOGUEIRA & MESSARI, 2005b), quanto Furtado (2003a), observaram que a interdependência era um fenômeno crescente na cena externa. Porém, mesmo no contexto da interdependência apresentam-se relações assimétricas de poder entre as nações, ou seja, a própria interdependência é desigual.

A dependência apresenta-se sob novas formas no capitalismo hodierno. A dimensão cultural da dependência, ressaltada por Furtado, mostra-se uma constante, visto que nos primeiros anos do século XXI a liderança hegemônica dos Estados Unidos se mostra sólida, mesmo com a concorrência de outros países da Tríade, como Alemanha e Japão (2001). A permanência da hegemonia na difusão de tecnologia e de padrões de consumo por parte do centro é observável nos dados abaixo.

EXPORTAÇÃO DE MANUFATURADOS

Participação por região e economia, em %

Região/ economia	1990	2003
Países desenvolvidos	77,9	65,4
Países em desenvolvimento	18,3	29,7
América Latina e Caribe	2,4	4,1
Brasil	0,8	0,8
Chile	0,2	0,2
México	0,5	2,2
Sudeste e Leste da Ásia	13,6	22,7
Coréia do Sul	2,2	3
China	1,7	6,5
Índia	0,5	0,9
África	2,6	2

Fonte: VALOR ECONÔMICO, (2006b)

² Na teoria furtadiana o controle e o domínio da técnica apresentam-se como relevante recurso de poder na competição interestatal e interempresarial (FURTADO, 1978).

³ O Brasil se apresenta como uma exceção. Esse país tem uma pauta de exportação diversificada, variando desde bens manufaturados a bens primários e agrícolas. O que nos é de valor nesse caso, é que o papel das commodities nessa economia desempenham papel estratégico em sua inserção internacional.

Logo, essa reflexão mostra que a dependência (enquanto forma de dominação intra-estatal) é um fenômeno atual, reforçando assim a importância do pensamento de Celso Furtado. Um caso representativo é o brasileiro. País com uma economia complexa, dotada de um parque industrial diversificado, revela-se tecnologicamente dependente.

GASTOS EM ATIVIDADES INOVADORAS, PORCENTUAIS DA RECEITA LÍQUIDA, BRASIL		
	Percentuais da receita líquida. Ano 2003	Percentuais da receita líquida. Ano 2004
Aquisição Externa de P&D ⁴	0,11	0,07
Aquisição de Outros Conhecimentos Externos	0,2	0,08
Introdução de Inovações Tecnológicas no Mercado	0,24	0,15
Atividades Internas de P&D	0,64	0,53
Treinamentos	0,07	0,05

Fonte: VALOR ECONÔMICO, (2006d).

Como agravante desse quadro, o Brasil ainda tem nas commodities produto de exportação estratégico. O problema incide no fato de que essa forma de inserção internacional via comércio tem se mostrado historicamente ineficiente para fins de desenvolvimento e superação da dependência. Dados da UNCTAD (2006c) revelam que embora os preços nominais das commodities estejam em ascensão, devido ao efeito China, a tendência do preço real é de queda.

Nesse contexto em que o processo de globalização e interdependência desigual acarretam na complexificação da cena externa e da dependência, é forçoso revisitar o pensamento de Furtado para compreender, através de uma perspectiva da periferia do sistema, quais as possibilidades ao desenvolvimento no contexto da dependência. Visto que Furtado fornece análises e proposições de políticas e estratégias de desenvolvimento relevantes para a América Latina, em especial o Brasil.

A visão dependentista de Fernando H. Cardoso e Enzo Faletto

Cardoso e Faletto foram pioneiros da teoria da dependência. Ao longo das décadas de sessenta e setenta, quando os projetos desenvolvimentistas mostravam sinais de esgotamento, os autores inovaram ao analisar as causas da permanência do atraso estrutural não apenas por aspectos econômicos ligados ao subdesenvolvimento⁵, mas a partir de uma ótica sociológica, voltada à compreensão das relações estruturais que os grupos e classes da América Latina mantinham com o centro. Essa teorização foi crucial para crítica ao conhecimento produzido durante o período desenvolvimentista.

Acreditavam que para compreender os processos de dominação e de dependência no sistema internacional, seria necessário analisar como os grupos e classes sociais que engendravam essa estrutura se vinculavam entre si e a agentes econômicos na esfera econômica internacional, sendo possível “[...] analisá-la a partir da configuração do sistema de relações entre as diferentes classes sociais no âmbito mesmo das nações dependentes” (CARDOSO & FALETTTO, 1970, p.31). Por essa razão, entendiam a necessidade de estudar “[...] as conexões entre o sistema econômico e a organização social e política das sociedades subdesenvolvidas” (*ibidem*, p.25).

Um dos pontos centrais dessa teorização está em observar que, de fato, a dependência é um fenômeno que também se desenrola no exterior das sociedades nacionais, através da vinculação das economias periféricas ao mercado internacional. Porém, observam que os agentes que engendram as relações de dependência e dominação estão inseridos nas sociedades nacionais, organizando-se em grupos e classes. Consequentemente, para compreender a dependência, deve-se compreender o papel destes grupos enquanto agentes políticos e econômicos e a função/posição que caracterizam seus países no sistema internacional⁶.

Cardoso e Faletto distinguem entre sociedades que mantêm a relação Metrópole/Colônia e as que detêm relações do tipo Centro/Periferia. O primeiro tipo de relação se dá como forma de dominação total por parte da metrópole. Nesse contexto, as colônias ou “Quase-Estados” (FIORI, 2004b) carecem de autonomia na condução de sua vida política e econômica.

Na situação de subdesenvolvimento, a dependência se manifesta mais drasticamente quando “[...] as decisões que afetam a produção ou o consumo de uma dada economia, são tomadas em função da dinâmica e dos interesses das economias desenvolvidas” (CARDOSO & FALETTTO, 1970, p.26). Em outras palavras, a dependência, para esses autores, se apresenta de forma mais patente quando os principais centros de decisão econômicos e a dinâmica de sua economia são controlados por agentes externos.

Nas relações centro/periferia, dá-se uma relação “[...] entre centros dominantes mais desenvolvidos e os países periféricos em que já existe uma sociedade nacional” (*ibidem*, p.25). Com isso, as alianças e formas de inserção nas relações econômicas internacionais encontram nas elites políticas e econômicas seus principais agentes. Os autores observam uma correlação entre o atraso e as formas de inserção no capitalismo realizadas pelos países periféricos, pois:

*“[...] entre as economias desenvolvidas e as subdesenvolvidas não existe uma simples diferença de etapa ou de estágio do sistema produtivo, mas também de função ou posição dentro de uma mesma estrutura econômica internacional de produção e distribuição”. (*ibidem*, p.26).*

⁴ Pesquisa e Desenvolvimento.

⁵ Boa parte das teorias convencionais da época abordaram o problema da ausência do desenvolvimento na periferia através de um enfoque estritamente econômico. A abordagem sociológica e a contribuição à sociologia do desenvolvimento prestada por Cardoso e Faletto são pontos significativos na formulação das teorias da dependência. A perspectiva sociológica e política também foi utilizada por autores como Celso Furtado (2000b) e Gunder Frank (1980), nesse último em menor grau.

⁶ Essa perspectiva se assemelha a de Celso Furtado (1974).



Com isso ressaltam as relações de poder existentes no sistema internacional que reproduzem o subdesenvolvimento e que aprofundam a dependência. Nesta perspectiva, vê-se que o interesse particular de uma classe ou grupo social é generalizado para toda sociedade, em favor de elites. A sobrevivência desses grupos está intimamente ligada à capacidade de adaptação em relação às mudanças na dinâmica do sistema. Nesta perspectiva,

"A dependência encontra assim não só 'expressão' interna, mas também seu verdadeiro caráter como modo determinado de relações estruturais: um tipo específico de relação entre as classes e grupos que implica uma situação de domínio que mantém estruturalmente a vinculação econômica com exterior". (ibidem, p.31).

O vigor desta teorização está em observar que o fenômeno da dependência é gestado no seio das sociedades nacionais e na interação dos grupos e elites de poder com agentes do capital externo. Com isso, atrela-se, o desenvolvimento, melhor dizendo, o subdesenvolvimento dos países periféricos ao ritmo e vontade dos países centrais. A dependência, nessa perspectiva, é produto de interações intra-elites que resultam em dominação velada através da dependência.

Porém, qual a relevância dessa reflexão para a compreensão da dependência nos tempos atuais? Essa contribuição se faz significativa para

contemporaneidade ao ressaltar o aspecto das elites e classes na conformação e reprodução da dependência na periferia. Autores relevantes, como Fiori (2006a), revelam que o capitalismo contemporâneo tende a se expandir através da globalização. O estabelecimento de "redes internacionais de produção" (AKYÜZ, 2005a) ao longo da periferia é um fenômeno que demonstra uma crescente rivalidade entre elites econômicas transnacionais e o poder dos Estados nacionais.

Nesse sentido, a reflexão de Cardoso e Faletto é atual, ao mostrar que, no capitalismo, a competição internacional pelo poder e riqueza, além dos Estados nacionais organizados, competem elites transnacionais com projetos de poder e acumulação de poder próprios; possibilitando a captura do Estado ou de segmentos estratégicos deste para os interesses transnacionais.

Nesse contexto, a atualidade desse pensamento é reforçada pela reflexão de Arrighi, para quem, no sistema internacional, existem duas lógicas de poder (territorialista e capitalista) e duas formas de competição (interestatal e interempresarial) (1996). É nesse contexto da cena internacional que atualmente se desenrolam as relações de dependência.

Contudo, podemos observar algumas limitações na teorização de Cardoso e Faletto. Embora as elites econômicas tendam a internacionalizar os processos de competição por riqueza e poder, rivalizando com os Estados nacionais, estes ainda são atores privilegiados nas rela-

ções internacionais. A história contemporânea mostra que ainda cabem aos Estados nacionais prerrogativas institucionais capazes de bloquear e/ou minimizar o poder das corporações transnacionais.

Políticas seletivas de investimento externo direto (IED), adotadas por governos como o da Coreia do Sul são manifestações de um poder soberano maior do que o das elites transnacionais, reforçando o papel do Estado nacional como único ator provido de legitimidade e recursos de poder capazes de se opor aos interesses das corporações e elites. Embora uma vasta bibliografia nos informe sobre a perda de poder do Estado na condução de políticas econômicas e de desenvolvimento (NOVAES, 2003b), nos Estados desenvolvidos e em desenvolvimento o Estado ainda dispõe de um relevante papel no jogo de poder internacional, tanto na promoção de desenvolvimento, quanto no da superação da dependência (CHANG, 2004a).

A corrente marxista radical da Teoria da Dependência: André Gunder Frank

A escola dependentista radical tem entre seus representantes mais ilustres André Gunder Frank e Theotônio dos Santos. Essa corrente surge na década de sessenta e setenta, dialogando e criticando tanto com o pensamento neoclássico, quanto com as formulações desenvolvidas na Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL).

A premissa básica dos teóricos marxistas é a de que a dependência é um fenômeno intrínseco à dinâmica do capitalismo. Em Frank, a compreensão da dependência se dá sob a égide da análise do processo de acumulação capitalista realizada pelos países centrais (metrópoles). Logo, as relações de dependência são em si uma forma de dominação realizada pelas nações e classes dominantes⁷ dos países desenvolvidos, a fim de promover o processo de acumulação através de relações de dominação via dependência e imperialismo (FRANK, 1980).

Frank foi um dos mais importantes pensadores da corrente radical da teoria da dependência. Entre os dependentistas, foi um dos primeiros teóricos a defender a ruptura dos países periféricos com a rede capitalista internacional, através do desligamento da periferia do sistema capitalista. Acreditava que assim seria possível romper com o processo de "desenvolvimento do subdesenvolvimento" (*ibidem*).

Metodologicamente, para o autor, "o subdesenvolvimento deve ser visualizado como um epifenômeno da expansão do capitalismo" (GRIFFITHS, 2004c). Sobre isso diz Frank:

"A conclusão de todas essas reflexões teóricas e políticas [...] foi que a participação contínua no sistema mundial capitalista só poderia significar desenvolvimento conti-

nuo do subdesenvolvimento. Quer dizer, não haveria igualdade nem eficiência nem desenvolvimento econômico. As conclusões políticas, portanto, eram se desligar do sistema externo e transportar-se internamente para o socialismo seguro (ou qualquer outra cooperação socialista internacional indefinida), a fim de possibilitar o desenvolvimento econômico independente ou não dependente". (FRANK apud GRIFFITHS, 2004c, p.188).

Embora o subdesenvolvimento fosse um epifenômeno da expansão do capitalismo, Frank o concebia como um elemento de ordem estrutural, importante para compreender a dependência e pensar a sua superação. Segundo Griffiths, o subdesenvolvimento, para Frank, "consiste de um conjunto de proposições complementares" (*ibidem*, p.188), sendo elas: (i) "O 'desenvolvimento' de metrópoles nacionais e outras subordinadas é limitado pelo seu status de satélites. (ii) Os satélites experimentam o mais elevado índice de desenvolvimento econômico quando seus elos com a metrópole são mais fracos, e não mais fortes. (iii) As áreas atualmente mais subdesenvolvidas são, em geral, as que tiveram uma ligação mais forte com a metrópole no passado. (iv) As empresas comerciais que tiveram o poder voltaram-se ao crescente mercado mundial mais do que ao doméstico; e se estabeleceram geralmente nos países satélites, para se beneficiarem do acesso às matérias-primas e aos baixos custos de mão-de-obra/produção" (*ibidem*).

Analisemos essas proposições. De fato, autores de tendências díspares, como Furtado, Cardoso e Faletto, concebem que a conformação do sistema de relações econômicas internacionais no capitalismo é caracterizada pela divisão entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos⁸, adicionando-se a isso a dependência concebida como forte elemento da reprodução do subdesenvolvimento. Contudo, o fato de o "desenvolvimento de metrópoles nacionais e outras subordinadas" ser limitado pelo status de satélite, em alguns casos não impediu que houvesse desenvolvimento econômico em certos países periféricos.

Vejamos mais uma vez o caso da Coreia do Sul. Esse país, após a década de cinquenta, passou a fazer parte da "zona de influência" (FURTADO, 2003a) norte-americana, recebendo desse Estado incentivos ao crescimento e desenvolvimento (COUTINHO, 2000a). Não estou afirmando que a dependência nesse caso levou a Coreia do Sul ao desenvolvimento, mas que a decisão de como lidar com a dependência foi política. O fator fundamental da dependência, como aparece em Furtado, não tem como determinante apenas a forma inicial e funcional que uma economia realiza no sistema internacional, mas sim a sua forma e estratégia de inserção internacional ao longo do tempo. Essa dimensão analítica abre possibilidades de se

⁷ Teóricos marxistas também concebiam a dimensão doméstica da dependência. Ver a noção de "colonialismo interno" em: MARINI, Mauro. (2000), *Dialética da Dependência*. Petrópolis, Vozes.

⁸ Inclusive, reconhecem a relevância da categoria classes para a compreensão da dependência.

pensar uma mudança na trajetória política de uma nação através da ação política do Estado.

O caso sul-coreano mostra que embora o país tenha estado sob forte influência e dependência norte-americana, seu governo soube aproveitar a estrutura de oportunidades e realizar uma política de desenvolvimento que ultrapassou bastante os limites pretendidos pelos Estados Unidos ao desenvolvimento sul-coreano (*ibidem*). Logo, a crítica que se desenha aqui a Frank é de que não existe uma relação mecânica entre "status de satélite" e subdesenvolvimento (ou maior grau deste)⁹. Podemos afirmar que países de desenvolvimento retardatário, como a Alemanha, o Japão e a Coreia do Sul, ao longo da segunda metade do século XX, encontravam-se extremamente ligados à "metrópole", configurando-se uma patente relação de dependência entre essas nações e os Estados Unidos (CHANG, 2004a). O que distinguiu essa relação de dependência da que se verificava com os países latino-americanos foi a forma como as elites nacionais e o Estado nacional (dependentes) pensaram a inserção internacional de seus países e como lidaram com a dependência, no sentido de levar o jogo de poder a condições mais vantajosas¹⁰.

Furtado revelou que a maior parte do comércio mundial é realizado entre os países desenvolvidos (FURTADO, 1992), sendo o maior volume de comércio realizado entre países da OCDE (*ibidem*). Esse fato evidenciaria que a ligação entre "satélite" e "metrópole", como entende Frank, se tornou mais fraca, tornando possível o desenvolvimento periférico. Porém não é isso que Furtado vai mostrar em suas teorizações da década de oitenta e noventa. Esse autor afirma que a dependência reproduz-se na contemporaneidade sob a égide da globalização financeira e produtiva, que dá origem a novos mecanismos de controle externo e de dependência. Contudo, a dependência comercial ainda é variável de grande relevância, embora os preços das commodities no período atual estejam em alta¹¹.

Outra crítica relevante à concepção de Frank, proposta por Furtado, ressalta que o subdesenvolvimento não é um epifenômeno gerado pelas relações de dependência em nível internacional (*ibidem*, 1974). Apresenta-se o argumento de que o subdesenvolvimento é um processo que se desenrola paralelamente ao desenvolvimento no centro, havendo uma lógica de funcionamento própria no subdesenvolvimento, realçada e reforçada pelas relações de dependência (*ibidem*).

Furtado e Frank concordam quanto ao fato de que a dependência é um fenômeno mais geral que o subdesenvolvimento, visto que não existe subdesenvolvimento sem dependência. Furtado ressalta que os países desenvolvidos podem manter relações de dependência entre si (*ibidem*).

Contudo, a teoria da dependência marxista continua importante na atualidade, tanto como

contribuição à compreensão das relações de poder no capitalismo contemporâneo, quanto por dar origem a novas correntes teóricas. Como comenta Theotônio dos Santos, a teoria da dependência, inicialmente se inseria nas teorias do desenvolvimento,

"Contudo, a Teoria das Relações Internacionais e a chamada Economia Política, entre outras disciplinas, reconhecem na teoria da dependência uma das alternativas de enfoque da economia política e das relações internacionais e um dos conceitos-chave dessas disciplinas". (DOS SANTOS, 1998a, p. 137).

A vitalidade do fenômeno da dependência é demonstrada pela "teoria do sistema mundial que representa um dos mais belos frutos da teoria da dependência", enquanto problema teórico relevante e atual. Segundo Dos Santos (*ibidem*) o pensamento de Immanuel Wallerstein e de Giovanni Arrighi, fortemente influenciados pela escola marxista radical, apresentam contribuições de expressiva relevância à compreensão das possibilidades de desenvolvimento da periferia. Esses autores, ao refletirem acerca do capitalismo como sistema, referem-se diretamente a Frank em sua perspectiva sistêmica do capitalismo, concebido como fenômeno global.

Considerações Finais

Um dos objetivos deste ensaio foi o de mostrar diversas escolas teóricas que abordaram a dependência, visando a sintetizar aspectos de grande valia para o estudo da dependência no capitalismo contemporâneo, fenômeno que permanece atual e presente nos países periféricos. Essa relação de dominação velada abre um conjunto de possibilidades de utilização de *soft power*¹² contra os interesses dos países dependentes, como por exemplo, a governabilidade tutelada por instituições internacionais multilaterais como o FMI e o Banco Mundial (FURTADO, 1992).

O pensamento de Celso Furtado demonstra ser um arsenal teórico de grande relevância para o estudo das relações assimétricas de poder no sistema internacional, visto que atualmente as assimetrias estruturais no sistema internacional se agravaram e a distância entre centro e periferia vem aumentando.

A reflexão de Cardoso e Faletto se revela uma perspectiva analítica relevante na contemporaneidade. A formação do que Akyüz (2005a) chamou de "redes internacionais de produção" demonstra a convergência de interesses de importantes grupos internacionais e nacionais, influenciando as condições e o grau de dependência nos países não industrializados e dependentes.

No contexto atual, em que os Estados nacionais periféricos perdem capacidade de planejar

⁹ Em muitos casos na América Latina e em alguns países da Ásia podemos encontrar uma relação entre "status de satélite" e subdesenvolvimento. Porém essa relação está ligada a um tempo histórico específico, que Frank denomina de "Colonialismo", não constituindo uma lei geral.

¹⁰ Para uma interpretação diferente, ver Frank (1980). Existe uma diferença entre dependência gestada em sociedades com Estados nacionais consolidados e sem Estado (CARDOSO & FALETTO, 1970). Um argumento forte contra a argumentação defendida aqui é de que países como o Japão nunca foram colônias nem foram objeto de tal intento, devido a suas condições naturais desfavoráveis. Com isso as formas de dependência gestadas nas relações deste com os países desenvolvidos seriam substancialmente diferentes das ocorridas na América Latina (*ibidem*). Porém, o caso sul-coreano nos revela a inconsistência da tese de Frank.

¹¹ Porém, existe uma tendência estrutural de queda dos preços reais das commodities. Ver: UNCTAD (2006c).

¹² Segundo Pecequillo (2004d), os fatores que caracterizam o *soft power* são: tecnologia, economia e ideologia. Essas dimensões do poder, em vez de se referir ao poder duro, como a capacidade militar e o domínio de territórios, refere-se à capacidade de influência, coerção e indução através de mecanismos fora da alçada da agressão direta.

e executar políticas heterodoxas torna-se mais problemática a possibilidade de superação da dependência. A expansão global do sistema financeiro promoveu o surgimento de novas formas de dependência financeira e econômica. A economia passa a ser, da década de oitenta aos dias atuais, um campo privilegiado do exercício do poder e de ingerência externa na periferia. Nesse sentido, o pensamento de Frank e de Dos Santos se faz relevante, pois ambos questionam as possibilidades de superar a dependência, dentro do capitalismo, para grande parcela dos países subdesenvolvidos.

O aspecto normativo da reflexão aqui empreendida vai reafirmar a necessidade do papel do Estado para a promoção do desenvolvimento, tanto como ator privilegiado na política internacional, quanto pelas prerrogativas institucionais de que goza no ordenamento político-social das nações. Outra questão que emerge é a reflexão acerca do modelo de desenvolvimento adotado nos países periféricos e como realizar uma inserção internacional soberana. É neste sentido que as teorias da dependência mostram sua constante vitalidade para a reflexão hodierna sobre a relação entre economia e política.

Submetido em 20/03/2007
Aprovado em 07/05/2007

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AKYÜZ, Yılmaz. (2005a), "Impasses do desenvolvimento", Tradução de Marta Helena Cintra, *Novos estudos* – CEBRAP, São Paulo, 72: 41-56.
- ARRIGUI, Giovanni. (1996), *O Longo Século XX*. Tradução Vera Ribeiro. Rio de Janeiro/São Paulo, Contraponto/Unesp.
- CARDOSO, F. H. & FALETO, E. (1970), *Dependência e Desenvolvimento na América Latina, ensaio de interpretação sociológica*. Rio de Janeiro, Zahar.
- CHANG, Ha-Joon. (2004a), *Chutando a Escada*. Tradução de Luís Antônio Oliveira de Araújo. São Paulo, Unesp.
- COUTINHO, Luciano. (2000a), "Coréia do Sul e Brasil, paralelos, sucessos e desastres", in J.L. Fiori (org.), *Estados e Moedas no Desenvolvimento das Nações*, 3ª ed, Petrópolis, Vozes.
- DOS SANTOS, Theotônio. (1998a), "Por uma bibliografia sobre a teoria da dependência", *Estudos Avançados*, 12, 33: 137-146.
- FALETO, Enzo. (1998b), "Los años 60 y el tema de la dependencia", *Estudos Avançados*. 12, 33: 109-117.
- FIORI, José Luís. (2006a), *Sistema Mundial e América Latina, Mudanças e Perspectivas*. <http://www.asc-hsa.org/IMG/ARTIGO_ITAMARATY_1_.doc>. Acessado em 22 de Fevereiro de 2007.
- _____. (2004b), "Formação, Expansão e Limites do Poder Global", in J.L. Fiori (org.), *O Poder Americano*, Petrópolis, Vozes.
- FRANK, A. G. (1980), *Acumulação Dependente e Subdesenvolvimento, repensando a teoria da dependência*. Tradução de Cláudio Alves Marcondes. São Paulo, Brasiliense.
- FURTADO, Celso. (2003a), *Raízes do Subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- _____. (2001), *O Capitalismo Global*. 5ª ed, São Paulo, Paz e Terra.
- _____. (2000b), *Introdução ao Desenvolvimento, enfoque histórico estrutural*. 3ª ed, Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- _____. (1992), *Brasil, a construção interrompida*. 3ª ed, Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- _____. (1979), *Teoria e Política do Desenvolvimento*. 7ª ed, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- _____. (1978), *Criatividade e Dependência na Civilização Industrial*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- _____. (1974), *O Mito do Desenvolvimento Econômico*. 2ª ed, Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- GRIFFITHS, Martin. (2004c), *50 Grandes Estrategistas das Relações Internacionais*. Tradução de Vânia de Castro. São Paulo, Contexto.
- MOREIRA, Assis. (2006d), "Unctad recomenda subsídios para emergentes", *Valor Econômico*, São Paulo, 01 Set. Brasil, Primeiro Caderno. <<http://www.valoronline.com.br/valoreconomico/285/primeirocaderno/brasil/Unctad+recomenda+subsídios+para+emergentes,Unctad,,63,3879365.html>>. Acessado em 10 de Setembro de 2006.
- NOGUEIRA, J. P. & MESSARI, N. (2005b), *Teoria das Relações Internacionais*. Campus.
- NOVAES, Adauto. (2003b), *A Crise do Estado-Nação*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- PECEQUILO, Cristina Soreanu. (2004d), *Introdução As Relações Internacionais, temas, atores e visões*. Petrópolis, Vozes.
- UNCTAD. (2006c), *Trade and Development Report 2006, global partnership and national policies for development*. New York and Geneva, United Nations.
- VALOR ECONÔMICO. (2006d), São Paulo, 11 dez. Valor Esp.

Augusto Wagner Menezes Teixeira Jr., é graduado do 7º período do Curso de Ciências Sociais (Bacharelado) da Universidade Federal de Pernambuco. Membro do Núcleo de Estudos e Pesquisas Regionais e do Desenvolvimento (D&R/UFPE/CNPq) e do Núcleo de Estudos sobre Política Internacional (NEPI/UFPE/CNPq). Orientando do Professor Marcos Costa Lima (UFPE). Matrícula nº 110420322. Bolsista do Programa de Educação Tutorial (PET). Pesquisa Teorias do Desenvolvimento, em particular o pensamento político de Celso Furtado na perspectiva da Política Internacional.

augustomenezes85@yahoo.com.br.

Teoria e ação política feminista contemporânea: O sujeito do feminismo e sua inclusão*

Lucas Alves Amaral

Graduando de
Ciência Política/
UnB

Paula Pompeu Fiuza Lima

Graduando de
Ciência Política/
UnB

Palavras-chave:
Teoria política
feminista, sujeito
do feminismo,
inclusão política.

Key Words:
Feminist political
theory, subject of
feminism, political
inclusion.

*Este artigo é fruto de discussões realizadas no Programa de Educação Tutorial em Ciência Política da Universidade de Brasília que nos incentivaram a pesquisar sobre o tema. Agradecemos as relevantes contribuições e críticas do Prof. Dr. Luis Felipe Miguel (UnB), da mestranda em Ciência Política Janine Mello (UnB), da mestranda em Sociologia Política Jaina Figueira (UFSC) e das (dos) pareceristas anônimos da revista, que foram essenciais para o enriquecimento do nosso trabalho. Não poderíamos deixar de agradecer também as nossas famílias, que além de nos incentivar, oferecem a base afetiva e material para que nos dediquemos aos estudos.

RESUMO: O objetivo do presente artigo é discutir o debate feminista a respeito do sujeito do feminismo e seu conseqüente problema de delimitação, necessário à inclusão das mulheres no campo político. Procura-se traçar um panorama da noção de sujeito, desde as críticas ao Estado Liberal como um Estado Patriarcal e a conseqüente exclusão proporcionada pela falsa neutralidade que esse mesmo estado supõe, até as críticas pós-estruturalistas ao feminismo essencialista. Há, no entanto, nessa discussão do sujeito do feminismo um problema: como um sujeito em constante construção e significação pode ser delimitado politicamente, reconhecido e identificado entre os entes que reclamam sua exclusão histórica do campo político, as mulheres? A partir de uma breve discussão a respeito dos constrangimentos e subordinações simbólicas e estruturais que constituem o ser mulher, o tema da inclusão toma nova direção. As perspectivas sociais das mulheres são excluídas da vida pública, fazendo que as instituições políticas sejam construídas a partir do olhar masculino e favoreça a eles. Nesse sentido, faz-se necessário abrir espaço para a inclusão das mulheres. Esse espaço, no entanto, não deve ser simplesmente um espaço de assimilação de mulheres, pois isso colocaria as mulheres em posição desigual a dos homens. Há a necessidade, então, de se criar ações afirmativas, onde as mulheres sejam tratadas como diferentes.

ABSTRACT: The article aims at exploring the theoretical and political dimensions of the complex issue of building the subject of feminism. It presents the historical evolution of the liberal approach to women's participation in politics, stressing the limitations and sexist biases of the liberal view of the social division of labor and women's integration into politics. The conclusion calls for affirmative actions aiming at creating effective opportunities for women to fulfill themselves politically as women in a world traditionally dominated by men.

Introdução

Atualmente, a teoria política feminista tem enfrentado um importante dilema entre o tema da inclusão política das mulheres e a proposta de revisão da construção discursiva do sujeito mulher, que, nada mais, nada menos, aponta o problema da construção social do sujeito do feminismo sob a ótica do masculino. Teóricas pós-estruturalistas direcionadas teórico-metodologicamente no desconstrucionismo e relativismo – posturas de um pós-modernismo ainda indefinido e muito criticado por importantes autores da teoria política contemporânea –, têm se confrontado com uma questão: quanto mais se limita a construção de uma identidade coletiva, menos critério se tem para a delimitação do sujeito do feminismo e a afirmação e inclusão das mulheres, pautas importantes da teoria política feminista, perdem substância. Como um sujeito em constante construção e significação pode ser delimitado politicamente, reconhecido e identificado entre os entes que reclamam sua exclusão histórica do campo político, as mulheres?

A construção do caráter marginal e estigmatizado do feminino caminha com a construção do

Estado Moderno e do capitalismo, o que não significa afirmar que a subordinação feminina tenha início a partir desse marco. Como consequência dessa marginalização, percebe-se certa violência simbólica que inibe e barra a entrada de mulheres no campo político. No debate fora de questões relativistas e desconstrucionistas em relação ao sujeito do feminismo, teóricas feministas como Anne Phillips (2001), Íris Marion Young (1992) e Nancy Fraser (1995) tentam buscar respostas para a inclusão das mulheres na política.

No presente artigo, portanto, buscaremos discutir as principais críticas do feminismo ao liberalismo, e como essas críticas influenciam na reivindicação da inclusão das mulheres nos espaços públicos. No entanto, como mostraremos, a busca por afirmação entra em choque com a importante questão da formação de um sujeito do feminismo. Afirmação da diferença, muitas vezes, implica em delimitar sujeitos, correndo o risco de excluir aqueles que não se sentem representados por esses. A criação de identidades, tão rechaçada por teóricas feministas pós-modernistas, torna-se necessária para a mobilização política. Nesse sentido, temos a seguinte questão: como impedir a delimitação do sujeito do feminismo de

modo a não excluir todos os atores envolvidos nessa luta política, e ao mesmo tempo, realizar uma política capaz de possibilitar a identificação desses e sua posterior mobilização? Nosso argumento é que existe um impasse entre teoria e ação feminista, impasse esse criado a partir de premissas opostas acerca do conceito de identidade, uma que vê a identidade como excludente do entendido como "o outro", e outra que vê a identidade como necessária para o reconhecimento dos indivíduos engajados na luta política. Ambos os argumentos a respeito do conceito de identidade são válidos, no entanto, contraditórios.

A Sociedade Patriarcal e a falsa neutralidade do liberalismo

As teorias contratualistas, influência teórica importante do liberalismo político, sugerem uma história fictícia em que a política é criada. Supõe-se um marco entre antes e depois da instituição do Estado. Anteriormente a esse marco, os indivíduos viviam sem uma autoridade comum. Como esses indivíduos não eram necessariamente os mais amigáveis, a vida não era a mais segura nem a mais livre, por isso, os indivíduos se reúnem e decidem instituir o Estado por meio de um contrato. Todos eram iguais e as relações entre todos eram sempre construídas por meios de contratos onde os indivíduos participavam espontaneamente. É claro que existem diferenças gritantes entre os teóricos contratualistas, mas como não vem ao caso discuti-las nesse artigo, vamos nos ater somente em algumas premissas básicas necessárias para construir nosso argumento.

Uma das premissas básicas do liberalismo é a divisão entre esfera pública e esfera privada, sendo que na esfera pública acontecem disputas pelo poder, as tomadas de decisão. Na esfera privada, a política não interfere, cada um age da maneira que melhor aprovar, contanto que não descumpra nenhuma lei. No entanto, como ressalta Pateman (1988), o contrato de casamento, base da relação homem e mulher, acontece na esfera privada. Acontecendo nessa esfera, o casamento e as relações de poder entre homem e mulher são despolitizadas e invisibilizadas. Além disso, como ressalta a mesma autora, no liberalismo político, o indivíduo, no período em que essa idéia passou a ser discutida, era um indivíduo masculino, e era ele que instituía a sociedade tal como ela era. Os homens eram iguais, formavam a fraternidade que agia em busca da liberdade, fraternidade essa que se tornou um dos principais valores do iluminismo e, mais tarde, passou a fazer parte do slogan da revolução francesa. As mulheres, incapazes de agir racionalmente, não mereciam estar no *locus* político, estavam na esfera privada, servindo apenas de incubadoras dos filhos legítimos dos indivíduos, filhos a quem a herança política do pai fora resguardada.

"Patriarchal argument thus refuse any acknowledgement of the capacity and creativity that is unique to women. Men appropriate to themselves women's natural creativity, their capacity physically to give birth — but they also do more than that. Men's generative power extends into another realm; they transmute what they have appropriated into another form of generation, the ability to create new political life, or give birth to political right". (PATEMAN, 1988, p. 88)

O liberalismo normalmente é visto como o fim da sociedade patriarcal, pois não há mais a dominação do pai sobre o filho, do rei sobre os súditos, os indivíduos são iguais e por isso todas as suas relações são instituídas por contratos nos quais os mesmos participam espontaneamente. No entanto, conforme a argumentação de Pateman (1988), podemos perceber que o patriarcalismo continuou implícito nessa ideologia supostamente igualitária, que, na verdade, esconde uma sociedade em que as mulheres estão sujeitas aos homens. Sujeição invisível, visto que ocorre na esfera privada, ambiente isento de política, segundo a mesma ideologia. Da fraternidade somente participam os homens.

O que queremos dizer com isso tudo é que as instituições sociais foram construídas a partir de premissas patriarcais. A desigualdade de gênero é tão estruturante de nossa sociedade como é o capitalismo. O lugar social marginalizado da mulher foi construído discursivamente na sociedade moderna na idéia do contrato. O contrato implica formas de subordinação. Contudo, apesar de o patriarcalismo estar presente no Estado como *locus* político, normalmente, vemo-lo como neutro, perseguidor do bem comum. Mas, em que isso implica?

Young (1992), baseada nos pressupostos de Derrida e Adorno, afirma que o Estado, baseado em uma lógica de identidade, unifica os sujeitos e o que não entra nessa unidade é denominado como o outro. Dentro dessa unidade, os valores parecem ser comuns e adequados para julgar qualquer caso dentro da comunidade, no entanto, o outro é visto como o diferente, e, por isso, é excluído. A lógica da identidade necessita do outro para unir os membros da comunidade. Essa é a lógica do Estado Nacional, o Estado baseado em valores ditos comuns, e por isso neutros, que age conforme esses valores. Basta lembrar o homem natural lockeano: ele tem senso do que é justo e injusto conforme as leis da natureza, mas pode ser corrompido por interesses, ignorância e paixões. Um homem racional, sem paixões nem interesses, poderia julgar uma ação da forma justa. No entanto, como mostra a autora, essa posição neutra não pode existir, e os valores que são aqueles considerados comuns são, na verdade, os valores da classe dominante masculina e burguesa imposta para toda a sociedade, escondendo toda a heterogeneidade.

"The ideal of impartiality is an idealistic fiction. It is impossible to adopt an unsituated moral point of view, and if a point of view is situated then cannot be universal, it cannot stand apart from and understand all points of view" (YOUNG, 1992, p. 104).

A própria prerrogativa de a lei vir de uma fonte extra-societária (Deus ou natureza) impede o questionamento dessas leis como construídas a partir de processos políticos, reafirmando sua neutralidade. Como esses valores são construídos segundo as perspectivas da classe dominante, as visões de certos grupos são excluídas. Excluindo as perspectivas de determinado grupo, limita-se o campo de ação desse grupo, marginalizando-o de várias esferas da vida pública.

Não parece novidade que existe a hierarquização da sociedade estruturada no sexo. Mesmo os ideais iluministas previram liberdade política feita por homens. À mulher coube a esfera privada. Na esfera pública, onde pretensamente se decide por todos, elas sequer chegaram a ser alojadas. A ação política das mulheres, assim como de outros grupos excluídos, vê-se limitada. Tal construção histórica cria o que Bourdieu (1998) chama de *illusio*, ou seja, uma determinada vivência baseada na crença em regras e estruturas desiguais. Essa vivência, então, foi naturalizada e incorporada na sociedade.

Além da construção da ação feminina como ação limitada à esfera privada e, por isso, separada da política, não podemos esquecer aquilo que Bourdieu (1999) chama de violência simbólica como fator que afasta as mulheres das atividades tipicamente masculinas. Essa forma de violência é a dominação incorporada pelo próprio dominado, fazendo com que o dominado aceite sua posição como natural e a perceba como vocação. Violência simbólica, para Bourdieu (1999), não pode se considerar alienação ou falsa consciência, pois não é uma simples tomada de consciência que a destrói, visto que a violência simbólica é incorporada na subjetividade do indivíduo e reforçada pelo meio social que ele vive. Vivem-se as construções sociais incorporadas, ou seja, as categorizações do mundo tendem a se naturalizar, como é o caso da idéia, ironicamente presente em escritos de Rousseau, da "rainha do lar" (PATEMAN, 1988, p. 98-99), que, nada mais, coloca a divisão entre homens e mulheres e esfera política e esfera privada. Naturaliza-se a política como espaço dominado por homens. Observa-se, portanto, uma interface entre a estrutura do campo político, fundada numa desigualdade entre homens e mulheres (com suas separações, presenças diferenciadas e ausências) e as representações do mundo social e estruturas de outros campos.

Até mesmo quando as mulheres são incluídas no espaço público do trabalho remunerado e da política, suas atividades são tidas tradicionalmente como extensão do trabalho domé-

tico. Além do trabalho doméstico, inserem-se como atividades tipicamente femininas as profissões destinadas a conferir capital simbólico, papel destinado às mulheres no mercado de bens simbólicos. No casamento, cabe a mulher, seja por atributos próprios (beleza, castidade etc) seja por habilidades reconhecidamente distintas, transformar o capital econômico que o homem como ganhador de pão adquire em capital simbólico, honra e distinção.

A extensão do trabalho doméstico e o mercado doméstico parecem estar distantes da realidade atual, mas quando observamos as ocupações tipicamente femininas e as estratégias políticas das poucas mulheres que ingressam na política, percebemos o quanto as mulheres ainda cumprem papéis a elas associados. Temos como exemplo o grande número de mulheres enfermeiras e psicólogas (associadas ao cuidado) e decoradoras e estilistas (associadas à capacidade de, por meio do capital econômico, criar referenciais de distinção). Reflexo desse fato na política é a escolhas de parlamentares femininas concentrarem suas ações em áreas como família, direitos humanos, infância, saúde, assistência social etc. (MIGUEL, 2000). Essa função da mulher como objeto agregador de capital simbólico faz com que a mesma tenha seu olhar a partir do olhar masculino, só sendo reconhecida como mulher enquanto cumprir bem essa função. É característica do dominante ter seu olhar como universal e comum, e essa desigualdade estrutural leva as mulheres a serem vistas por esse olhar, a terem que se adaptar a ele. Enquadra-se o feminino como dócil, sorridente e discreto, características incompatíveis com o se espera ter para se exercer poder. Isso tudo gera a percepção de que é preciso se masculinizar para ter autoridade.

Como reverter esse quadro de sujeição feminina seguida da exclusão das mulheres da vida pública?

Existem argumentos assimilacionistas que buscam eliminar toda e qualquer discriminação, fazendo com que sexo, cor, orientação sexual não interfiram nas condições de participação na vida pública dos indivíduos. Young (1992) critica essa posição argumentando que simplesmente incluir os grupos discriminados na vida pública não é suficiente para que sua participação seja efetiva. Como já dito antes, as instituições sociais foram construídas a partir de premissas patriarcais e, por isso, a ação política feminina se veria limitada em relação à ação política masculina, o que faria com que as mulheres continuassem oprimidas. Para essa autora, ações afirmativas podem ser formas eficazes de fazer com que perspectivas femininas estejam presentes na esfera pública. Nessas ações, as mulheres devem unir-se, se necessário, até separadamente dos homens, de modo a poderem discutir suas necessidades e estabelecerem suas demandas. Além disso, nes-

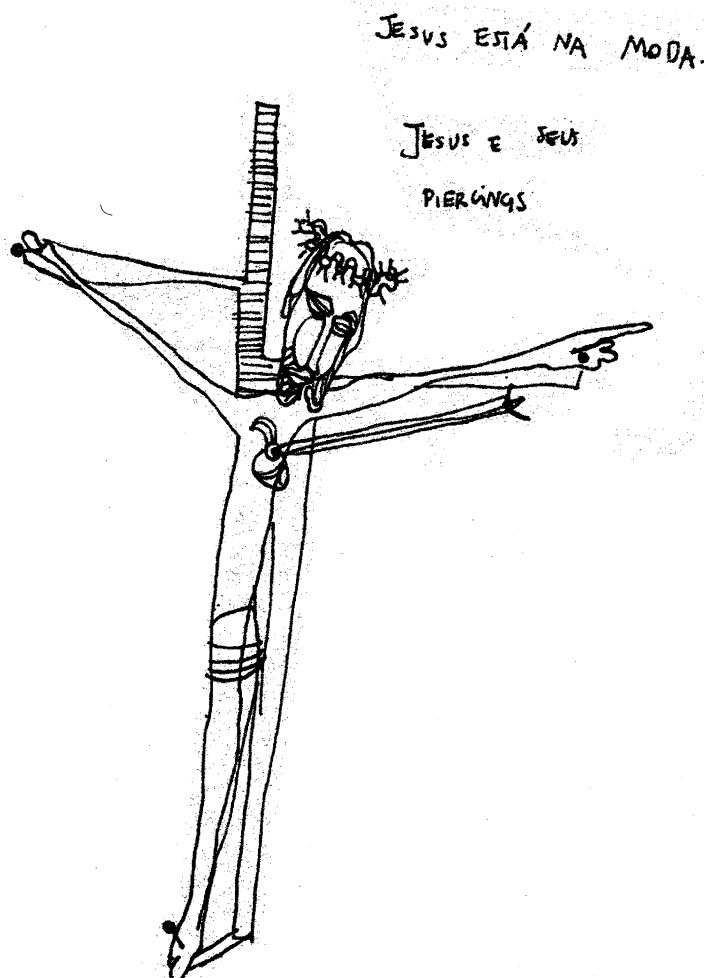
ses encontros, a própria identidade do grupo é construída, isto é, como os membros do grupo se vêem, independentemente da forma como eles são vistos pela sociedade que os oprime. Essas "auto-segregações" são necessárias também para que os agentes políticos criem laços de solidariedade necessários à ação política mobilizada. Nessa visão, a discriminação não é um mal em si, ela é mesmo necessária para a inclusão de grupos oprimidos.

"Groups experiencing cultural imperialism have found themselves objectified and marked with a devalued essence from the outside, by a dominant culture they are excluded from making. The assertion of a positive sense of group difference by these groups is emancipatory because it reclaims the definition of the group by the group, as a creation and construction, rather than a given essence." (YOUNG, 2002, p. 172)

Na discussão acerca da afirmação e da criação de laços de solidariedade, a fim de se proporcionar a mobilização política, faz-se necessário falar sobre o reconhecimento. Segundo Honneth (2003), o sujeito está numa incessante busca por reconhecimento, sendo que, quando esse reconhecimento é negado, o indivíduo sente-se injustiçado e entra em conflitos. Quando vários sujeitos encontram-se na mesma situação de injustiça, existe a possibilidade de se tornarem base de um

movimento coletivo. Nesse movimento coletivo, há relações intersubjetivas em que a identidade é afirmada na percepção do reconhecimento do outro, fazendo com que o indivíduo sintam-se reconhecido, e por isso, capaz de se afirmar na arena pública. O indivíduo perde, assim, a vergonha de não ter direitos, ou tê-los em menor quantidade, e passa a ser capaz de buscar esses direitos que lhe faltam. Nota-se a necessidade de se construir uma identidade coletiva a fim de se afirmar politicamente.

"[...] o engajamento nas ações políticas possui para os envolvidos também a função direta de arrancá-los da situação paralisante do rebaixamento passivamente tolerado e de lhes proporcionar, por consêquinte, uma auto-relação nova e positiva. A razão dessa motivação secundária da luta está ligada à própria estrutura da experiência de desrespeito. Na vergonha social viemos a conhecer o sentimento moral em que se expressa aquela diminuição do auto-respeito que acompanha de modo típico a tolerância passiva do rebaixamento e da ofensa.; se um semelhante estado de inibição da ação é superado agora pelo engajamento na resistência comum, abre-se assim para o indivíduo uma forma de manifestação com base na qual ele pode convencer-se indiretamente do valor moral ou social de si próprio [...]" (HONNETH, 2003, p. 259)



No entanto, para Fraser (1995), pelo menos para a questão de gênero, o reconhecimento das mulheres não pode vir separado de políticas distributivas que visem igualar as condições sócio-econômicas das mulheres às dos homens. Nesse sentido, Fraser (1995) critica Honneth (2003), pois acha excessiva a sua ênfase no reconhecimento, esquecendo-se, contudo, das questões distributivas. O reconhecimento, essencial para a justiça da diferença não pode ser desvinculado da justiça distributiva. Isso acontece porque, apesar de serem fenômenos separados e de lógica contrária (enquanto a justiça da diferença busca políticas específicas para um grupo, a justiça distributiva busca dar as mesmas condições para todos os grupos), ambos afetam na capacidade de as mulheres superarem a condição de sujeição e reforçam-se mutuamente, criando um ciclo vicioso. Essa injustiça tanto distributiva quanto de diferença nega condições essenciais para a participação efetiva da mulher na política.

"Of course, the two faces are not neatly separated from one another. Rather, they intertwine to reinforce one another dialectically, as a sexist and androcentric economic disadvantage restricts women's 'voice', impeding equal participation in the making of culture, in public spheres, and in everyday life." (FRASER, 1995, p. 440).

Há um questionamento sobre a real necessidade da inclusão de grupos excluídos, entre eles o de mulheres na esfera política. Miguel (2000) aponta uma série de argumentos utilizados para justificar a inclusão política das mulheres. Há a justiça intuitiva, já que mulheres correspondem a cerca de 50% da população, não é justo uma porcentagem ínfima participar da tomada de decisões. Mas esse argumento é facilmente combatido, visto que existem diversos grupos que não são representados, e que não há movimentos que lutam pela sua inclusão, como o caso das crianças e dos canhotos, por exemplo. Outro argumento de cunho utilitarista seria o de que mulheres são as melhores defensoras de seus próprios interesses. No entanto, há a possibilidade de "interesses femininos" serem representados por homens. Além disso, questiona-se a existência de interesses femininos, visto que mulheres frequentemente têm interesses os mais diversos possíveis, muitas vezes conflitantes entre si. Há também, a noção de que mulheres fazem política de forma diferenciada dos homens, baseados numa ética do cuidado, ao invés da ética da justiça.

"A ampliação do espaço das mulheres no poder significaria um abrandamento do caráter agressivo da atividade política e uma valorização da solidariedade e compaixão,

com uma maior preocupação em relação a áreas como amparo social, saúde, educação ou meio ambiente" (MIGUEL, 2000, p. 92-93).

Esse argumento, apesar de parecer interessante é traiçoeiro, pois, na medida em que luta pela inclusão das mulheres no espaço da política, insere-as em determinados papéis, papéis estigmatizados, construídos a partir da lógica da família, do lar e da economia de bens simbólicos, aquilo que na teoria política feminista se chama política do desvelo.

No entanto, o argumento mais plausível, para Miguel (2000) e para nós, é aquele presente na tese das perspectivas sociais de Iris Young (1992) e problematizado por Anne Phillips (2001). As mulheres, durante suas vidas presenciaram experiências diferentes das que os homens presenciavam, por isso têm visão diferente sobre os fatos. Diferentes visões são importantes para o enriquecimento das discussões no espaço público, pois relativizam a visão do dominante, vista como neutra, e dessa forma, proporcionam novos caminhos de ação política. Nesse sentido, o tema da representação e sub-representações e a presença de mulheres na arena decisória é tema central no debate da inclusão política do sujeito do feminismo.

Segundo Anne Phillips (2001), a relação entre quem e o quê se representa deve ser rediscutida. Vivemos um momento em que a política de idéias, baseada numa representação fundada nas idéias e não na presença, está sendo desafiada. Isso acontece, segundo a autora, pois a diferença tem sido percebida mais a fundo, não somente enquanto diferença de idéias e opiniões, mas também devido à ênfase na política de idéias, que não resolve os problemas de exclusão política. Phillips (2001) sugere que noções de representação típica, especular e descritiva tornem a ser levadas em conta. Uma revalorização de uma noção de representação política que julga que o grupo de representantes deve corresponder aos representados sugere qualidade na representação política e requer a inclusão dos grupos excluídos.

"Uma vez que a diferença seja concebida em relação àquelas experiências e identidades que podem constituir diferentes tipos de grupos, fica bem mais fácil satisfazer demandas por inclusão política sem também incluir os membros de tais grupos" (PHILLIPS, 2001, p. 273).

Cada sujeito específico pode vivenciar perspectivas sociais e experiências diferentes. Por mais que um homem advogue em relação aos interesses das mulheres, somente as mesmas sabem quais constrangimentos e práticas impactaram a condição de mulher. Nesse sentido, a presença política vai estabelecer uma representação de maior qualidade. É claro que as demandas por presença política, no entanto, podem levar a um

diálogo complexo, já que cada sujeito é múltiplo e se identifica com mais de uma característica.

"[...] já que os homens tinham sido desalojados de seu papel de falar pelas mulheres, parecia bastante óbvio que a mulheres brancas também deviam ser desalojadas de seu papel de falar pelas mulheres negras, mulheres heterossexuais pelas lésbicas e mulheres de classe média pelas de classe operária" (PHILLIPS, 2001, p. 275).

A autenticidade pura é impossível de ser representada, mas o tema da inclusão de vozes excluídas, sendo elas potencialmente relevantes, e as mudanças que isso pode implicar é um tema de grande importância. Nesse sentido, cada vez mais o princípio liberal do livre mercado político perde lugar às demandas crescentes de presença política. Uma resposta satisfatória seria equilibrar a noção de uma política de presença e política de idéias na representação política, o que implica afirmar a desigualdade estrutural entre homens e mulheres no campo político.

Impasses entre teoria e ação feminista

A teoria política feminista tem reclamado espaço e participação das mulheres em diferentes campos sociais, dentre eles, principalmente, do campo político, desde suas origens. Nesse sentido, teoria e prática política caminham juntas. A discussão sobre a inclusão das mulheres no campo político, então, não pode estar isenta de uma discussão chave dentro da teoria política feminista contemporânea a respeito do sujeito do feminismo.

O sujeito do liberalismo, influenciado pelo pensamento iluminista, requer um status universal. No entanto, a atribuição de universalidade supõe homogeneidade, ou, unidade ao sujeito. Nesse sentido, a diferença entre sujeitos múltiplos, que requer o que Young (1992) chama de justiça da diferença, não é considerada. Uma crítica importante ao sujeito liberal advém do pensamento marxista que recorre à utilização da categoria classe social. Diferentes classes têm diferentes especificidades e diferentes interesses. Baseada na realidade, na desigualdade estrutural entre homens e mulheres, outra crítica marxista importante é que o sujeito liberal esconde na pretensão universalidade seu caráter burguês e masculino. Na realidade, a unidade diz respeito a essas duas características.

A categoria classe social supõe a diferença e os interesses, também diferentes. No entanto, os sujeitos do feminismo que têm interesses próprios e buscam políticas específicas, muitas vezes se deparam com a questão da criação desse sujeito. Esse sujeito mulher, assim como o indivíduo liberal, está inserido numa ló-

gica identitária de grupo. O movimento feminista de cunho marxista recebeu muitas críticas devido ao caráter "essencialista" de sua argumentação, o que excluía aquelas mulheres que não se viam representadas por essa "essência feminina". Dentro da classe se cai no erro de tomar o sujeito como igual, o que essencializa a construção desse sujeito do feminismo. Falta incluir a noção de multiplicidade do sujeito, isto é, a noção de que um sujeito possui diversas identidades conforme o papel que ocupa na sociedade. Tanto a crítica marxista ao sujeito hierarquizado liberal, quanto na crítica feminista ao sujeito essencializado marxista, rejeita-se o binarismo presente na noção de sujeito. De acordo com Mariano (2005), "denunciar a referência masculina do sujeito significa sua desconstrução e seu decentramento" (p. 484). Nesse sentido, o problema do universalismo, do essencialismo e do binarismo, que tendem a apagar as especificidades dos sujeitos, deve ser resolvido.

Teóricas feministas que utilizavam de métodos pós-estruturalistas, influenciadas por Derrida, tais como Butler (2000, 2003), Scott (1994) e Mouffe (1999), iniciaram uma grande discussão a respeito do sujeito do feminismo na década de 90. O suporte teórico metodológico pós-estruturalista, segundo, Scott (1994) "permite questionar as categorias unitárias e universais e torna históricos conceitos que são normalmente tratados como naturais como noções de homem e mulher" (SCOTT, 1994, *apud* MARIANO, 2005, p. 486, grifos no original).

Para Butler (2003), o sujeito homem, branco e heterossexual tornou-se paradigmático, normalizador e opressor, invisibilizando, assim, a mulher. Já que os essencialismos, fundacionismos e universalismos tomavam conta da discussão do sujeito juntamente com as noções iluministas do sujeito moderno, a constituição do sujeito, suas formas e significações, em meio a relações de poder passaram a ser o foco da discussão de muitas teóricas.

*"A crítica pós-estruturalista e o feminismo pós-estruturalista incluem também uma certa concepção em torno da compreensão de como se constitui o sujeito: 'o reconhecimento de que o sujeito se constrói dentro de significados e de representações culturais, os quais por sua vez encontram-se marcados por relações de poder'". (COSTA, 2005, *apud* MARIANO, 2005, p. 486)*

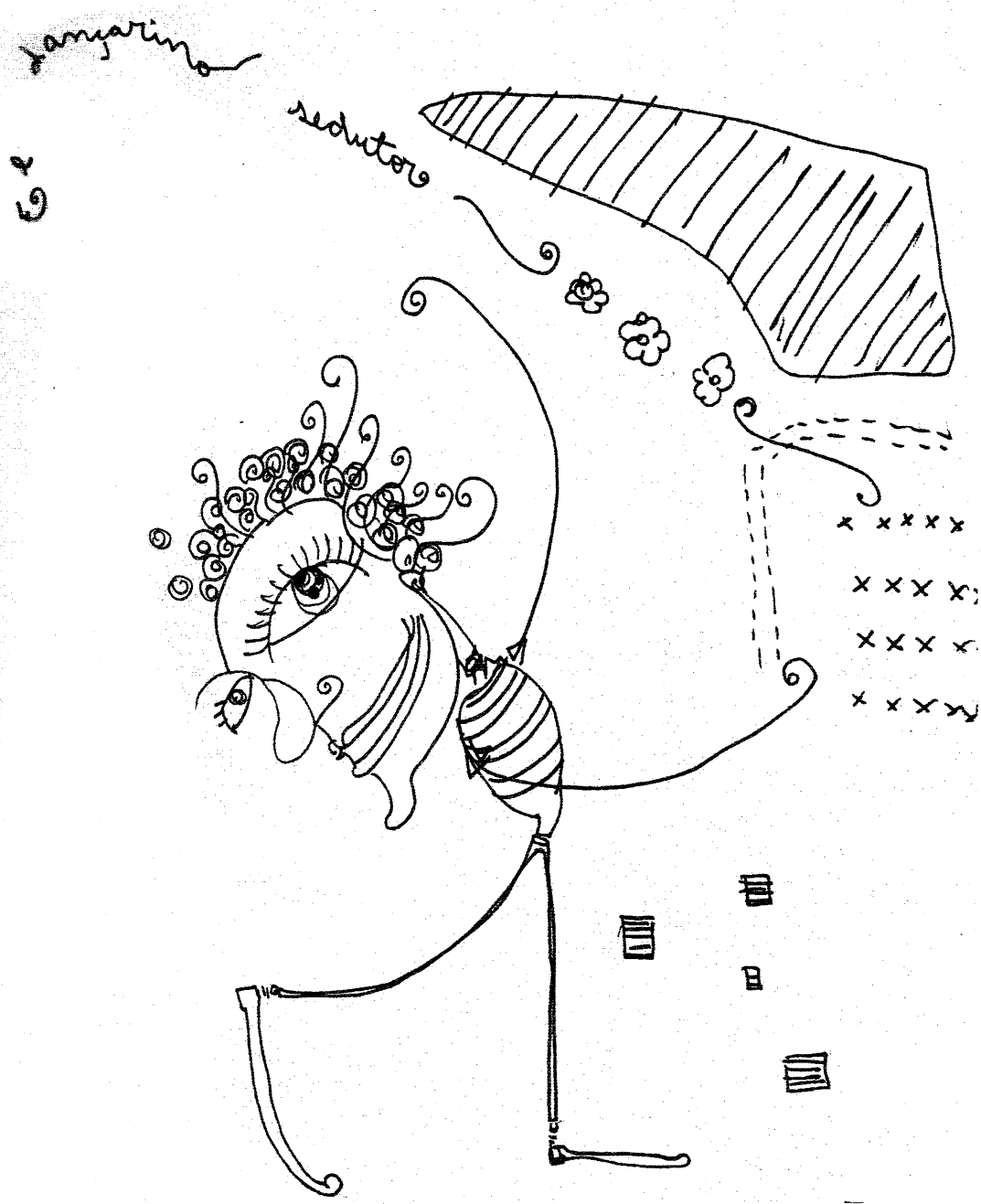
É partindo disso que a noção de gênero tem o seu valor. Desconstruir o sujeito e subverter identidades é o método para uma epistemologia de maior abrangência na discussão, segunda as pós-estruturalistas da teoria política feminista.

Para Judith Butler (2003), a tentativa de unificar a identidade feminina, gera exclusão e repressão das identidades não consideradas.

A autora dá o exemplo da heterossexualidade, que não é um padrão, empiricamente falando, mas que, de certa forma, cria uma unidade ao redor do que é ser mulher "e uma estabilidade entre sexo, gênero e desejo" (BUTLER *apud* MARIANO, 2005, p. 487). A crítica que, a princípio, remetia-se ao sujeito masculino passa também a ser uma crítica ao sujeito mulher. A mulher como diferente do homem, com ambos universalizados, torna opacas as diferenças entre as mulheres. Para Teresa de Lauretis (1994), "a unidade entre as mulheres também é excludente, opressora e dominante." (MARIANO, 2005, p. 489). Daí o problema da identidade. Na questão das diferenças é preciso atentar-se às intersecções entre as diferenças. Uma questão que nunca havia sido colocada em cheque é o fundamento biológico da mulher que unifica as mulheres. Para Butler (2003), que não foge às premissas relativistas pós-modernas, o corpo torna-se apenas mais uma variável que uma constante, a cultura é determinante. Nesse sentido, o sexo não seria

pré-discursivo, um destino, mas um discurso a ser construído. Propõe-se que a relação entre o biológico e o cultural seja subvertida. O gênero não seria, portanto, uma interpretação cultural do sexo, mas o próprio sexo uma construção. "O corpo é em si mesmo uma construção" (BUTLER *apud*, MARIANO, 2005, p. 492).

Nicholson (2000) discorda de Butler (2003) nesse sentido. A determinação biológica do sexo também é rechaçada pela autora, mas a mesma busca um certo equilíbrio na relação entre o biológico e o social, o biológico como parte do social. O biológico seria a base sobre a qual a socialização e a cultura atuariam constituindo o sujeito. A essa abordagem a autora dá o nome de fundacionismo biológico. No entanto, a compreensão das diferenças entre mulheres, no caso do fundacionismo biológico é limitada, já que permite apenas constatar que as constantes biológicas agem sobre as constantes sociais, mas estas últimas estão em constante transformação.



Mariano (2005) coloca uma questão fundamental: "Com a dissolução do sujeito político 'mulheres', empreendida pelas abordagens desconstrucionistas, como ficam as perspectivas para a organização política feminista?" (MARIANO, 2005, p. 496, grifos no original) A constituição do sujeito na teoria vai se tornando cada vez mais ponto de discórdia. As noções pós-modernas de aparato pós-estruturalista tendem a prosseguir na discussão da constituição dos sujeitos. Mouffe (1999) afirma que o sujeito do feminismo deve ser construído e desconstruído incessantemente, de modo que nenhum sujeito seja excluído. Isso é o que a autora chama de democracia radical. O sujeito do feminismo, além disso, age por meio de práticas discursivas. Não há nesse feminismo uma organização de mulheres que luta pelos direitos das mulheres, tendo esses direitos delimitados desde o início. Há práticas discursivas que agregam diferentes sujeitos orientados para ações específicas.

Podemos perceber, com isso, alguns impasses entre teoria e ação feminista, ou pelo menos uma dificuldade enorme em conciliar as duas. Como vimos na seção anterior, segundo Honneth (2003), a formação de identidade é essencial para o reconhecimento dos agentes políticos fazendo com que se sintam confiantes para lutar pela justiça que lhes falta. O indivíduo desrespeitado só passa a fazer parte de um movimento quando percebe que existem pessoas em situação semelhante, sendo a identidade construída a partir do reconhecimento mútuo entre os injustiçados, o que impulsiona a ação política. No entanto, como as feministas pós-modernistas argumentam, a identidade contém, em sua própria lógica, a unificação do sujeito e a exclusão do outro. Esses dois fatores parecem contraditórios e a sua conciliação parece impossível. O que podemos sugerir, portanto, contrariamente ao que insistem as teóricas pós-modernas, é que a identidade não deve ser destruída, precisa existir para que a mobilização política seja viável, afinal, não há conquistas políticas sem mobilização. No entanto, essa identidade deve ser continuamente construída, de modo que não se congele e passe a excluir sujeitos que não se encaixem nessa identidade.

Concordamos que os dualismos devem ser combatidos, mas preferimos sugerir que a luta pela superação de dualismos não deve impedir a criação de identidades capazes de mobilizar grupos em busca da inclusão das mulheres no espaço público. Além disso, afirmar a diferença e admitir que mulheres tenham perspectivas sociais diferentes das dos homens muitas vezes significa reforçar o binarismo. Esse é um dos motivos para que Nancy Fraser (1995) prefira o que ela chama de ações de transformação ao invés de ações de afirmação para a inclusão das mulheres no espaço público. No entanto, como já foi dito antes, ações afirmativas são importantes para que mulheres conquistem maior espaço nas esferas públicas visto que em espaços construídos pela lógica masculina como o Estado liberal e patriarcal há

o desfavorecimento da participação do associado ao feminino na política. Dualismos estão profundamente enraizados nas estruturas e somente poderão ser superados quando essas estruturas que o sustentam forem superadas, e entre essas estruturas estão a de sujeição feminina. Afinal como diz Bourdieu (1999): os dualismos estão

"profundamente enraizado nas coisas (estruturas) e nos corpos, não nasceram de um simples feito de nomenclatura verbal e não podem ser abolidos com um ato de magia performática — os gêneros, longe de serem simples "papéis" com que se daria para jogar a vontade (à maneira das drag queens), estão inscritos nos corpos e em todo um universo do qual extraem sua força. É a ordem dos gêneros que fundamenta a eficácia performativa das palavras — e mais especialmente a dos insultos — e é também ela que resiste às definições falsamente revolucionárias do voluntarismo subversivo." (BOURDIEU, 1999, p. 122).

Dizer que dualismos estão enraizados nas estruturas e que é difícil combatê-los, entretanto, não significa que não devemos esquecer esse objetivo. Contudo, essa luta não pode impedir uma luta anterior, que é a de inclusão das mulheres, luta essa também estruturante das estruturas, visto que, reconhecer o feminino como agente político vai de encontro às estruturas de dominação masculina. Não existe atividade política sem representação política e o feminismo em geral, para além das construções e re-significações do sujeito do feminismo, tem como pauta importante a inclusão das mulheres na política institucional. No entanto, a ação feminista, ainda que recorra à construção de identidades, não deve se fechar em uma identidade fixa. Sua identidade deve ser continuamente construída e respeitar as identidades múltiplas dos sujeitos. A luta feminista, para ser eficaz, não pode excluir nenhum sujeito, por isso deve estar sempre aberta a incessantes reconstruções. Nesse sentido, o sujeito político feminista deve ser bem delineado, mesmo que não seja fixo.

Conclusão

Nesse artigo discutimos as críticas ao Estado Liberal como um Estado Patriarcal e a exclusão proporcionada pela falsa neutralidade que esse mesmo Estado supõe. Ao supor a neutralidade enquanto representa as perspectivas do homem burguês, as perspectivas sociais das mulheres são excluídas da vida pública, fazendo que suas demandas sejam invisibilizadas. Nesse sentido, faz-se necessário abrir espaço para a inclusão das mulheres. Esse espaço, no entanto, não deve ser simplesmente um espaço de assimilação de mulheres, pois, como vimos, isso colocaria as mulheres em posição desigual à dos homens. Há

a necessidade, então, de se criar ações afirmativas, onde as mulheres sejam tratadas como diferentes.

No entanto, o que percebemos, é que a ação feminista passa pelos problemas do liberalismo. Ao assumir a lógica de identidade, o feminismo acaba por excluir aquelas mulheres que não se encaixam no sujeito delimitado como mulher. A esse fato se referem muitas críticas de feministas pós-modernas. Nesse sentido, há a necessidade de desconstrução do sujeito do feminismo

de modo que ele não exclua ninguém.

A identidade, no entanto, apesar de ser excludente, é necessária para a mobilização. Nesse sentido, esforços para destruir a identidade mostram-se limitados. A identidade, para nós, deve continuar existindo, de modo a proporcionar a participação em busca da inclusão política das mulheres, no entanto, essa identidade deve ser construída incessantemente e nunca se congelar de modo a abrigar a maior quantidade possível de sujeitos.

Submetido em 20/03/2007
Aprovado em 13/05/2007

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BOURDIEU, Pierre. (1998) *Meditações pascalianas*. Oeiras: Celta Editora.
- _____. (1999) *A dominação masculina*. 1ª edição. Editora Bertram Brasil, Rio de Janeiro.
- BUTLER, Judith. (1998) "Fundamentos contingentes: o feminismo e a questão do 'pós-modernismo'". *Cadernos Pagu*, 11: 11-42.
- _____. (2003) *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- FRASER, Nancy. (1995) "From redistribution to Recognition? Dilemmas of justice in a 'post-socialist' age". *New Left Review*, 212: 68 – 93.
- HONNETH, Axel. (2003) *A luta por reconhecimento — a gramática moral dos conflitos sociais*. Tradução Luiz Repa. Editora 34, São Paulo.
- LAURETIS, Teresa de. (1994), "A tecnologia do gênero". In: H. O. Holanda. *Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura*. Rio de Janeiro: Rocco, p. 206-242.
- LOCKE, John, (2002), *Segundo Tratado sobre o governo*. Tradução: Alex Marins, Editora Martins Claret.
- MARIANO, Silvana Aparecida. (2005), "O sujeito do feminismo e o pós-estruturalismo." *Revista de Estudos feministas*, Florianópolis, 13(3): 320: 483 – 505.
- MIGUEL, Luis Felipe. (2000), "Teoria Política e Liberalismo: o caso das cotas de representação". *RBCS*, 15, 44: 91 - 102
- MOUFFE, Chantal. (1999), "Feminismo, cidadania e política democrática radical". *Debate Feminista*. São Paulo: Cia. Melhoramentos, Edição Especial (Cidadania e Feminismo), p. 29-47.
- NICHOLSON, Linda. "Interpretando o gênero". *Revista de Estudos Feministas*, v.8, n.2, p. 9-41, 2000.
- PATEMAN, Carole. (1988), *"The sexual contract"*. Sandford University Press. Standford, Califórnia.
- PHILLIPS, Anne. (2001), "De uma Política de idéias a uma política de presença?" *Revista de Estudos Feministas*. 2º semestre de (2001): 268 - 289
- SCOTT, Joan W. (1990), "Gênero: uma categoria útil de análise histórica". *Educação e Realidade*, Porto Alegre, 16, 2: 5-22.
- _____. (1994), "Prefácio a gender and politics of history." *Cadernos Pagu*, 3 (Desacordos, desamores e diferenças): 11-27.
- YOUNG, Iris Marion (1992), *Justice and the Politics of Difference*. Princeton: Princeton University Press.

Lucas Alves Amaral e Paula Pompeu Fiuza Lima são graduandos, do sexto e quinto semestres, respectivamente, do curso de Ciência Política da Universidade de Brasília e bolsistas do Programa de Educação Tutorial em Ciência Política.

lucasunb2006@gmail.com
paulapompeu@gmail.com

A emergência da AIDS e do TRIPS: Uma convergência alarmante

**Pedro Stoeckli
Pires**

Graduando em
Ciências Sociais/
UFMG

Palavras-chave:
AIDS, TRIPS
(ADPIC), OMC,
Brasil, Patentes de
drogas.

Key Words:
AIDS, TRIPS, WTO,
Brazil, Drugs pa-
tents.

RESUMO: Este artigo visa discutir a emergência do Acordo Relativo aos Aspectos do Direito da Propriedade Intelectual Relacionados com o Comércio (ADPIC) e suas conseqüências no setor farmacêutico, especialmente em relação às drogas utilizadas para conter os efeitos da AIDS. Argumentamos que o acordo vem contribuindo para manter o atual estado da doença, particularmente severa em países pobres. Do mesmo modo, analisamos brevemente o caso do Brasil, que apresenta alternativas no combate à doença.

ABSTRACT: The essay points out the negative impact of the international agreement on trade relations which involve rights of intellectual property on the buying and selling of drugs used in AIDS treatments. The agreement is shown to be detrimental to countries which do not produce such drugs, as is the case of Brazil.

"No início de Maio o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva assinou o decreto de licenciamento compulsório (quebra de patente) do medicamento anti-Aids Efavirenz, anunciando que poderá aplicar a medida no país sempre que os fabricantes de medicamentos não praticarem "preços justos". Esse fato pouco antes da publicação desse artigo e por isso não é aqui analisado mais profundamente. Porém, isso só prova a necessidade de maior debate e compreensão do tema de alta relevância atual".

Introdução

As últimas décadas têm sido marcadas pela ameaça de uma nova e forte doença: a AIDS. Inicialmente sem nenhuma forma de tratamento, a epidemia atualmente pode ser evitada através de políticas públicas sanitárias e de educação sexual. Em contrapartida, a AIDS ainda não está sob controle na maioria dos países pobres, sendo que dois terços da população total com HIV vivem na África subsaariana. No mesmo contexto, os anos oitenta e noventa representaram uma vitória importante para as companhias que lidam com capital intelectual a partir da consolidação do Acordo Relativo aos Aspectos do Direito da Propriedade Intelectual Relacionados com o Comércio - ADPIC (TRIPS no original em inglês). Em sua maioria as regras desse acordo terminam por ser um obstáculo ao acesso aos medicamentos e ao melhoramento da saúde pública. A convergência de tais fatores (AIDS e TRIPS) contribuiu para a rápida expansão e agravamento do quadro do HIV/AIDS em países periféricos.

Neste artigo propomos discutir a emergência de um aparato institucional para que as companhias produtoras de remédios possam forçar países estrangeiros a pagar pelo uso de drogas patenteadas e as sérias conseqüências que isso acarreta. A controvérsia gerada é o embate entre os direitos de propriedade intelectual e os direitos humanos de acesso à saúde. Considerando-o de forma ampla, o tratamento da AIDS é um recurso que explicita a grande clivagem existente entre as populações de países centrais e periféricos. Além de levar em conta tanto o HIV e as patentes de drogas, este artigo dá especial atenção ao caso

do Brasil, país que esteve profundamente envolvido em ambos os tópicos. A sessão final deste texto examina o papel dos Estados Unidos em tal enclave, mencionando seu poder político enquanto hegemonia servindo os interesses corporativos.

AIDS Overview

Segundo o relatório mais recente da Joint United Nations Programme on HIV/AIDS (UNAIDS), órgão ligado à Organização das Nações Unidas (ONU), em 2006 havia um total de 39,5 milhões de pessoas vivendo com HIV em todo o mundo, sendo que 4,3 milhões desse total foram recentemente infectados pelo vírus. Crianças com menos de 15 anos representam 5,8% dessa população, enquanto as mulheres compõem cerca de 47,5% do total do grupo. Além desse número de pessoas com AIDS, estima-se que no mesmo ano cerca de 2,9 milhões de pessoas morreram em conseqüência da doença (UNAIDS, 2006). Apesar dos esforços de vários órgãos locais e internacionais para conter a doença, o relatório mostra que de 2004 para 2006 o número de pessoas com o HIV cresceu de 36,9 milhões para os 39,5 milhões constatados na pesquisa, um aumento de 2,6 milhões no número de soropositivos. Contrariamente ao que muitas pessoas pensam, a AIDS é uma doença ainda em forte expansão no mundo.

Contudo, os membros da ONG *Médecins Sans Frontières* (MSF) apontam que 95% da população infectada pela AIDS está atualmente vivendo em países periféricos. Como bem notado por Nana Poku, "o link entre pobreza e vulnerabilidade à AIDS é trazido a um foco ainda mais aguçado

em nível global" (POKU, 2002, p.114). De acordo com a autora, essa situação dividiu a AIDS em duas epidemias, uma no mundo "rico", controlada e com acesso a tratamentos, e outra no mundo "pobre", onde tratamentos básicos para as doenças oportunistas (que se aproveitam do estado de debilidade das defesas do organismo para causar dano) ainda são raros¹. Essa afirmação pode ser constatada com os dados da UNAIDS, que indicam que somente na África subsaariana existem 24,7 milhões de pessoas com o HIV, cerca de 62,5% do grupo total de portadores do vírus. Por sua vez, na Europa Central e Ocidental vivem aproximadamente 740 mil pessoas com AIDS, ou apenas 1,8% do total de soropositivos.

A epidemia de AIDS torna cada vez mais evidente a necessidade de encontrar soluções economicamente viáveis para garantir o acesso aos medicamentos e políticas públicas que desacelerem o crescimento da doença. Como demonstrado em diferentes estudos (PÉREZ-CASAS, 2000; POKU, 2002), apesar de a doença ter se espalhado de forma vasta, o uso de medicações anti-retrovirais tem reduzido consideravelmente as mortes associadas à AIDS em países centrais. De acordo com Pérez-Casas, as autoridades norte-americanas publicaram dados atestando que em um período de três anos o uso de terapias anti-retrovirais (ARV) reduziu a mortalidade relacionada à AIDS em 75% (PÉREZ-CASAS, 2000). De igual maneira, Nana Poku (2002) observou que nos países economicamente mais desenvolvidos tal condição fez com que a doença fosse parcialmente esquecida na consciência pública.

Direito de Propriedade Intelectual e o TRIPS

Direitos de propriedade intelectual são os direitos que indivíduos têm sobre suas criações e trabalhos desenvolvidos a partir de uma atividade intelectual. Por sua vez, patentes são concessões do Estado que asseguram ao titular a exclusividade temporária para explorar uma determinada invenção (CHAVES, 2006). O tema de patentes e direitos autorais vem se tornando cada vez mais corrente em vários meios de comunicação e publicações acadêmicas. No artigo "Intellectual Property Rights", Susan K. Sell aponta que as últimas duas décadas foram palco para mudanças rápidas e profundas no campo de patentes internacionais, principalmente devido ao estabelecimento do TRIPS. O Acordo foi finalizado no ato final da Rodada Uruguai² e quaisquer países que almejem entrar na Organização Mundial do Comércio (OMC) têm que aderir primeiramente aos regulamentos do TRIPS. O princípio do TRIPS é fazer com que os governos que estão na OMC adotem medidas em suas legislações que sigam os parâmetros mínimos do acordo. A principal delas é a vigência das patentes registradas por um período mínimo de 20 anos, podendo ser renovado por durações maiores. A OMC possui 150 membros desde 11 de janeiro de 2007. Portanto, a vasta maioria dos estados está atualmente adaptada ou adaptando-se às regulamentações sobre propriedade intelectual.

Como é claramente demonstrado por Herman Schwartz (2000) em sua análise histórico-econômica, estados e companhias fizeram amplo uso

QUEM VAI SALVAR O MUNDO?
ELEIÇÕES PRÓXIMAS.



¹ Utilizamos neste artigo a nomenclatura países "centrais" ou "ricos" em referência ao grupo de países com maiores níveis de Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e de PIB per capita. Tais países encontram-se majoritariamente na Europa, América do Norte e Oceania.

² A Rodada do Uruguai foi uma fase de negociações que durou de 1986 a 1994 e estabeleceu vários dos princípios que regem o GATT (General Agreement on Tariffs and Trade) e posteriormente a OMC.

de imitação tecnológica para se manterem competitivos no mercado global. O autor ressalta que a pressão competitiva acarretando melhora na produtividade é um traço central do capitalismo. Tal fenômeno fez com que no passado nações se erguessem rapidamente como potências ou, pelo menos, que a distância tecnológica entre estados fosse diminuída de tempos em tempos. Com o surgimento do TRIPS, os estados participantes são compelidos a proteger produtos e tecnologias patenteados internacionalmente. De tal maneira, corporações são agora capazes de impedir terceiros de copiarem suas vantagens tecnológicas de forma eficaz. Isso diminui consideravelmente as opções de crescimento econômico dos países que tiveram uma industrialização tardia e dos demais países subdesenvolvidos.

De acordo com James N. Rosenau, "estados podem exercer pouco controle sobre o trânsito de idéias, dinheiro, produtos, poluição, crime, drogas e terrorismo" (ROSENAU, 2002, p. 74). A criação de uma instituição internacional para regular o direito de propriedade intelectual e patentes representa um amplo esforço dos países economicamente dominantes, e em particular os EUA, para exercer maior controle sobre estes temas globalmente. Porém, grande parte dos Estados que atualmente amparam o direito patentário passaram a defender um sistema internacional somente quando suas indústrias locais já estavam fortemente estruturadas. Países como Itália e EUA só reconheceram patentes estrangeiras de medicamentos após se beneficiarem do uso de fórmulas de drogas estrangeiras durante longo período. O caso mais notório é o do Japão, que só passou a reconhecer patentes para produtos farmacêuticos em 1976, quando já era o segundo produtor mundial do setor, com um mercado interno controlado por grupos nacionais (CHAVES, 2006).

Uma das principais características da globalização moderna é seu amplo e complexo sistema de instituições. Atualmente o estado e seus agentes de políticas públicas se vêem restringidos por uma série de acordos que regulam vários aspectos de política internacional e da economia e praticamente não há distinção entre assuntos domésticos e externos (WOODS, 2002). Como exemplo disso podemos tomar as eleições de 2002 no Brasil. Apesar de ser um tema interno brasileiro, foi dada enorme importância à insegurança do mercado ou ao que instituições e investidores estrangeiros consideravam que era melhor para o país. O acordo de propriedade intelectual em nível internacional é mais um passo dentro da tendência de globalização de instituições e leis.

Dentre as várias áreas afetadas pelo TRIPS, indiscutivelmente a área da saúde e do conhecimento medicinal foi a mais controversa³. O agravamento do quadro do HIV em países pobres demonstrou a eficiência do TRIPS em proteger as patentes de drogas e as sérias consequências que surgiram a partir disso. A regulamentação sobre direitos de propriedade intelectual e os lucros gerados provaram ser mais valiosos às com-

panhias de medicamentos e seus governos do que garantir condições mínimas humanas em áreas miseráveis. Esse aspecto do acordo é certamente o mais conhecido e o que mais gera protestos contra o governo de instituições internacionais, acusadas de servir puramente o interesse de grandes corporações.

Disparidades nos custos de tratamento da AIDS

Além das dificuldades econômicas das regiões com situação alarmante (como a África subsaariana), a política de preços da indústria de medicamentos tende a desfavorecer ainda mais o sério quadro do HIV. Como relatado em estudos da *Médecins Sans Frontières*, existem exemplos em que a companhia suíça *Roche*⁴ vende medicamentos por um valor acima da tabela nos países menos desenvolvidos. De acordo com a organização, a *Roche* cobra em Camarões 4.121 dólares por ano para o tratamento de um paciente com o medicamento Viracept, superior ao preço estabelecido em sua tabela de 3.130 dólares (MÉDECINS SANS FRONTIÈRES, 2002). Como mencionado por Poku, dez das treze drogas mais utilizadas para conter a AIDS são mais caras na Tanzânia do que no Canadá.

Os custos para um tratamento nos Estados Unidos para um HIV soropositivo que tenha adquirido a doença recentemente varia de 10.000 a 15.000 dólares por paciente por ano. O PIB per capita em países em desenvolvimento variava na virada do século de 140 a 6.190 dólares (PÉREZ-CASAS, 2000). Portanto, toda a renda acumulada de um soropositivo em países subdesenvolvidos não é suficiente para adquirir os medicamentos necessários, nem mesmo se totalmente convertidos a tal propósito. Além disso, dados da MSF demonstram que o preço pago para a aquisição de drogas relacionadas ao HIV é muito maior se feito de forma privada. Tal valor é várias vezes superior aos "preços institucionais", conseguidos através de governos e organizações⁵. Na Guatemala a MSF consegue adquirir o Viracept, uma droga essencial para o tratamento da doença distribuída pela *Roche*, pelo preço de 4.015 dólares por ano/paciente, enquanto indivíduos pagam 8.358 dólares pela mesma droga.⁶

Apesar dos altos custos de tratamento de um paciente com o HIV, ainda é possivelmente mais barato que governos realizem políticas preventivas do que tratar as doenças oportunistas. Além de ser uma obrigação do Estado zelar pelo bem estar de seus cidadãos, considerando o dinheiro gasto com hospitalizações e perdas indiretas, pode custar mais a um governo negligenciar a doença do que tratá-la. Nas palavras de Toby Kasper, "uma considerável porcentagem dos custos devido à aquisição de drogas pode ser compensada pela queda dos gastos com hospitalizações e infecções oportunistas. Isso foi demonstrado no Brasil" (KASPER, 2003, p. 21)⁶. Portanto, existem pelo menos duas vantagens lógicas no tratamento e na prevenção

3 Países participantes do acordo TRIPS são obrigados a garantir proteção mínima de 20 anos às drogas patenteadas. No texto do acordo esse regulamento tem que ser inserido em lei nacional pela maioria dos países participantes no máximo até 2006 (PÉREZ-CASAS, 2000).

4 Fundada em 1896, a indústria farmacêutica suíça está atualmente entre as 50 maiores empresas do mundo segundo o jornal *Financial Times*.

5 "... na África do Sul a maioria das pessoas compra sua dose diária de fluconazole [droga essencial] no setor privado onde ela custa \$21.40 ao invés do preço público de \$4.10 usado neste relatório" (PÉREZ-CASAS, 2000, p. 1).

6 "Entre 1997-2000, o corte de gastos pelo Brasil tem sido estimado pelo Ministério da Saúde como sendo perto de 1.1 bilhão de dólares" (GALVÃO, 2002, p. 1862).

da AIDS: a significativa redução no quadro de mortes e a importante redução nos gastos com hospitalização.

Alternativas Genéricas e o Caso Brasil

De acordo com Toby Kasper (2003) em um relatório da MSF, o primeiro fator essencial para governos combaterem o HIV com eficácia é o preço acessível das drogas. Logicamente, direitos de patentes tornam os medicamentos mais caros e, portanto, menos acessíveis. A alternativa mais conhecida ao medicamento patenteado é o medicamento genérico. Geralmente produzido após expiração ou renúncia da proteção patentária, tais drogas possuem o mesmo princípio ativo (fármaco) que seus originais. Como expresso em um dos artigos da MSF, tratamento genérico de qualidade contra a AIDS já estava disponível no ano 2000 custando em média de 800 a 1000 dólares por paciente por ano (PÉREZ-CASAS, 2000). Entretanto, se amplamente utilizado e aceito, o aumento da demanda e produção poderia diminuir substancialmente o preço do tratamento de um paciente para 200 dólares por ano.

O principal argumento usado por companhias farmacêuticas para rejeitar os pedidos de utilização livre das fórmulas é que o dinheiro pago pelas patentes é necessário para cobrir os custos de pesquisa. Todavia, o setor farmacêutico encabeça a lista entre os negócios mais lucrativos e de maior retorno de investimento. Conseguindo manter os direitos de patentes com sucesso em vários países, a indústria de medicamentos contribui amplamente para as altas taxas de mortalidade ligadas à AIDS e outras doenças. Assim, a situação atual da doença no mundo aponta claramente a uma forte depreciação de direitos humanos básicos. Nas palavras de Nana Poku, "existem muitos agentes a serem acusados pela horrível e grotesca epidemia de AIDS no mundo em desenvolvimento, mas as companhias de drogas são grandes culpadas" (POKU, 2002, p. 122).

Desde o fim do ano 1996 o governo brasileiro vem oferecendo acesso gratuito e universal para o tratamento antiretroviral para soropositivos através do Sistema Único de Saúde (SUS). O Brasil é atualmente o único país fora do bloco de países centrais a oferecer esse tipo de tratamento. De acordo com dados oficiais do Ministério da Saúde, em setembro de 2001 havia um total de 222.356 casos de HIV oficialmente registrados no Brasil. Esse número aumentou para 594.000 pessoas registradas com AIDS em 2004. Por sua vez, o relatório anual da UNAIDS descreve que existiam no país em 2006 aproximadamente 620.000 casos de HIV. Porém, o mesmo relatório estima que um em cada três pessoas infectadas tem consciência de sua situação. Desse modo, nota-se claramente a dificuldade de um levantamento preciso dos números

da doença, em parte devido ao seu avanço e em parte devido aos sintomas que algumas vezes demoram a aparecer.

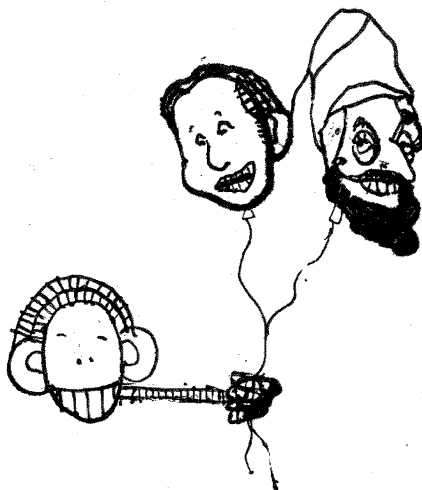
O Brasil é geralmente citado na literatura referente tanto ao HIV quanto às patentes de drogas como um caso de sucesso e um exemplo a ser seguido por países subdesenvolvidos (PÉREZ-CASAS, 2000; GALVÃO, 2002; BASTOS, 2001; SELL, 2002). O último relatório da UNAIDS descreve a situação no continente da seguinte maneira: "A epidemia na América Latina continua amplamente estável, com particularmente o Brasil dando prova de que uma dupla ênfase em prevenção e tratamento pode manter a epidemia de HIV sob controle" (UNAIDS, 2006, p. 6). Como apontado, o maior fator para tal sucesso advém do fato de que grande parte das medicações antiretrovirais usadas no Brasil são produzidas dentro do país a baixo custo. As drogas essenciais no tratamento do HIV que não são produzidas no país são importadas e representam os maiores gastos no programa contra a AIDS.

No ano de 2001, sete das treze drogas usadas para conter a AIDS no programa eram produzidas no Brasil, representando menos da metade (43%) dos gastos totais com medicamentos. Dessa forma, drogas patenteadas, mesmo possuindo um preço reduzido através da aquisição e pressão governamental, representam ainda 57% do orçamento total. Pérez-Casas (2000) aponta que o stavudine genérico pode ser 24,5 vezes mais barato no Brasil do que sua versão original nos EUA. Se comparado com outros países em desenvolvimento, como a Tailândia, os custos de tratamento com drogas produzidas localmente possibilitam o governo brasileiro a tratar até três vezes mais o número de pacientes HIV soropositivos.⁷

Como mencionado anteriormente, drogas patenteadas representam a maioria dos custos do programa de combate à AIDS do Ministério da Saúde. Visando manter o sucesso do programa o governo brasileiro começou um embate político para reduzir os preços das drogas. De tal maneira, enfatizando os altos gastos com a aquisição dos medicamentos patenteados, o governo ameaçou usar o sistema de licença compulsória e começar a produzir suas versões genéricas para alguns remédios. A licença compulsória é popularmente conhecida como a "quebra de patentes" e consiste na autorização concedida pelo Estado para o uso de uma invenção patenteada (CHAVES, 2006).⁸ A situação criada pelo governo brasileiro foi levada a julgamento na OMC, onde o Brasil saiu vitorioso enfatizando a emergência do HIV em nível nacional. No ano de 2001 os laboratórios norte-americanos Merck concordaram em reduzir o preço do Efavirenz em 60% após o anúncio do governo brasileiro dos planos de uso da licença compulsória para tal droga (GALVÃO, 2002). Apesar do fato da licença compulsórias ainda não ter sido efetivada no Brasil, ela é uma importante ferramenta para fazer com que companhias internacionais baixem seus preços.

⁷ "Em outras palavras, custa para o sistema público de saúde brasileiro a mesma quantia para tratar 1.000 pessoas vivendo com HIV/AIDS que custa ao governo tailandês para tratar 350" (PÉREZ-CASAS, 2000, p. 4).

⁸ Vale ressaltar que a licença compulsória ainda não foi utilizada no Brasil, mas já foi efetivada por países como EUA e Canadá em disputas sobre o uso de drogas.



Liderança dos EUA

"Typically hegemony is defined as a situation in which one country dominates the world economy intellectually, economically, and militarily" (HERMAN SCHWARTZ, 2000)

Em seu livro *"States versus Markets"*, uma das principais idéias de Herman Schwartz é que "estados modernos e mercados modernos não podem existir um sem o outro" (SCHWARTZ, 2000, p. 1). Nesse sentido, os estados são geralmente grandes responsáveis pela criação e proteção de mercados mundiais e, por sua vez, a participação em tais mercados determina parte do poder do estado em nível global. Do mesmo modo, uma hegemonia tem que ser igualmente sustentada por uma convergência de interesses de grupos sociais, tanto internos quanto externos. Como o autor observa, instituições são regularmente transformadas para o aproveitamento de oportunidades de mercado ou para resistir às pressões de mercado.

Sem a interferência do governo dos EUA, as companhias farmacêuticas norte-americanas perderiam gradativamente suas vantagens tecnológicas em mercados mundiais. Como dito por Pérez-Casas, "a importante contribuição do governo nacional é demonstrada pelo fato de que patentes de importantes drogas contra a AIDS são de posse do governo dos EUA" (PÉREZ-CASAS, 2000, p. 4). Sem nenhuma surpresa, os EUA preencheram a maioria das reclamações junto à OMC utilizando os princípios do TRIPS para patentes. Um crescente número de países tende a apoiar a luta pelo acesso aos medicamentos, como é o caso da maioria dos membros da União Européia. Entretanto, o governo dos EUA continua a defender incondicionalmente as companhias farmacêuticas.

Herman Schwartz analisa que os EUA historicamente exerceram um estilo de liderança global

mais cooperativo do que as hegemonias anteriores, como a Inglaterra. Neste caso, os norte-americanos arquitetaram várias instituições internacionais nas quais os EUA detêm o principal papel, mas não domínio total (SCHWARTZ, 2000, p. 183). Por outro lado, a tradição liberal estruturalista vê nas assimetrias de poder uma explicação altamente importante a um governo global e a regulação da ordem internacional (MCGREW, 2002). Assim, apesar das instituições globais não seguirem absolutamente toda a política externa dos EUA, elas ainda estão longe de serem imparciais ou de beneficiarem igualmente todas as partes.

A teoria funcionalista defendida por David Held (2002) argumenta que o desenvolvimento global está além de capacidades nacionais, requerendo cooperação intergovernamental. Entretanto, enquanto algumas pessoas afirmam que passos positivos para um governo global são benéficos a todos, em muitos casos instituições internacionais são apenas uma maneira formal de legitimar o domínio de alguns estados mais fortes. A grande contradição de uma Ordem Institucional Internacional é que ao mesmo tempo em que um esforço é realizado para resolver alguns problemas, como no caso da UNAIDS, outras dificuldades surgem de instituições paralelas, como o TRIPS. Embora instituições sejam regularmente criadas para resolver ou evitar conflitos e problemas, elas são também coercitivas e isso acaba por gerar outras questões a serem resolvidas.⁹

Conclusão

"A bridge has to be built between international economic law and human rights law" (HELD, 2002)

Conforme visto neste artigo, o conflito entre a proteção patentária internacional e a necessidade de acesso a medicamentos é uma controvérsia de nossos tempos. Atualmente os

⁹ Isso é o que Robert Keohane chama de "governance dilemma".

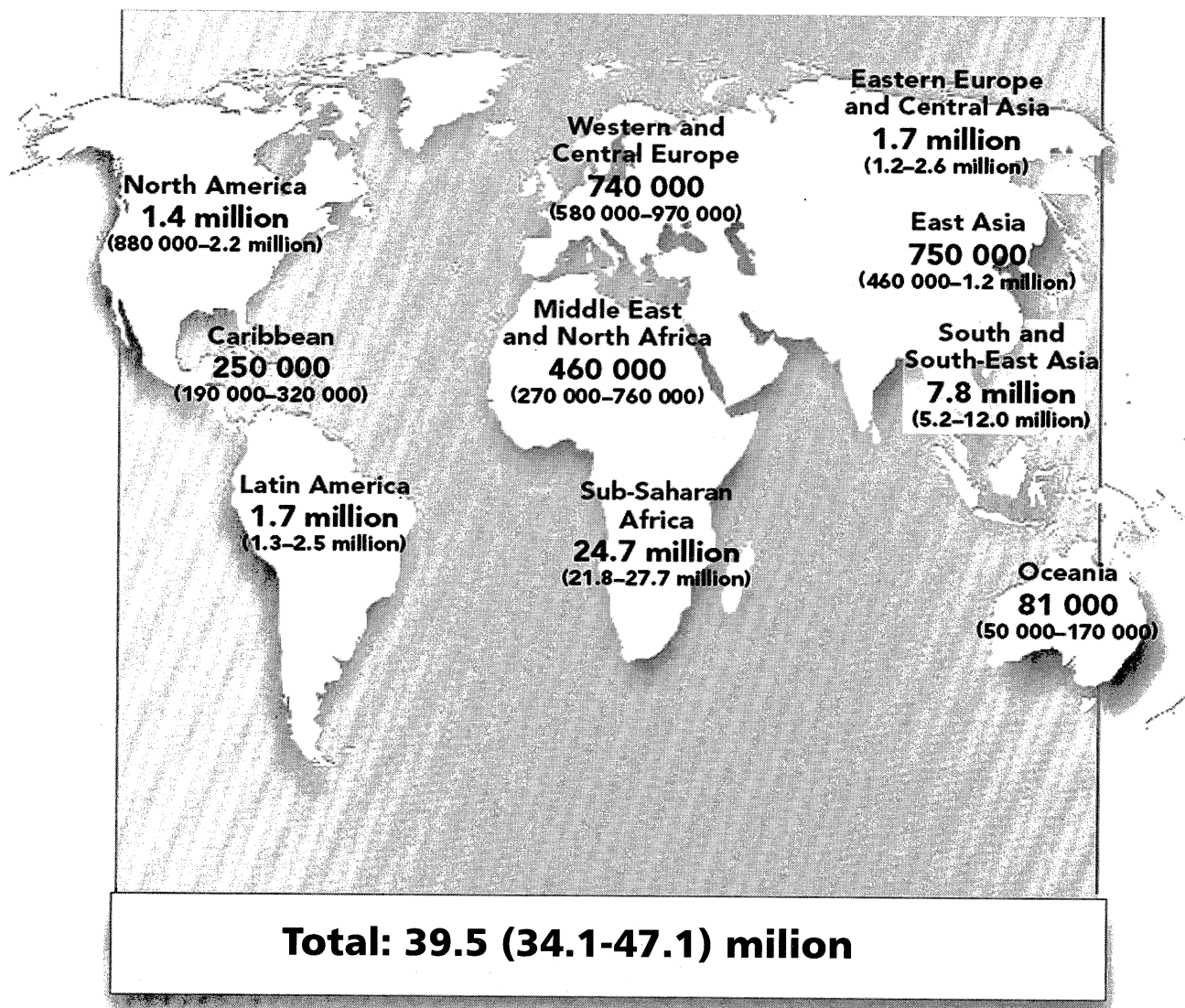
estados nacionais se encontram restringidos por uma variedade de laços, acordos e agendas internacionais. De acordo com a teoria de assimetria de Bruno Latour (2001), as várias esferas do mundo são imbricadas e intrinsecamente ligadas, sendo que ações feitas em uma afeta às outras de diversas maneiras. No caso das patentes internacionais, as decisões econômico-legais tomadas agravaram a situação de algumas doenças em vários países, sendo notório o caso do HIV em países periféricos.

Os recursos institucionais que protegem direitos patentários são amparados por países centrais de forte economia e por importantes organizações internacionais. Não obstante, o poder internacional desses agentes e de grandes corporações não é absoluto e há maneiras institucionais de contornar ou questionar às suas demandas econômicas. Isso foi provado no caso do Brasil e deveria ser seguido por países economicamente dependentes como forma de melhorar as condições de combate à doença. Como demonstrado nos números da UNAIDS, o HIV ainda está se espalhando em todos os continentes e está longe de ser erradicado. Ao mesmo tempo, as condições estabelecidas pelo TRIPS tendem a agravar as dificuldades de combate ao vírus ao encarecerem os remédios.

Portanto, a controvérsia gerada por esse quadro é uma questão em aberto que continuará a gerar embates por um bom tempo. Por fim, esse artigo almejou contribuir para o debate em questão e ressaltar algumas das convergências entre esses dois temas que não devem ser analisados de maneira isolada, mas sim como uma situação reciprocamente influente.

Notas finais

Consideramos essencial dizer também que devemos levar em consideração que os preços analisados internacionalmente são expressos em dólares americanos. Obviamente um medicamento que custe 10 dólares a um americano é muito mais fácil de ser adquirido do que uma droga que custe o mesmo valor a um somaliano. Seria necessário um estudo que recalculasse os valores internacionais e o real poder aquisitivo de diferentes nacionalidades para que a comparação da disparidade no tratamento fosse realmente fiel à realidade. Porém, tal estudo está além das capacidades e do escopo do presente artigo. De tal maneira, essa seria uma deficiência na comparação dos custos dos medicamentos em questão.



É inegável que o programa de combate à AIDS é uma das mais reconhecidas qualidades políticas brasileiras. Tal programa foi amplamente anunciado e usado como propaganda política no país. Entretanto, o que não é usualmente mencionado é que acesso gratuito e universal ao tratamento da AIDS só foi concedido pelo governo após ampla reivindicação e pressão da sociedade civil e de ONGs. De acordo com Jane Galvão, "a viabilidade do programa brasileiro de distribuição de anti-retrovirais deve muito à mobilização da sociedade"

(GALVÃO, 2002, p. 1862). Dentre os grupos envolvidos nesse movimento, foi notável o ativismo de homossexuais, feministas e organizações religiosas. Fazendo uso de um dos artigos da constituição de 1988, tais grupos requisitaram o direito constitucional de tratamento gratuito no sistema público de saúde e uma série de processos contra o Ministério Público de Saúde mudou o posicionamento do governo em relação ao HIV. Portanto, o que é geralmente atribuído apenas a políticos começou com o constante ativismo de indivíduos.

Submetido em 19/03/2007
Aprovado em 03/05/2007

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BASTOS, F. *et al.* (2001), "Treatment for HIV/AIDS in Brazil: strengths, challenges, and opportunities for operations research". *AIDS science*, 1, 15. <<http://www.aidsscience.com/Articles/aidsscience012.asp>>. Acessado em Fevereiro de 2007.
- CHAVES, Gabriela C. (2006), *Patentes Farmacêuticas: Por que dificultam o acesso a medicamentos?* Rio de Janeiro, ABIA.
- CORIAT, B. & ORSI, F. (2003), *Pharmaceutical patents, generic drugs and public health under the TRIPS agreement*. http://www.business.auc.dk/druid/conferences/summer2003/papers/CORIAT_ORSI.pdf. Acessado em Fevereiro de 2007.
- GALVÃO, Jane. (2002), "Access to Antiretroviral Drugs in Brazil". *The Lancet*, 360. <<http://www.accessmedmsf.org/prod/publications.asp?sctid=16122002151575&contenttype=PARA&>>. Acessado em Fevereiro de 2007).
- HELD, David. (2002), "Cosmopolitanism: Ideas, Realities and Deficits". in: David Held & A. McGrew (eds), *Governing Globalization. Power, Authority and Global Governance*. Cambridge, Polity Press.
- HELD, D. & MCGREW, A. (2002), "Governing Globalization". *Power, Authority and Global Governance*. Cambridge, Polity Press.
- IMBER, Mark F. (2002), "Functionalism". in David Held & A. McGrew (eds.), *Governing Globalization. Power, Authority and Global Governance*, Cambridge, Polity Press.
- KASPER, T. *et al.* (2003), "Demystifying antiretroviral therapy in resource-poor settings". *Essential Drugs*, Monitor nº 32, pp-20-21. <<http://www.accessmed-msf.org/prod/publications.asp?sctid=992003105165&contenttype=PARA&>>. Acessado em Fevereiro de 2007.
- KEOHANE, Robert O. (2002), *Governance in a Partially Globalized World*. In: HELD, D. AND MCGREW, A (eds.). (2002), *Governing Globalization. Power, Authority and Global Governance*. Cambridge, Polity Press.
- KOENIG-ARCHIBUGI, Mathias. (2002), "Mapping Global Governance". in David Held & A. McGrew (eds.), *Governing Globalization. Power, Authority and Global Governance*, Cambridge, Polity Press.
- LATOUR, Bruno. (2001), *A Esperança de Pandora*. Tradução de Gilson César Cardoso de Sousa. Bauru, EDUSC.
- LATOUR, Bruno. (2004), "How to talk about the body? The Normative Dimension of Science Studies". in *Body & Society*, 10(2-3). London, Sage Publications.
- MCGREW, Anthony. (2002), "Liberal Internationalism". in David Held & A. McGrew (eds.), *Governing Globalization. Power, Authority and Global Governance*, Cambridge, Polity Press.
- MÉDICINS SANS FRONTIÈRES. (2002), *Why Roche can decrease its prices and why it has a moral obligation to do so*. <<http://www.accessmed-msf.org/prod/publications.asp?sctid=181120021713119&contenttype=PARA&>> Acessado em Fevereiro de 2007.
- MINISTRY OF HEALTH OF THE FEDERATIVE REPUBLIC OF BRAZIL. (2001), *Response: The experience of the Brazilian AIDS Programme*. Brasília: Ministry of Health 2002. <http://www.aids.gov.br/final/biblioteca/resposta/resp_ingles.pdf>. Acessado em Fevereiro de 2007.
- PÉREZ-CASAS, Carmen. (2000), *HIV/AIDS medicines pricing report*. <<http://www.accessmed-msf.org/prod/publications.asp?sctid=492001113146&contenttype=PARA&>>. Acessado em Fevereiro de 2007.
- PIGNARRE, Philippe (1999), *O que é o Medicamento?*. Tradução de Paulo Neves. São Paulo, Editora 34.
- POKU, Nana K. (2002), "Global Pandemics: HIV/AIDS". in David Held & A. McGrew (eds.), *Governing Globalization. Power, Authority and Global Governance*, Cambridge, Polity Press.
- ROSENAU, James N. (2002), "Governance in a New Global Order". in David Held & A. McGrew (eds.), *Governing Globalization. Power, Authority and Global Governance*, Cambridge, Polity Press.
- SELL, Susan K. (2002), "Intellectual Property Rights". in David Held & A. McGrew (eds.), *Governing Globalization. Power, Authority and Global Governance*, Cambridge, Polity Press.
- SIDDIQI, Ahmad. (2005), *Patents and Pharmaceutical Drugs — The need for a change*. <<http://surj.stanford.edu/2005/pdfs/Ahmad.pdf>>. Acessado em Fevereiro de 2007.
- SCHWARTZ, Herman M. (2000), *States versus Markets. The Emergence of a Global Economy*. London, Palgrave.
- UNAIDS. (2007), *AIDS Epidemic Update: December 2006*. <http://data.unaids.org/pub/EpiReport/2006/2006_EpiUpdate_en.pdf>. Acessado em Fevereiro de 2007.
- WOODS, Ngaire. (2002), *Global Governance and the Role of Institutions*. in David Held & A. McGrew (eds.), *Governing Globalization. Power, Authority and Global Governance*, Cambridge, Polity Press.
- WORLD TRADE ORGANIZATION. (2001), *Declaration on the TRIPS Agreement and Public Health*. <http://www.wto.org/english/thewto_e/minist_e/min01_e/mindecl_trips_e.htm>. Acessado em Fevereiro de 2007.

A condição de moradia na região metropolitana de Belo Horizonte, crise habitacional e o Estado: Um olhar sobre o tema

Eliéser Ribeiro

Graduando em
Ciências Sociais
/UFMG

Valéria Oliveira

Recém-graduada
em Ciências Sociais
/UFMG

Palavras-chave:

Condição de moradia, crise habitacional, questão metropolitana

Key Words:

Housing conditions, housing crisis, metropolitan issue

RESUMO: Partindo do aporte teórico relacionado ao tema e com o auxílio da análise quantitativa de dados da Pesquisa da Região Metropolitana de Belo Horizonte (PRMBH/2005), o trabalho discute a qualidade da moradia em sua relação com a chamada crise da habitação, bem como a importância do Estado atuando no setor. Assim, examina a questão habitacional, a partir de elementos associados às condições de moradia, buscando, em particular, estabelecer comparação entre a capital mineira e municípios vizinhos.

ABSTRACT: Based on a specific theoretical framing and supported by quantitative data from Belo Horizonte Area Survey, this paper addresses home quality as it is related to the so called housing crisis, as well as the relevance of State actions. Briefly, it examines the housing issue from particular housing conditions by comparing, specially, the city of Belo Horizonte and its neighbors.

Introdução

Desde a Revolução Industrial a questão da moradia nas cidades tem se configurado como um grande problema social, sendo por isso abordado por estudos de diversas áreas do conhecimento. Entre elas a arquitetura, economia, ciência política, geografia, geologia e sociologia. E é especificamente, a partir dessa última área que buscamos desenvolver nossa análise sobre o tema: primeiro pela maior familiaridade com seu arcabouço teórico e segundo por atender melhor à perspectiva abordada neste trabalho, a saber, a habitação enquanto questão significativa para reprodução social. Podemos entender assim, uma vez que a habitação está associada tanto às condições físicas e suas relações materiais, quanto aos elementos intangíveis que constituem o ambiente. No primeiro caso, consideram-se os aspectos objetivos como tipo de casa, padrão de acabamento, espaço dos cômodos, além do acesso à infra-estrutura em seu entorno; e no segundo, levam-se em conta fatores subjetivos, como identidade, bem-estar, conforto, felicidade e satisfação. Tendo em vista a abrangência do objeto de estudo e sua relevância social é justificada sua importância.

Sob uma perspectiva histórica, poderíamos afirmar que acompanhando o processo de urbanização e a conseqüente precarização das condições de vida, delineou-se um cenário de crise da habitação, entre outras coisas, pelo intenso crescimento populacional, dado o movimento migratório em direção às áreas urbanas. De tal maneira, nos primeiros momentos dessa rápida urbanização, houve intensa preocupação acerca

das possibilidades de acomodação do contingente advindo das áreas rurais esvaziadas pela valorização da produção industrial e da demanda por mão-de-obra nos grandes centros. Fazendo referência a Rocha, o forte crescimento populacional correspondeu a um empobrecimento relativo da população urbana, uma vez que o grande contingente de migrantes afluindo as grandes cidades era de pobres rurais que passaram então a ser pobres urbanos (2000, p. 8). Desse modo, as condições de vida nas regiões onde esse contingente habitava tornaram-se precárias com a proliferação de áreas marcadas pela falta de acesso a serviços de infra-estrutura e a baixa qualidade da habitação.

Do ponto de vista subjetivo e teórico, na direção do processo de urbanização ocorreu ainda a evolução da noção do que seria uma “boa habitação”, sendo incluídos fatores relacionados ao ambiente de uma maneira mais completa, considerando elementos como a disponibilidade de bens coletivos, lazer, acessibilidade e noções de lugar. Este último elemento envolve a qualidade do ambiente, ou aquilo que rodeia os seres humanos, como o conjunto de condições sociais, culturais e morais que cercam uma pessoa e que sobre ela podem influir direta ou indiretamente: a vizinhança, relações de parentesco, disposição de equipamentos coletivos ou a falta deles, constituindo o espaço que engloba o meio ambiente próprio para o exercício de atividades humanas. Fazemos referência a esse elemento apenas para compreender a abrangência, a influência e as implicações das condições de moradia na vida social de uma forma ampla.

No entanto, procuraremos analisar alguns condicionantes sociais, econômicos e políticos

das qualidades de moradia buscando apreender as múltiplas influências na sua construção e arranjo no espaço. Delinearemos as condições de moradia a partir das variáveis disponíveis acerca das características do imóvel, a saber, a, existência de infra-estrutura urbana básica (luz, água e esgoto), a forma da coleta de lixo, estado de conservação do domicílio, número de banheiros e moradores por cômodo tentando explicá-los em função do índice socioeconômico do morador, tipo de domicílio, localização, condição do imóvel e densidade domiciliar¹. Talvez, o fator primordial dessa proposta analítica não seja a constatação de que tais condicionantes mantêm ou não efeito significativo sobre nossa medida de qualidade da habitação, mas a investigação sobre as diferenças entre a área central da metrópole e o conjunto dos municípios vizinhos, investigando a existência de efeito diferenciado do nível socioeconômico sobre a qualidade da moradia nas regiões, assunto a ser mais bem desenvolvido ao longo da discussão teórica e apresentação da metodologia.

Desse modo, o texto estará disposto primeiramente com o esboço da crise da moradia,

apresentando a discussão em torno de suas principais causas e implicações. Logo após vamos nos deter à apreciação das motivações da intervenção do Estado no que compreende a sua ação no setor de moradia. Em seguida, passase ao exame da importância da moradia para a vida social. Continuamos com a exposição, nos detendo à observação das variáveis orientadoras das condições internas e externas das moradias e apresentando as diferenças que se tem no morar comparando Belo Horizonte à Região Metropolitana.

Delineando a crise da moradia

O Brasil passou por intenso processo de urbanização no período pós-guerra. Isso se deu basicamente por dois motivos: 1) repulsão da área rural, primeiro pelo excedente de força de trabalho no campo devido à mecanização da agricultura, e segundo, pela carência de terras decorrente do monopólio das oligarquias rurais concentrando-as em sua posse; 2) e a atração da cidade, pois a população destituída dos meios



¹ Os dados são da Pesquisa da Região Metropolitana de Belo Horizonte, realizada pelo Departamento de Sociologia e Antropologia da Universidade Federal de Minas Gerais, contando com o apoio e financiamento de instituições como a Fundação Ford e Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa – Fundep. O survey é constituído através de amostragem probabilística representativa de Belo Horizonte e dos outros 33 municípios da região metropolitana considerados conjuntamente. A Pesquisa é organizada por módulos temáticos incluindo questões sobre estratificação social, percepção de risco e insegurança, participação política, capital social, justiça distributiva, raça e cor, capital cultural, gênero e trabalho. O survey não tem como temática principal a questão da habitação, ou mesmo da qualidade de vida urbana, sendo essa uma das razões pela qual este estudo representa um esforço de operacionalização de variáveis construídas para outros fins, fazendo com que as mesmas se prestem a análises acerca da questão habitacional.

de sobrevivência na zona rural é deslocada do campo e dirige-se às cidades em busca de empregos e serviços públicos, daí as grandes cidades brasileiras passaram por um acelerado processo de urbanização e industrialização e exerceram a função de integrar a agricultura às necessidades do mercado urbano.

Esse processo de urbanização resultou num grande contingente populacional nas cidades em expansão, indivíduos que careciam de emprego, saúde, educação, bem-estar e moradia entre outras condições para uma mínima qualidade de vida. De algum modo, todos esses elementos estão interligados, mas a moradia assume um papel central uma vez que ela é um bem imprescindível para reprodução social. O crescimento da população urbana demanda condições específicas para a manutenção de condições de sobrevivência. Além do emprego que fornece elementos materiais para isso, a moradia também tem grande significância, pois os indivíduos passam boa parte do seu tempo em suas residências, descansando, se entretendo, construindo redes de relações entre vizinhos etc. A permanência das pessoas na cidade dependia, e ainda depende de forma direta de sua instalação em algum lugar no espaço urbano, os indivíduos necessitam de um abrigo, que seja seguro e adequado para a moradia, isto é, precisam de um lugar onde possa residir sua família, exercendo assim sua condição social.

A existência de um déficit habitacional quantitativo configura-se como questão amplamente debatida entre pesquisadores do tema, uma vez que o problema da "falta de moradia" não seria resultado apenas da escassez de imóveis, mas da impossibilidade de acesso àqueles disponíveis. De tal maneira, o dilema estaria relacionado, como a maior parte dos problemas do país, à ampla desigualdade socioeconômica que restringe as possibilidades de aquisição do bem para grande parcela da sociedade (RIBEIRO, 2002; LAGO, 2002; RIBEIRO & AZEVEDO, 1996 *et al*). Contudo, ainda que não seja considerada a importância desse debate, procuramos neste trabalho oferecer nossa contribuição aos estudos do meio urbano e da habitação a partir de perspectiva distinta. Contando com o suporte de métodos quantitativos de análise procuraremos esclarecer o impacto diferenciado da localização na qualidade da habitação, enfatizando a comparação entre áreas centrais e periféricas da RMBH (Região Metropolitana de Belo Horizonte).

O tema da moradia não pode ser encarado de maneira independente da questão da urbanização e da expansão desordenada das grandes cidades. A crise de escassez², ou de descompasso entre população de baixa renda e o acesso aos imóveis, convive ainda com a ampla discussão sobre as características das construções, ou da perspectiva da qualidade do domicílio. Elementos como o adensamento de moradores e a existência de condições básicas de infra-estrutura constituem algumas dessas

características ditas qualitativas.

A moradia tornou-se um elemento interessante para a economia, uma vez que passou a ser indispensável, contraindo dessa forma status de produto, e adquirindo alto valor de troca. Requerendo, contudo, investimento prévio em materiais capazes de alavancar seu valor no mercado. O setor da construção requer uma alta disponibilização de capital, mas sendo lenta a rotatividade da economia nesse setor, os retornos não são imediatos, contribuindo para a elevação do preço final do bem, tornando pouco rentável o investimento em construção de moradias a baixo custo. A falta de desenvolvimento tecnológico eleva os custos da produção, tornando o setor mais suscetível aos impactos da especulação imobiliária. Posto que o processo não permite a produção em larga escala, o que além de encarecer o bem, condiciona o preço a aspectos como a localização em áreas mais valorizadas da cidade (RIBEIRO & AZEVEDO, 1996). Diante da impossibilidade de aquisição desse bem, novas estratégias de produção são estabelecidas, por exemplo, autoconstrução e improvisação de abrigos em loteamentos irregulares a fim de suprir a necessidade básica de morar.

Além do mais, de forma independente do planejamento urbano e seus mecanismos de manutenção das classes populares além dos limites da cidade legal, a moradia sempre esteve ligada à proximidade do local de trabalho e consequentemente dos grandes centros urbanos, incentivada pelo baixo preço da terra nos loteamentos irregulares e pela possibilidade da autoconstrução. Esses elementos conjugados estimularam adversamente a intensificação de processos como o de favelização, conforme a experiência da capital mineira: planejada para acolher a população das classes altas e médias e que sofreu e ainda sofre com problemas relativos aos aglomerados e vilas em expansão.

Devido ao crescimento das cidades e a ocupação das áreas mais adequadas, os locais de moradia foram se distanciando cada vez mais, ou foram sendo criadas novas formas de manter essa proximidade, como a ocupação de áreas sem infra-estrutura urbana, a saber, esgoto, saneamento, calçamento nas ruas, serviços etc. Daí deu-se a proliferação de favelas, cortiços, becos, ruelas, ou seja, lugares com condições subnormais³ de moradia. Assim, como o desenvolvimento econômico contou quase sempre com a centralização dos serviços, melhores acessos a vias, circulação da informação, isso centralizou também os trabalhadores e seus lugares de residência (independente das condições), provocando o processo que Guimarães (1991) identifica como a urbanização da pobreza.

Não obstante o acelerado desenvolvimento urbano, o ritmo da construção de moradias de qualidade para as classes mais populares não acompanhou o mesmo passo. A produção popular de moradia além de obedecer à ordem de residir o mais próximo possível dos grandes

2 A escassez de moradia ou déficit habitacional pode ser caracterizada de acordo com Gonçalves 1998 como: a) a rusticidade das estruturas físicas das habitações, em virtude da depreciação e/ou da utilização dos materiais improvisados e não duráveis; b) a inadequação de algumas unidades habitacionais que, em decorrência de suas características físicas e funcionais, são utilizadas como domicílios de forma esporádica ou improvisada; e c) a coabitação (existência de mais de uma família por domicílio em média).

3 O Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil conceitua lugares com condições subnormais de moradia, como conjunto de pessoas que vivem em domicílios localizados em aglomerados subnormais. O que caracteriza um aglomerado subnormal é a ocupação desordenada e, quando de sua implementação, não haver a posse da terra ou o título de propriedade. É também designado por "assentamento informal", como por exemplo mocambo, alagado, baranco de rio, etc.

centros, ou seja, morar mais perto possível do trabalho, adquirindo imóveis adequados à sua situação financeira, além de produzir aglomerados de moradias em condições subnormais, também “empurra” a população mais pobre para as bordas das grandes cidades, configurando a expansão urbana e contribuindo então para o processo de conurbação⁴ que contribui para a formação do que poderíamos indicar como regiões metropolitanas. O processo de periferação não é, porém, concretizado apenas das metrópoles, ocorrendo, ainda que em menor escala, na maior parte dos espaços urbanos do país. No Brasil, desde o final de década de 40 poderiam ser identificados três principais formatos de construção: 1) a produção popular marcada pela autoconstrução e loteamentos periféricos, 2) aquela financiada pelo Estado e finalmente 3) outra marcada pela atuação empresarial e a incorporação imobiliária (LAGO & RIBEIRO, 1996).

A autoconstrução se afigura como a solução mais emergencial para aquela população que precisa da moradia e que não tem condições de arcar com os custos da compra de um imóvel. Assim, o trabalhador assalariado constrói sua casa nos horários “livres” (fim do dia, finais de semanas e feriados) e com o sistema de mutirão, em que amigos e parentes auxiliam nessa tarefa. A autora Berenice Guimarães (1989; 1991) expõe sobre o problema da crise da moradia e identifica que devido ao alto volume de capital empreendido na construção do imóvel e seu demorado retorno, o investimento em habitações se torna desinteressante. Daí o Estado ter que intervir no setor para atender a demanda por esse bem. A função do Estado seria primordialmente criar condições sociais e econômicas para que as classes populares tivessem subsídio para adquirir uma moradia. E, uma vez que o Estado, pelo menos no Brasil, com sua política de habitação não deu conta de atender essa demanda a crise tendeu a piorar. Aumentando o caos urbano, resultante de problemas ambientais, aumento da segregação sócio-espacial, aumento da violência, expansão urbana desordenada etc.

Implicações das condições de moradia

Bourdieu (2003) identifica que existem lugares que se definem fundamentalmente pela “ausência” e principalmente a do Estado e com todo seu aparato de serviços como saúde, educação, lazer e segurança. O autor faz-nos saber, também, que o lugar ocupado é traduzido como a extensão do indivíduo, a expansão da sua superfície, seu volume de ocupação no espaço. Esse espaço é representação da estrutura social, seja ela excludente ou inclusiva, e pelo fato da insistente e duradoura experiência dos indivíduos, que residem em lugares subnormais, com a privação e o distanciamento, essas estruturas que ora eram sociais passam a

ser mentais, e assim naturalizam no interior da sociedade as relações de desigualdades e exclusão. Dessa forma, os lugares passam a ser identificados pela ausência e são responsáveis indiretos pelo sentimento de exclusão mútuo entre os diferentes indivíduos na sociedade. Assim o autor identifica que cada indivíduo em seu recipiente, no caso o espaço, recebe os efeitos daquele, e essa afetação é constituída e construída socialmente.

A questão da moradia extrapola a idéia apenas de abrigo, mas abarca noções de identidade, bem-estar, aconchego e segurança. E essas noções são influenciadas por acesso a serviços e infra-estrutura, acabamento das casas, qualidade das ruas e vizinhança, todos esses elementos agregados contribuem para o delineamento do espaço no sentido de criar boas ou más condições de ambiente. Por esses e outros motivos à moradia se configura como elemento muito importante para o indivíduo, fazendo com que esse bem seja muito valorizado para a vida social, e, portanto, merecendo uma atenção especial, inclusive do Estado.

Mas de acordo com nossas observações, onde 36,8% das pessoas da RMBH residem em domicílios classificados entre regular, ruim e péssimo podemos inferir que muitas das condições de moradia na região não são boas. De acordo com que Bourdieu apresenta acima, essas classificações poderiam sofrer influência direta da ausência do Estado, e essas condições interferem indiretamente na exclusão social. Por isso, consideramos no nosso estudo a questão sociológica como central, uma vez que a qualidade da moradia tem uma série de implicações sociais, como estratificação social, cidadania, bem-estar e justiça.

Após um panorama teórico relacionado ao tema, passaremos agora a avaliar os dados referentes à qualidade (influências e condicionantes) das moradias na Região Metropolitana de Belo Horizonte.

Breve estudo da condição de moradia na RMBH: Dados e Metodologia

Hipóteses a serem testadas

Ajustando um modelo de regressão linear que possui como variável dependente o índice da qualidade da moradia e controlando o mesmo por elementos como o tipo de domicílio, a situação de propriedade, participação comunitária e nível socioeconômico do respondente, a localização do domicílio, ou seja, estar situado em Belo Horizonte ou em outro município da Região Metropolitana mantém impacto sobre a qualidade da habitação.

A inclusão do termo interativo entre a localização do domicílio e o nível socioeconômico indica diferente efeito do nível socioeconômico sobre a qualidade da moradia para moradores de Belo Ho-

⁴ Conurbação designa uma extensa área urbana surgida do encontro ou junção de duas ou mais cidades. Ao longo do tempo os seus limites geográficos perdem-se em virtude do seu crescimento horizontal. Em geral, esse processo dá origem à formação de regiões metropolitanas (WIKIPEDIA, 2006).

rizonte e outros municípios da RMBH. Moradores com o mesmo nível socioeconômico possuem melhores condições de moradia em consequência da localização do domicílio.

A fim de testar as hipóteses apresentadas acima, utilizamos dados da segunda Pesquisa da Região Metropolitana de Belo Horizonte, *survey* realizado no ano de 2005, em que foram entrevistados 1122 moradores com mais de 18 anos de idade residentes nos setores censitários selecionados para compor a amostra, que é representativa da RMBH. A Pesquisa é realizada pelo Departamento de Sociologia e Antropologia da Universidade Federal de Minas Gerais, sendo constituída por amostragem probabilística sem substituição a partir de sorteio de setores censitários, dentro dos quais os domicílios são selecionados com o auxílio de listagem pré-definida. Por um lado, a amostra é representativa da capital mineira e por outro dos outros 33 municípios da região metropolitana considerados conjuntamente, restringindo as possibilidades de comparação espacial. A Pesquisa é organizada em módulos temáticos incluindo questões sobre estratificação social, percepção de risco e insegurança, participação política, capital social, justiça distributiva, raça e cor, capital cultural, gênero e trabalho. O *survey* não tem como temática principal a questão da habitação, ou mesmo a qualidade de vida urbana, sendo essa uma das razões pela qual este estudo representa um esforço de operacionalização de variáveis construídas para outros fins, fazendo com que as mesmas se prestem a análises acerca da questão habitacional.

Utilizando a técnica de regressão linear, foi elaborado um modelo geral para a investigação do efeito de características sociais, econômicas e espaciais sobre as condições do domicílio, mensuradas através de um fator que inclui as variáveis sobre as condições de moradia. A seguir apresentamos as variáveis utilizadas no estudo.

Variável Dependente

Operacionalizando os dados disponíveis, mensuramos a qualidade da moradia a partir da criação de um índice constituído a partir de elementos como a densidade de moradores por cômodo, infra-estrutura urbana (luz elétrica, água encanada e rede de esgoto), existência de mecanismos de coleta de lixo, estado de conservação do domicílio e número de banheiros. Para a criação do referido índice, as variáveis foram submetidas a uma "análise fatorial", a qual consiste em uma técnica para identificar dimensões latentes entre variáveis distintas, substituindo as variáveis originais por scores padronizados para cada dimensão. A análise origina fatores para os quais algumas variáveis apresentam maior correlação, identificando aí uma dimensão latente. O *software* (SPSS) apre-

senta informações sobre a porção da variância total explicada pelo fator gerado, calculando tantos fatores quantas forem às dimensões presentes entre as variáveis daquele grupo, partindo daquele com maior variância explicada para o de menor (HAIR, 2005)⁵.

Reconhecemos a ampla discussão em torno das variáveis a serem consideradas tanto na definição da qualidade da moradia, quanto do déficit habitacional, ainda que o mesmo não seja considerado neste trabalho. Procuramos nos aproximar da metodologia proposta em estudo da Fundação João Pinheiro e reaplicada no trabalho de Negrão e Garcia (2001), o qual destaca a o chamado déficit qualitativo como uma dimensão do déficit habitacional, considerando em sua definição da qualidade da moradia três aspectos: o serviço de coleta de lixo, a existência de infra-estrutura urbana básica e o adensamento interno. Havendo a possibilidade de incluir outras medidas em nosso índice, agregamos o número de banheiros e a avaliação do estado de conservação do domicílio feita pelo entrevistador.⁶

A tabela a seguir apresenta a distribuição de frequência e o percentual de cada uma das variáveis envolvidas na construção do índice de qualidade da moradia, bem como medidas de dispersão e tendência central das variáveis contínuas (número de banheiros, densidade de moradores por cômodo e o índice resultante da análise fatorial).

No que diz respeito ao destino do lixo, tanto na capital quanto nos municípios vizinhos, a maior parte dos entrevistados utiliza pelo menos um meio de coleta em suas residências, sendo pequeno o percentual de famílias com acesso às três formas de recolhimento do lixo. Ainda que a cobertura dos serviços de infra-estrutura básica (água, luz e esgoto) seja grande – com percentual superior a 70% nas duas regiões – é importante destacar a existência de 24,6% do total de respondentes moradores dos municípios vizinhos à BH que não têm acesso a um desses serviços fundamentais, destacando que apesar da existência de grandes disparidades entre os municípios considerados "vizinhos", há evidências de problemas sérios relativos às condições de vida fora da cidade de Belo Horizonte. No tocante à avaliação do estado de conservação do domicílio, a maior parte das construções foi considerada em bom estado de conservação, com pouco mais de 40% na capital e outros municípios da Região Metropolitana. O percentual de domicílios classificados como em excelente estado de conservação é de 24,7% do total dos domicílios de Belo Horizonte, quase o dobro do percentual nos outros municípios da região metropolitana. A média do número de banheiros na RMBH é de 1,52 por domicílio, com pouca variação entre as regiões. A densidade de moradores por cômodo (densidade m.p.c) é maior fora da capital que apresenta 0,58 (densidade m.p.c) em Belo Horizonte e 0,67 (densidade m.p.c) nos outros municípios, e sendo a média total de 0,62 moradores.

5 Para a elaboração dos índices aplicamos a seguinte fórmula: (Desvio Padrão * (-1*fator)) + Média. Assim, estabelecemos o Desvio Padrão = 10, Média = 50, Intervalo de Variação (0 - 100).

6 Outras informações importantíssimas para a definição da qualidade da moradia, como a área construída, não puderam ser incluídas na medida proposta, uma vez que não compõem o banco de dados utilizados.

O índice construído a partir das variáveis apresentadas oscila entre 0 e 100, indicando melhoria das condições a medida que os valores se aproximam do limite superior. A média da quali-

dade da moradia em BH é de 52,54 unidades, enquanto para os outros municípios a referida média é inferior, alcançando 47,17 unidades. Assim de acordo com o índice construído a qualidade de

TABELA 01

VARIÁVEIS INCLUÍDAS ⁷ NO ÍNDICE DE QUALIDADE DA MORADIA POR LOCALIZAÇÃO DO DOMICÍLIO							
Variáveis	Categorias	BH		Outros municípios		Total - RMBH	
		Frequência	%	Frequência	%	Frequência	%
DESTINO DO LIXO	Queima ou não tem nenhum outro tipo de coleta de lixo	17	3	63	11,5	80	7,1
	Pelo menos um tipo de coleta	415	72,5	412	75,1	826	73,8
	Pelo menos duas formas de coleta de lixo	116	20,2	67	12,2	183	16,3
	Três formas de coleta de lixo (coleta na porta, coleta seletiva e caçambas)	25	4,3	6	1,2	31	2,8
	Total	572	100	548	100	1120	100,0
INFRA-ESTRUTURA BÁSICA	Não tem acesso à água encanada, luz elétrica ou rede de esgoto.	4	0,7	2	0,4	6	0,5
	Acesso a uma característica	1	0,2	2	0,4	3	0,3
	Acesso a duas características	10	1,8	135	24,6	145	13,0
	Acesso às três características	552	97,4	409	74,6	961	86,2
	Total	567	100	548	100	1115	100,0
ESTADO DE CONSERVAÇÃO	Péssimo	9	1,7	13	2,7	22	2,2
	Ruim	36	6,8	50	10,5	86	8,6
	Regular	116	21,8	146	30,7	262	26,0
	Bom	239	45,0	207	43,6	446	44,3
	Excelente	131	24,7	59	12,4	190	18,9
	Total	531	100	475	100	1007	100,0
NÚMERO DE BANHEIROS	Medidas de tendência central e dispersão	BH		Outros municípios		Total - RMBH	
	Média	1,68		1,36		1,52	
	Mediana	1,0		1,0		1,0	
	Desvio Padrão	0,98		0,66		0,85	
DENSIDADE DE MORADORES POR CÔMODO	Média	0,58		0,67		0,62	
	Mediana	0,50		0,60		0,50	
	Desvio Padrão	0,35		0,35		0,35	
ÍNDICE DE QUALIDADE DA MORADIA	Média	52,54		47,17		50,00	
	Mediana	52,29		46,97		49,85	
	Desvio Padrão	10,23		8,95		10,00	

⁷ A variável referente à coleta de lixo, varia entre 0 e 3, partindo de casos onde não há coleta de lixo (queimam ou não fazem nada com os resíduos) até a existência das três formas de coleta e tratamento consideradas na pesquisa, a saber, coleta de lixo na porta, coleta seletiva e recolhimento em caçambas.

A densidade de moradores por cômodo é dada pela razão entre o número de moradores no domicílio e o total de cômodos. Para a inclusão da variável em nossa análise fatorial e assim, no referido índice de qualidade da moradia, multiplicamos seus valores por -1, a fim de inverter o sentido de crescimento, o qual agora indica que quanto maiores os valores, menor o adensamento interno. Incluímos também o número de banheiros declarados pelo respondente.

A infra-estrutura básica, como a questão sobre a coleta de lixo, varia entre 0 e 3, partindo de casos onde não existe água, luz elétrica ou rede esgoto, até regiões onde os três elementos estejam presentes.

Finalmente, o índice de qualidade da moradia é composto pela avaliação do estado de conservação do domicílio pelo entrevistador, com intervalo que varia entre 1 (péssimo) e 5 (excelente), passando por 2 (ruim), 3 (regular) e 4 (bom).

Para esta análise verifica-se que 39,039% da variância do estado de conservação, da Infra-estrutura básica, densidade de moradores, do destino do lixo, do número de banheiros e do estado de conservação em conjunto é explicada pelo fator qualidade da moradia. O teste de confiabilidade do fator, ou Alpha de Cronbach, é 0,549, valor aceitável quando considera-se 0,5 o valor mínimo para que o fator seja considerado confiável.

vida é melhor no município central da região metropolitana, no caso Belo Horizonte, do que todos os outros municípios juntos.

Variáveis Independentes

As variáveis independentes, ou aquelas a partir das quais procura-se estimar a variação da qualidade da moradia em Belo Horizonte e Região Metropolitana, foram selecionadas com base na proposta de investigar a questão da habitação a partir de características individuais e de caráter comunitário que estejam associadas ao objeto deste estudo.

A "localização do domicílio", a qual, por limitações metodológicas⁸, agrega os demais municípios da região metropolitana e compara à capital mineira. Ainda que tal classificação pareça excessivamente arbitrária, reconhecemos as diferenças entre os municípios da região metropolitana, sendo este um teste que pode verificar, se apesar da generalização, existe diferença considerável entre os padrões habitacionais de Belo Horizonte frente aos outros municípios da região. Para a amostra em questão, contamos com uma distribuição equilibrada entre moradores de BH e da região metropolitana, sendo 573 entrevistados na capital mineira e 549 nos outros municípios da região.

A variável sobre a "propriedade do domicílio" distingue imóveis próprios (quitados ou não), alugados ou cedidos/outra situação. A categoria "alugado" foi considerada categoria de referência, sendo as outras transformadas em variáveis distintas: próprio e cedido, as quais foram incluídas no modelo de regressão linear. Entre os respondentes da PRMBH-2005, 73,2% do total residiam em domicílios próprios (quitados ou não), 15,6% em imóveis alugados e a minoria (11,1%) em domicílios cedidos ou em outra situação de propriedade.

A "participação comunitária" é uma variável binária (participa/ não-participa) que indica se o respondente participa de pelo menos uma das seguintes entidades ou ações comunitárias: associação de moradores, partido político, entidade/ associação ligada a questões específicas (saúde, educação, meio ambiente, cultura), orçamento participativo ou se já participou de reunião na sua comunidade para discutir assuntos de interesse comum. Para a amostra em questão, 68,7% dos

moradores que participaram da PRMBH não participam de nenhuma atividade comunitária.

A variável "tipo de domicílio" agrega casas e apartamentos como moradias convencionais, ou seja, expressa forma mais tradicionais e seguras de moradia. E quartos, cômodos ou outro tipo de domicílio como formas alternativas de morar, entendendo alternativo como formas provisórias ou precárias de moradia. A ocorrência das chamadas moradias alternativas representam 11,5% do total das respostas, as quais demonstram que 84,7% dos moradores da RMBH moram em casas ou apartamentos – moradias convencionais.

Para esta análise, incluímos ainda o "nível socioeconômico" do respondente, dado pelo fator gerado a partir das variáveis anos de escolaridade e salários mínimos per capita na família⁹.

Resultados

Qualidade da Moradia

Para identificar os fatores associados à qualidade da moradia, bem como o efeito da localização do domicílio na mesma, ajustou-se um modelo de regressão linear incluindo covariáveis importantes para a referida análise.

Modelo 1 - \hat{y} (Qualidade da moradia) = $\beta_0 + \beta_1$ (BH) + β_2 (Domicílio próprio) + β_3 (Domicílio cedido) + β_4 (Participação comunitária) + β_5 (Tipo de domicílio) + β_6 (Status socioeconômico)

A primeira covariável é a "localização do domicílio", que possui os outros municípios da RMBH como categoria de referência e informa sobre a possível precariedade da moradia em determinadas áreas além dos limites da cidade, contribuindo, então, para testar a hipótese que supõe, de uma maneira geral, a menor qualidade da habitação na região metropolitana. É imprescindível destacar que o emprego de tal generalização (incluir todos os municípios da Região Metropolitana em uma única categoria) não representa ignorância do recente fenômeno da transferência de grupos com alto poder aquisitivo para municípios vizinhos a regiões centrais nas grandes cidades do Brasil (CALDEIRA, 2000). Contudo, os resultados informam que apesar dessa tendência, as áreas de maior peso fora de Belo Horizonte, são

⁸ Não podemos tomar como parâmetro de análise os outros municípios da RMBH separadamente, agora Belo Horizonte. Pois a amostra é representativa apenas quando se leva em conta todos os municípios em conjunto. Dessa forma, não seria significativo fazermos análises por cada um deles separadamente. Com isso não queremos dizer que o conjunto dos municípios da RMBH é homogêneo, sem particularidades socioeconômicas e históricas, mas que limitações relacionadas ao método de amostragem utilizado na PRMBH nos obrigaram a fazer tal recorte comparativo entre RM e BH.

TABELA 02- ANÁLISE DE REGRESSÃO

Variável Dependente: Fator de Qualidade da Moradia
R² = 0,476 R² Ajustado= 0,473 N = 857

VARIÁVEIS	B	BETA	P-VALOR
BH (BH= 1)	2,890	0,145	0,000
Domicílio Próprio	2,859	0,125	0,000
Domicílio Cedido	-2,269	-0,072	0,025
Participação Comunitária	0,804	0,037	0,134
Tipo de domicílio (Convencional= 1)	5,391	0,175	0,000
Status socioeconômico	0,550	0,543	0,000
Constante	14,076		0,000

Fonte: PRMBH – 2005

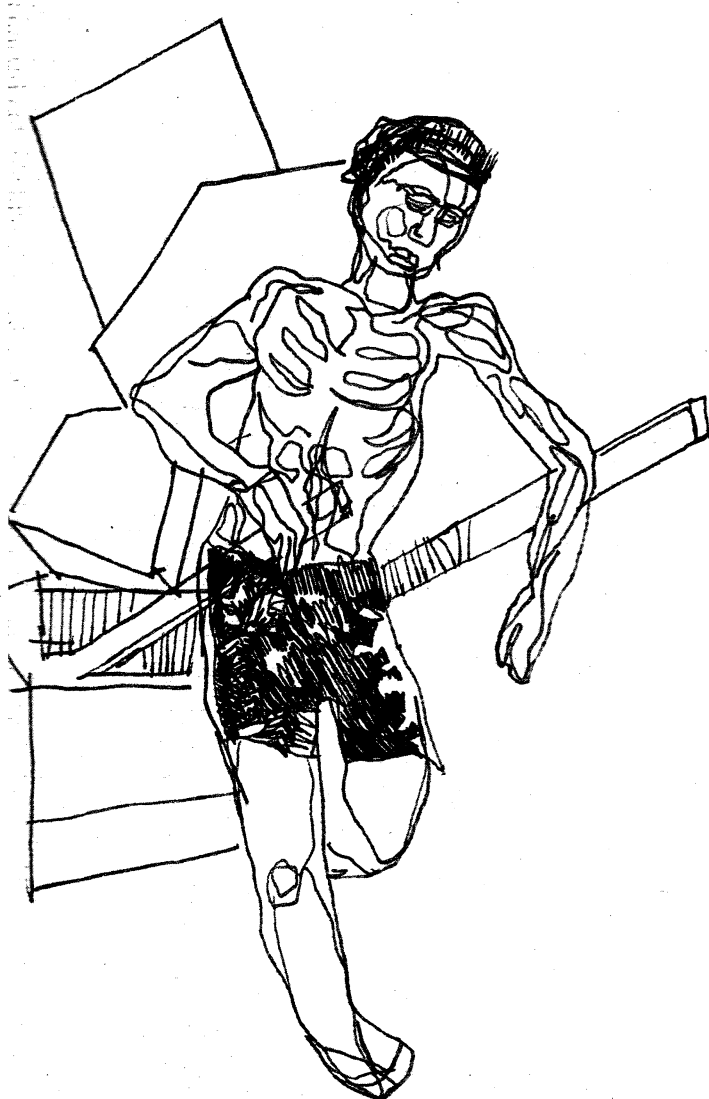
aquelas com menor acesso a serviços básicos de infra-estrutura e menor qualidade da habitação. Assim, observamos que a localização do domicílio, ou residir em Belo Horizonte comparado com residir em Outros Municípios contribui para uma elevação média de 2,890 pontos no índice de qualidade da moradia mantendo-se constantes as demais variáveis incluídas no modelo.

A "propriedade" do domicílio também figura entre os aspectos relevantes para a qualidade da moradia, uma vez que trabalhamos com a idéia de que sendo o indivíduo proprietário de seu imóvel tenderia a investir mais na conservação do mesmo que outros que residem em um imóvel alugado ou cedido. Segundo essa proposta, a propriedade seria um bom indicador da estabilidade do indivíduo a qual poderia ser associada ao maior envolvimento com as questões da comunidade, bem como com a conservação dos imóvel e arredores. Supomos, apoiados em proposições como as de Guimarães (1991), Ribeiro e Azevedo (1996) que esse investimento altera a qualidade da moradia a partir da relação do indivíduo com a manutenção da qualidade de vida no seu local de moradia.

A intervenção estatal nas últimas décadas tendeu a ampliar o acesso à moradia própria principalmente para as classes médias, que abrange trabalhadores do colarinho branco, prestadores

de serviço e comerciantes, isso se deu por causa das formas de financiamento da política de habitação adotada. Por outro lado, essa mesma classe é a que tendeu a apresentar maior número de imóveis alugados, por ser a classe que tem mais condições econômicas de manter o item aluguel no orçamento e apresentar uma alta mobilidade espacial. Para a inclusão da variável de propriedade, a categoria alugada foi mantida como referência, sendo as informações acerca de domicílios próprios e cedidos comparadas a dos domicílios alugados.

De tal maneira, observamos que os moradores da Região Metropolitana residentes em domicílios próprios são melhor classificados no índice de qualidade da moradia quando comparados aos moradores de domicílios alugados - categoria de referência. Mais especificamente, residir em um domicílio próprio contribui para uma elevação média de 2,859 pontos na escala do índice de qualidade da moradia em comparação a morar em uma residência alugada. Por outro lado, para os respondentes que moram em domicílios cedidos verificamos uma redução média da qualidade da moradia tendo a categoria "alugado" como referência, ou seja, o coeficiente estimado para os domicílios cedidos é de -2,269, indicando que morar em espaços cedi-



9 A variância explicada pelo fator em questão é superior a 70% do total da variância das características incluídas no fator. O *Alpha* de Cronbach é a medida de confiabilidade do fator, a qual é considerada satisfatória caso exceda o valor de 0,5 e para o fator do nível socioeconômico é de 0,636.

dos contribui para uma diminuição da qualidade da moradia quando comparada a um domicílio alugado. Apesar da suposição de que a manutenção dos custos com aluguel mantém relação mais estreita com grupos de maior poder aquisitivo, os dados não possibilitam tal constatação, uma vez que segundo o modelo ajustado, residir em domicílios próprios apresentou a maior capacidade explicativa¹⁰ sobre o comportamento da variável dependente quando comparada as outras categorias da variável propriedade (*Beta* = 0,125).

A variável “participação comunitária” foi incluída no modelo de regressão a fim de esclarecer o impacto do associativismo sobre a qualidade da moradia, procurando entender se o nível de organização comunitária contribui para a busca por melhores condições de infraestrutura. Considerando, assim, posicionamentos teóricos que defendem a maior influência de áreas com maiores níveis de participação na destinação de investimentos em melhorias urbanas (RIBEIRO, 2002). Vemos, porém, nos resultados que a relação entre a participação comunitária e o fator de qualidade da moradia não é estatisticamente significativa, demonstrando que a participação nas entidades consideradas não tem alterado as condições de moradia, ou seja, a participação comunitária não contribui diretamente na qualidade de moradia. Reconhecemos a importância dos movimentos populares em defesa da moradia e do diálogo que os mesmos mantêm com o poder público alcançando por vezes vitórias expressivas no que tange à expansão do direito à moradia, contudo, a partir das informações disponíveis para a amostra considerada não é possível afirmar a existência de efeito significativo da participação em associações, partidos, entidades, Orçamento Participativo ou outros grupos de atuação comunitária sobre a qualidade da habitação ao ser controlada por todas as outras variáveis incluídas no modelo de regressão.

A identificação do “tipo de domicílio” como fator condicionante da qualidade da moradia é pertinente no contexto da multiplicação de estratégias de aquisição de residência, pois, pode-

se observar com o desenvolvimento urbano a proliferação de formas alternativas de moradia que influem negativamente nas condições do espaço urbano. Assim, conforme os resultados abaixo, pode-se observar que residir em um domicílio definido como “convencional” adiciona em média 5,391 unidades na escala de qualidade da moradia.

Finalmente, o status socioeconômico é incluído no modelo de regressão no intuito de considerar aspectos como renda e escolaridade na definição da qualidade da moradia, os quais são indispensáveis à compreensão de qualquer fenômeno social em um cenário de intensa desigualdade como aquele em que o Brasil está inserido. Além do mais a variação da renda é um dos elementos fundamentais para explicar os investimentos no bem de moradia. Desse modo, a variável status socioeconômico incrementa em média 0,550 graus na escala de qualidade de moradia. Demonstrando que o nível socioeconômico é o fator do modelo que mais influencia na predição da variável dependente. Em outras palavras, quanto melhor o nível socioeconômico, melhor a qualidade da moradia.

Com o objetivo de empreender considerações mais elaboradas acerca da relação entre a qualidade da moradia, localização do domicílio e o status socioeconômico, adicionamos ao modelo apresentado anteriormente um termo interativo com as duas últimas variáveis, a fim de identificar o peso diferenciado do nível socioeconômico para a qualidade da moradia entre os moradores de BH e dos outros municípios da RM. Nossa hipótese é a de que mediante as dificuldades para a aquisição e manutenção de um domicílio na capital mineira, aspectos econômicos e sociais possuem maior impacto sobre a qualidade da habitação nesse espaço, consequência da maior valorização das áreas centrais e da consequente especulação imobiliária, a qual contribui para a elevação dos preços e da segregação espacial.

Modelo II - \hat{y} (Qualidade da moradia) = β_0 + β_1 (BH) + β_2 (Domicílio próprio) + β_3 (Domicílio cedido) + β_4 (Participação comunitária) + β_5 (Tipo de domicílio) + β_6 (Status socioeconômico) + β_7 (Status socioeconômico x BH).

TABELA 03 – ANÁLISE DE REGRESSÃO – MODELO II

Variável Dependente: Fator de Qualidade da Moradia			
R² = 0,477 R² Ajustado= 0,472 N = 857			
VARIÁVEIS	B	Beta	p-valor
BH (BH=1)	0,524	0,026	0,850
Domicílio Próprio	2,826	0,124	0,000
Domicílio Cedido	-2,328	-0,074	0,022
Participação Comunitária	0,816	0,038	0,129
Tipo de domicílio (Convencional=1)	5,375	0,175	0,000
Status socioeconômico	0,517	0,510	0,000
Nível socioeconômico x BH	0,048	0,131	0,385
Constante	15,690		0,000

Fonte: PRMBH – 2005

10 O valor padronizado do coeficiente de regressão (*Beta*) possibilita a comparação entre a participação de cada uma das variáveis na explicação do comportamento da variável dependente.

Como podemos verificar através dos resultados na tabela 03, o termo interativo não mantém efeito significativo na estimativa da qualidade da moradia mesmo quando controlado pelas outras variáveis. O resultado em questão contribui, assim, para que não possamos confirmar a segunda hipótese dessa pesquisa, a qual supunha um efeito diferencial do nível socioeconômico sobre a qualidade da moradia nas duas regiões, ou seja, não há diferença entre o efeito da renda e escolaridade do entrevistado sobre as condições de habitação. Logo, uma vez que é dado o nível socioeconômico, bom indicador do poder aquisitivo do indivíduo, a localização do domicílio não altera as condições de habitação. Tal resultado indicara que apesar das diferenças apontadas neste e em outros trabalhos, as mesmas não superam a ampla desigualdade social e econômica, a qual condiciona fortemente as condições de moradia na Região Metropolitana de Belo Horizonte. Segundo nossa perspectiva, o combate a problemas da habitação precisam incluir elementos de partilha de poder e tomada de decisões agregando comunidade e governos na complexa tarefa de garantir o reconhecido do direito de morar. Além do mais precisam ser elaboradas formas (no próprio processo de produção do bem moradia, através de novas pesquisas em matérias e dinâmica de trabalho) que torne o preço do imóvel mais acessível às classes populares. Tem que haver também políticas públicas com uma melhor focalização no atendimento a essas classes, para amenizar os efeitos da crise de moradia que é a que mais sofre com o problema. Iniciativas como a de formação de mutirões para a construção e autogestão dos recursos de moradia ou de conjuntos e condomínios para a população de baixa renda que integrem a população e a torna também responsável pelo suprimento do déficit quantitativo e mesmo do qualitativo apresentado aqui, a partir da constante intervenção nas políticas e regulação das ações na comunidade.

Quanto à questão metropolitana, não poderíamos nos posicionar contra o estabelecimento de mecanismos de discussão conjunta entre os municípios para a resolução de problemas intermunicipais como o de moradia. A expansão metropolitana implica o aprofundamento de problemas e desigualdades a serem superadas principalmente pela iniciativa do poder público, que tem que ser capaz de estabelecer parcerias e convênios para a discussão de assuntos específicos comuns a municípios contíguos que formam a região metropolitana. O incentivo a ações desse porte não foi prioritária à Cons-

tituição de 1988, a qual concedeu grande autonomia financeira aos estados e municípios a partir da descentralização, a qual em determinados momentos é revertida em menos democratização e maior influência dos grupos com maior peso econômico sobre a distribuição das políticas e dos recursos (MARES GUIA, 2001) e não abordou adequadamente a questão metropolitana.

Considerações finais

Por derradeiro, urge salientar que no início a crise do setor manifestou-se pela baixa qualidade das moradias e o número insuficiente delas para atender a todos. Ainda que, a crise afetasse toda a população as classes mais atingidas foram as mais pobres. Com o tempo, a urbanização acelerada expôs a incapacidade das cidades em suportar o contingente de pessoas que foram imigrando para área urbana, fazendo com que essas pessoas adequassem sua realidade a condições subnormais de moradia, encerrando o seu processo de ocupação com a queda significativa na qualidade das residências. Além disso, o Estado se mostrou incapaz de atender as demandas formuladas por esse processo que envolve agentes privados, como é o caso do mercado imobiliário e agentes sociais, como é o caso das pessoas atraídas para as cidades em busca de melhores condições de vida.

Então, as políticas de urbanização, como legalização fundiária e de melhorias habitacionais em áreas pouco privilegiadas tem que ser elaboradas de forma integrada com outras políticas urbanas, como transporte, energia elétrica, infra-estrutura. Por que isso se mostra muito mais eficiente para equacionar o problema da habitação do que políticas de financiamento e construção de casas populares (AZEVEDO, 1996, p. 99). Por outro lado, o problema da habitação como pudemos observar nos resultados do termo interativo, está mais relacionado às condições socioeconômicas em que os indivíduos estão inseridos do que propriamente com a localização da sua moradia. Assim, investimentos mais adequados em políticas públicas como melhoria no nível de emprego, aumento do salário mínimo, maior investimento educacional e maior capacitação dos trabalhadores podem ter impactos mais positivos sobre as condições da habitação por afetarem diretamente o nível socioeconômico e a qualidade de vida das famílias de baixa renda, que são o estrato da população que mais sofre com a crise da habitação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BOURDIEU, Pierre. (2003), "Os efeitos do lugar", in *A miséria do mundo*. 5ª edição. Petrópolis, Vozes.
- GONÇALVES, Robson R. (1998), O déficit habitacional brasileiro: um mapeamento por unidades da federação e por níveis de renda domiciliar. *Cadernos IPEA*, 559. Rio de Janeiro.
- GUIMARÃES, Berenice Martins. (1986), *A questão da habitação — Algumas perspectivas de análise do problema na Inglaterra, Estados Unidos e França*. Textos Sociologia e Antropologia, 14. mimeo.
- _____. (1991), *A questão da moradia, o Estado e a Sociedade*. Textos Sociologia e Antropologia, sem número, mimeo.
- HAIR, Joseph F. (2005), *Análise multivariada de dados*. 5ª edição. Porto Alegre, Bookman.
- HISSA, Cássio Eduardo Viana. (2006), "Ambiente e vida na cidade", in BRANDÃO, Carlos Antônio Leite (Org). *As cidades da cidade*. Belo Horizonte, UFMG.
- LAGO, Luciana Corrêa. RIBEIRO, Luiz César de Queiroz. (1996), "A casa própria em tempo de crise: tendências de mudança no processo de trabalho na construção habitacional", in *A crise da moradia nas grandes cidades: da questão da habitação à reforma urbana*. Rio de Janeiro.
- LAGO, Luciana Corrêa do. (2002), "A lógica segregadora na metrópole brasileira: novas teses sobre antigos processos", in *Planejamento e Território — Ensaio sobre a desigualdade*. Cadernos do IPPUR-UFRJ, DP&A.
- MARES GUIA, Virgínia. (2001) "A Gestão na Região Metropolitana de Belo Horizonte: avanços e limites", in FERNANDES, Edésio (org). *Direito Urbanístico e Política Urbana no Brasil*. Belo Horizonte, Del Rey.
- NEGRÃO, Fernanda. GARCIA, Fernando. (s/d), *Indicadores de desenvolvimento habitacional. Setor de Economia*. São Paulo, SindusCon.
- RIBEIRO, Luiz Cezar de Queiroz. (2002), "Segregação, acumulação urbana e poder: classes e desigualdade na metrópole do Rio de Janeiro", in *Planejamento e Território — Ensaio sobre a desigualdade*. Cadernos do IPPUR-UFRJ, DP&A.
- RIBEIRO, Luiz Cezar de Queiroz; AZEVEDO, Sérgio de. (1996), "A produção da moradia nas grandes cidades: dinâmicas e impasses", in *A crise da moradia nas grandes cidades: da questão da habitação à reforma urbana*. Rio de Janeiro.
- ROCHA, Sônia. (2000), "As metrópoles brasileiras às vésperas do terceiro milênio". *Econômica*. 4: 5-24.
- WIKIPEDIA, Conurbação. <<http://pt.wikipedia.org/wiki/Conurbação>>. Acessado em 10/10 de 2006.
- WIKIPEDIA, Conurbação. <<http://pt.wikipedia.org/wiki/Conurbação>>. Acessado em 10/10 de 2006.

DESCOLA, P. *Par-delà nature et Culture*. Gallimard (Bibliothèque des Sciences humaines), 2006, 623p.

Camila de Caux

Graduanda em
Ciências Sociais/
UFMG

1. *Les usages du monde*¹

O livro "Par-delà Nature et Culture" de Philippe Descola chega em um momento importante para as revisões conceituais por que passa a Antropologia contemporânea. Alguns conceitos fundamentais à disciplina têm sido objetos de debates e reformulações críticas, como a noção de "cultura", repensada principalmente a partir dos anos 80 por Roy Wagner e Marilyn Strathern, ou a de "natureza", posta em exame nos anos '90 por Bruno Latour, entre outros. Estas discussões têm agora despontado em todos os âmbitos da antropologia – integrando, mesmo que ainda timidamente, os currículos de cursos de graduação – e é importante que novas contribuições continuem aparecendo para que se possa amadurecer a potencialidade prática destas críticas. Neste contexto, o livro de Descola traz um acréscimo produtivo, ao sintetizar uma série de reflexões anteriores e ao trazer novas concepções sobre o estatuto, a lógica e as relações entre os domínios de natureza e cultura.

Philippe Descola se mostrou interessado nas possibilidades de objetificação da natureza e nas formas de representação simbólica da prática desde a sua tese de doutorado, orientada por Claude Lévi-Strauss. Com efeito, a partir de seu trabalho de campo, realizado de 1976 a 1979 entre os Achuar (índios Jívaro

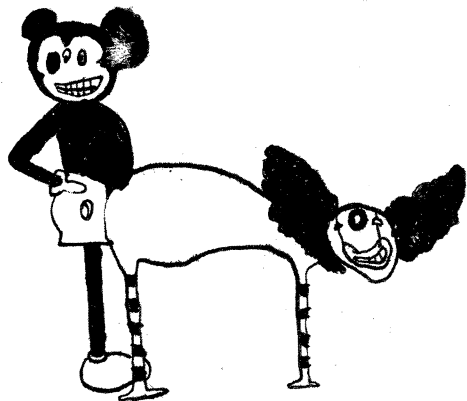
da fronteira entre Equador e Peru), ele pôde constatar a diferença de concepções entre nós e estes índios. A natureza, para eles, não é "uma instância transcendente ou um objeto a socializar, mas o sujeito de uma relação social" (p. 23). O que nós chamamos de natureza – ou aquilo que é, para nós, oposto à cultura – não ocupa a mesma posição cosmológica para eles: natureza e cultura constituem um *continuum* de informações, elas se prolongam e se enriquecem. Descola desenvolveu então, expandindo estas reflexões, um complexo teórico que escapa aos limites das cosmologias ameríndias. Ele vem explicitando seu pensamento desde 2001, em seus seminários de *Anthropologie de la Nature* proferidos no *Collège de France*², e é neste livro que podemos conferir uma sistematização de sua teoria, em um quadro analítico completo disposto segundo regras estritamente estruturais.

Descola começa o argumento de seu livro negando que seu projeto lance mão daquela espécie de "universalismo particular" criticada por Bruno Latour como uma das marcas do estruturalismo em antropologia, isto é, a idéia segundo a qual "uma das sociedades – sempre a nossa – define o quadro geral de natureza em relação a qual as outras estão situadas" (LATOUR, 1994, p. 104). Descola contrapõe este "preconceito naturalístico" (DESCOLA, 1996, p. 82) a um vasto número de exemplos etnográficos que atestam a flexibilidade das fronteiras de acepção do que é natureza e do que é cultura, ou do que é humano e não-humano. Porém, o recente livro de Descola não visa apenas expor estas diferenças cosmológicas, pois sua proposta é bem mais ambiciosa, já que se trata de retomar aquilo que, segundo o autor, constitui o objetivo inicial da Antropologia Comparativa: a construção de um quadro esquemático geral sobre a humanidade – desta vez comparando não suas culturas, mas suas naturezas-culturas. Como ele afirma, "por mais útil que possa ser uma fisiologia das interações, esta não é nada sem uma morfologia das práticas, uma análise praxeológica das formas de experiência" (p. 135). O que Descola pretende, então, é instituir um modelo cartográfico que elucide o que ocorre na "etapa intermediária" entre o inteligível e o empírico.

Se, como afirma Descola (através das palavras do próprio Lévi-Strauss), a estrutura

¹ Como contou Descola em entrevista a Sophie Jospin e Guy Dreux, "Les usages du Monde" (Os usos do Mundo) era o título que o autor pretendia dar inicialmente a seu trabalho, mas o livro de Nicolas Bouvier (*L'Usage du monde*, Payot) interditou este uso. (Entrevista realizada no dia 10 de maio de 2006, disponível no site: <http://www.parutions.com/index.php?pid=1&rid=4&srld=100&ida=7319>)

² Descola é professor titular desta cátedra no Collège de France desde 2000. Em 2001, ele assumiu também a direção do Laboratoire d'Anthropologie Sociale, unidade fundada em 1960 por Lévi-Strauss e pertencente à École des Hautes Études en Sciences Sociales, ao Collège de France e ao Centre National de la Recherche Scientifique.



O MICKEY E O MINNIE
TAMBÉM

social lévi-straussiana “não se refere à realidade empírica, mas aos modelos construídos em conformidade com esta” (LÉVI-STRAUSS, 1958 [1985], p. 305), o que o autor se propõe a pesquisar é a atualização da estrutura na prática. Para tanto, ele utiliza dois “esquemas conceituais”, dois modos fundamentais (cuja distinção, como ele mesmo afirma, é analítica e não fenomenal) de estruturação da experiência individual e coletiva: a identificação e a relação.

2. A Cartografia do Mundo

2.1 Matrizes de identificação

A identificação é o esquema que organiza as diferenças e semelhanças estabelecidas entre os seres e tem como aparato instrumental um par de conceitos essenciais para a lógica classificatória de Descola: a interioridade e a fisicalidade. Para Descola, este par se mostra mais potente que a tradicional oposição natureza e cultura, enquanto permite abranger não só o que chamamos de ‘matéria e espírito’, mas também outras características como, no caso da interioridade, a subjetividade, a consciência, os perceptos, a intencionalidade, e, no caso da fisicalidade, a forma exterior, a substância, os processos fisiológicos e perceptivos e as expressões tangíveis próprias a um ser. Porém, mesmo sendo detentora de potência conceitual diversa, a rigorosa separação entre natureza/cultura e interioridade/fisicalidade parece, em algumas passagens, ter sua distância diminuída, deixando a impressão que Descola utiliza essas noções ainda como coincidentes argumentativos: ele parece, por vezes, não considerar diferentemente a natureza e a cultura, mas considerar culturas que consideram diferentemente esta relação.

Contudo, com base em um jogo de atribuição positiva ou negativa de interioridades é fisicalidades, Descola chega a um quadro (bastante abrangente, devo ressaltar) dos quatro modos possíveis de posicionar os limites entre eu (ou o que se identifica a mim) e tu (ou o que difere). São quatro sistemas ontológicos que, por hipótese, não são exclusivos, mas que podem coexistir – em potência, ao menos – em determinadas conjunturas. São eles:

QUADRO 1 – Matrizes de Identificação

Animismo	Totemismo
semelhança de interioridades	semelhança de interioridades
diferença de fisicalidades	semelhança de fisicalidades
Naturalismo	Analogismo
diferença de interioridades	diferença de interioridades
semelhança de fisicalidades	diferença de fisicalidades

A matriz ontológica do animismo³ está presente no pensamento do autor desde seu trabalho de campo com os Achuar. Nesta fórmula cosmológica, os humanos atribuem a (certos) não-humanos uma humanidade idêntica à sua; eles supõem haver uma continuidade cultural originária, diversificada através da descontinuidade natural, ou diversidade de corpos, concebidos não como substância, mas como ‘forma’ (ou conjunto de afetos, ornamentos e ‘equipamentos biológicos’ de cada espécie). Os coletivos que se formam no animismo refletem a semelhança de interioridades: todas as outras espécies (inclusive espíritos) que são supostas, pelos humanos, possuem uma humanidade análoga à sua são “sociedades completas”, ou “tribos espécies”, que desempenham as mesmas atividades e normas sociais que os humanos. Segundo Descola, então, estes coletivos são antropogênicos, enquanto são concebidos de acordo com a linguagem e o modelo das relações entre os humanos: são os humanos que estendem suas características aos não-humanos.

Este raciocínio, porém, provoca certa desconfiância acerca de sua argumentação, pois o que Descola parece afirmar é que a humanidade dos outros só pode ser concebida a partir daqueles que são os únicos humanos “legítimos”, a humanidade enquanto espécie. Resta a impressão, então, de que são ainda as tradicionais visões de natureza e cultura que ordenam esta sua concepção, pois é o humano natural (a espécie humana) que, culturalmente, atribui potência cultural a outros seres naturais. A continuidade entre o humano e o não-humano é social – mas só é social porque é (naturalmente) humana. Parece, então, que o animismo de Descola parte de um pressuposto que não abandona as bases naturalistas.

De fato, o naturalismo, por ser estruturalmente enquadrado como oposto simétrico ao animismo, aparece como o facilitador, se não condicionador da compreensão deste. Ele propõe a semelhança das fisicalidades e diferença das interioridades e tem como paradigma a unidade natural e a multiplicidade cultural. A partir de um ‘progresso’ científico de bases biológicas evolucionistas, estabelece-se a continuidade física dos seres – todos possuidores da mesma substância natural, disposta em formas diferentes – e dota-se uma espécie, a nossa, de uma descontinuidade cultural. Como afirma Tim Ingold, a especificidade humana está no fato de que “*whereas the differences among animal species are differences in nature, humans are different in being half in nature, half out*” (1990, p. 113). O que diferencia, então, os humanos dos não-humanos é a interioridade, e são os humanos aqueles capazes de classificar, nomear e tipificar a posição das outras espécies, dentro do contínuo material. O coletivo naturalista, portanto, assemelha-se ao animista enquanto prioriza e estende as relações de uma sociedade, a humana, para outras; porém, enquanto o animismo atribui sociabilidade a um sem número de não-humanos, o naturalismo se impõe de for-

³ Uma antiga discussão com Perspectivismo, postulada por Eduardo Viveiros de Castro e Tânia Stolze Lima, é retomada por Descola neste ponto, depois de um longo debate anterior entre estes autores. Para Descola, como o animismo, o perspectivismo afirma que os humanos e os não-humanos se vêem como humanos e que os humanos vêem não-humanos como não-humanos; porém, em um jogo pronominal de relações, e à diferença do animismo, para o perspectivismo, os não-humanos se vêem como humanos e vêem os humanos como não-humanos. Já o animismo afirma que os não-humanos, vendo-se como humanos, vêem os humanos como igualmente humanos, mas com costumes (ou formas) diferentes. Segundo Descola, porém, a partir das próprias palavras de Viveiros de Castro, o perspectivismo é um “corolário etno-epistemológico” do animismo: ele postula e investiga uma complexidade de relações lógicas emergentes do animismo, sem que os povos que o praticam as tenham postulado; estas relações não são, para Descola, atesta das etnograficamente, ou, ao menos, não são generalizáveis. Para o Perspectivismo, por sua vez, o animismo é problemático justamente por ter a linguagem fixa e rígida de alma (ou humanidade comum) para as cosmologias indígenas; a questão em jogo não é um estado fixo, mas a mudança de ponto de vista. Vd. Descola (1992 e 1996) e Viveiros de Castro (1996 e 2002); além disto, cfr. as discussões atuais de Lima (2006a, 2006b).

ma bastante exclusivista e antropocêntrica. O social é próprio de tudo aquilo que não é natural – e, tautologicamente, é natural tudo aquilo em que falta o social (p. 355).

No totemismo, Descola opera uma quebra – ou desenvolvimento – da noção lévi-straussiana: se para Lévi-Strauss o totemismo é um método classificatório, para Descola ele é uma matriz ontológica. A grande novidade trazida à tona é que a própria noção de “totem” não provém da classificação biológica da espécie natural que caracteriza o grupo, mas é uma qualidade antecedente à nominação da entidade natural totemica – por vezes, é uma qualidade anterior que doa o nome à própria entidade. Ela designa, então, uma característica ontológica primeira, compartilhada pela entidade e pela classe da qual ela passa a ser emblema – um quadro cosmológico de origem. A relação com o totem não é mais concebida como a identificação classificatória de um humano a um não-humano, mas como uma afinidade (e atualização) de qualidades entre todos os seres que compartilham a mesma origem, através de um mesmo ser prototípico. O totemismo é cosmogênico, pois seus atributos são pré-existent à natureza e à cultura; seus coletivos são internamente homogêneos, com características naturais e culturais.

Já o analogismo é o esquema de identificação sistematizado mais recentemente por Descola. Ele não apresenta interioridades ou fisicalidades em comum; seu traço fundamental é uma densa rede de analogias entre características, propriedades e movimentos de seus seres, de forma a poder passar a aparência de continuidade. Este esquema se exprime, por exemplo, em “correlações entre microcosmo e macrocosmo que estabelecem a geomancia ou a divinação chinesa, ou na idéia, corrente na África, de que as desordens sociais são capazes de conduzir a catástrofes climáticas” (p. 280). Seu coletivo é como seus seres, intimamente fragmentado, unido somente por um esforço analógico de similitudes.

2.2 Modos de relação

Estas quatro matrizes de identificação são sistemas anteriores e mais amplos que os modos de relação estipulados por Descola. Elas emolduram as relações, mas, ao mesmo tempo, uma relação (ou a mistura de relações) pode fornecer a aparência geral que uma matriz possui. Pois a relação é o esquema que articula os modos pelos quais as interações são moldadas nas diferentes matrizes de identificação. É ela que dá o aspecto de homogeneidade aparente a um coletivo, pois ela delimita os comportamentos distintivos de um grupo, externalizando as fronteiras com outros coletivos. De todos os infinitos modos de relação que se pode estabelecer entre os seres, Descola escolheu seis que desempenham papéis preponderantes e estruturantes – não excluindo o fato de que possam

coexistir (subalternamente), em uma ontologia, outros modos fortemente contaminados por aquele preponderante. São eles:

QUADRO II – Modos de Relação

1) troca, predação e dom	2) produção, proteção e transmissão
relações potencialmente reversíveis entre termos semelhantes	relações unívocas entre termos não equivalentes

O primeiro grupo reúne modos de relação que fazem circular valores “entre sujeitos equiestatuários dos quais a identidade ou a essência não é transformada pela atualização da relação que os une” (p. 456). Há uma separação entre a troca, que é simétrica, pois exige sempre uma contrapartida, e a predação e o dom, que são por definição assimétricos, apesar de potencialmente reversíveis. A troca teve seus fundamentos desenhados por Lévi-Strauss, em sua análise do parentesco como maneira de instituir relações de aliança entre pessoas; a reciprocidade da troca é agente da integração. No dom, ao contrário da regra de retribuição explicitada por Mauss, o retorno da dádiva não é nunca garantido, pois ele é independente do ato de dar: a obrigação vinda do dom não é “nem obrigatória nem obrigadora” (*ni obligatoire ni obligataire*) (p. 430), ela é puramente moral. Algumas sociedades possuem o costume de retribuir o dom com um contra-dom, mas este fato não pode ser generalizado. O dom é uma assimetria positiva, ao contrário da predação, que consiste em apropriar-se de um valor. De fato, a predação é uma “destruição produtiva”, enquanto não implica crueldade, mas transforma a presa em um elemento de alta importância – ela é sua condição de sobrevivência. A predação é um modo de incorporar a alteridade permanecendo fiel a si mesmo.

As relações do segundo grupo são unívocas, “orientadas e irreversíveis entre termos não-substituíveis, pois hierarquizados de maneira intrínseca” (p. 456). A produção se caracteriza por uma conexão de antecedência genética do produtor; apesar da diferença de concepções desta relação (nós, por exemplo, concebemos um ‘criador intencional’ de um produto, enquanto os ameríndios concebem uma relação entre sujeitos), há sempre uma situação de dependência da entidade produzida. A proteção é uma relação entre o sujeito que a exerce e aqueles que dela se beneficiam, mesmo que estes termos possam ser facilmente intercambiáveis. A transmissão, da maneira como o autor a concebe, é o que “permite a ação (*emprise*) dos mortos sobre os vivos através do empreendimento (*entreprise*) da filiação” (p. 450). Ela é uma relação de dependência consentida em uma conexão temporal.

3. O mundo

O quadro analítico que resulta do livro é um passo possível para se pensar uma alternativa à projeção etnocêntrica de concepções (e práticas)

ocidentais a outros sistemas de pensamento. Como afirma Descola, suas hipóteses ("de natureza heurística") "têm unicamente por ambição oferecer um esboço daquilo que poderia ser uma maneira diferente de tratar os fatos sociais" (p. 549), e ela já traz bons resultados se permite englobar "economicamente uma maior quantidade de entidades materiais e ideais do que a que autoriza a clássica oposição entre a universalidade da natureza e a contingência das sociedades humanas" (p. 550).

É certo que um projeto desta envergadura pode parecer um tanto descontextualizado atualmente; além disto, é um tanto duvidosa sua intenção de ir para além da natureza e da cultura, se estes termos continuam utilizados (implícita e explicitamente) constantemente até o final da obra. Porém, o que me parece importante é o tratamento diferenciado que Descola dá a estes dois complexos de categorias – cultura e interioridade; natureza e fisicalidade – flexibilizando o tipo de abordagem que geralmente lhes é imposto.

Não há como negar que a divisão ocidental em domínios distintos de natureza e cultura, cada uma com seu programa metodológico próprio,

foi útil para o desenvolvimento e ampliação das redes de relações ocidentais – seja entre os humanos, seja com os não-humanos. Porém, é certo também que esta divisão tenha gerado fortes consequências ambientais, éticas, políticas, econômicas, jurídicas etc., a ponto de nos vermos agora em necessidade de reconsiderar algumas instituições conceituais de nossa configuração do mundo. Um passo necessário é, portanto, começar a praticar outras (e novas) maneiras de pensar o mundo, a fim de, posteriormente, conseguirmos pensar outras maneiras de praticá-lo. Os problemas atuais não são direcionados a alguns poucos campos específicos de problematização – a ecologia, a biologia, a genética, a física etc. Eles são problemas que se estendem igualmente à Antropologia, enquanto ela trata das relações entre os humanos e com os não-humanos; em suma, o problema lhe concerne igualmente se, como Descola tencionou no prefácio deste livro, não se pretende fazer somente uma antropologia – ou uma ciência do homem – mas uma ciência do conjunto de seres do coletivo. Ou, caso assim se queira, "em termos mais convencionais" (p. 15), fazer uma antropologia da cultura que se alinhe a (*se doubler de*) uma antropologia da natureza.

Submetido em 20/03/2007
Aprovado em 04/05/2007

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

DESCOLA, Philippe. (1996), "Constructing Natures: symbolic Ecology and social practice", in G. Palsson & P. Descola, *Nature and Society: anthropological perspectives*. London, Routledge.

_____. (1992), "Societes of Nature and the Nature of Society", in A. Kuper (ed.), *Conceptualizing Society*, London/New York, Routledge.

INGOLD, Tim. (1990), "Debate: human worlds are culturally constructed", Against the motion (1), in T. Ingold (ed.), 1996), *Key Debates in Antropology*, London/New York, Routldge.

LATOUR, Bruno. (1994), *Jamais Fomos Modernos: ensaio de antropologia simétrica*. Tradução de Carlos Irineu da Costa. Rio de Janeiro, Ed. 34.

LÉVI-STRAUSS Claude. (1958), *Anthropologie Structural*. Paris, Plon. Tradução tirada da versão brasileira: (1985) "A noção de estrutura em Etnologia", *Antropologia Estrutural*, 2ª edição. Rio de janeiro, Tempo Brasileiro (Coleção Biblioteca Tempo Universitário, 7).

LIMA, Tânia Stolze Lima. (2006a), "Olhada-de-onça", 30º Encontro Anual da ANPOCS, 2006, Mesa: Diferenças, diferenças: regimes contemporâneos da natureza. (comunicação oral).

_____. (2006b), "O poder de uma fala", IV Jornada de Ciências Sociais, *O poder no pensamento social: dissonâncias de uma mesmo tema*, Mesa: Antropologia e Poder. (comunicação oral).

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. (1996), "Os Promomes Cosmológicos e o Perspectivismo Ameríndio". *Mana — Estudos de Antropologia Social*, Rio de Janeiro, 2, 2: 115 – 144.

_____. (2002), "O nosso relativo". *Mana — Estudos de Antropologia Social*, Rio de Janeiro, 8, 1: 113-148.



Informações e Instruções para Colaboradores

A COMISSÃO EDITORIAL E A SELEÇÃO DOS ARTIGOS

O processo de seleção dos artigos que serão publicados estará submetido a uma prévia avaliação da Comissão editorial, obedecendo a princípios seletivos pré-estabelecidos pela coordenação expostos no seguinte endereço: www.fafich.ufmg.br/~revistatrespontos.

A comissão será formada por doze (12) integrantes, sendo seis (6) alunos, selecionados pelo próprio conselho atualmente formado e aprovados pelo Centro Acadêmico de Ciências Sociais e pelos Departamento de Sociologia e Antropologia e Departamento de Ciência Política, e seis (6) professores correspondentes às três áreas afins ao curso de Ciências Sociais (Sociologia, Antropologia e Ciência Política), indicados pelos respectivos departamentos pelos critérios por eles estabelecidos.

Dentro das atribuições da Comissão Editorial, destaca-se:

- Reunir-se periodicamente, como convocação prévia de todos os membros;
- Promover a publicidade da revista em livrarias, faculdades de ciências humanas e sociais, bem como no próprio ambiente acadêmico;
- Zelar pelo caráter acadêmico-científico do periódico;
- Definir o corpo de pareceristas adequado às demandas dos colaboradores.

Os critérios de seleção dos artigos pela Comissão Permanente serão os seguintes:

- Originalidade do trabalho;
- Cientificidade do artigo;
- Articulação das idéias e qualidade da escrita;
- Adequação às normas da Revista;
- Relevância da publicação.

Normas aos colaboradores da REVISTA TRÊS [...] PONTOS:

1. ENVIO DE CONTRIBUIÇÕES E RECOMENDAÇÕES GERAIS:

A *Revista Três [...] Pontos* recomenda aos seus colaboradores que enviem seus trabalhos (artigos, ensaios bibliográficos ou resenhas) condizentes com as seguintes normas:

- 1.1. O recebimento de trabalhos será feito unicamente via e-mail.

S Contato: revistatrespontos@fafich.ufmg.br

- 1.2. O autor deve inserir no campo "assunto" do e-mail as palavras "Submissão de artigo".
- 1.3. Os artigos apresentados devem conter no mínimo 3 mil palavras e no máximo 5 mil.
- 1.4. As resenhas não devem ultrapassar 5 laudas – em fonte Times New Roman, tamanho 12, espaçamento 1,5, margens (todas) 2,5cm.
- 1.5. Os livros resenhados deverão: (1) ter lançamento recente ou (2) serem pouco conhecidos pelo público, mas ainda assim relevantes (P.Ex.: Obras Raras tornadas públicas recentemente). Em poucas palavras, *recomendamos originalidade na escolha dos livros a serem resenhados*.
- 1.6. Para que o corpo de pareceristas não tenha acesso à identidade do(s) autor(es), a Comissão Editorial fará uma cópia do artigo sem quaisquer dados sobre o autor (nome, instituição, professor orientador, agradecimentos), e tal cópia será enviada para os pareceristas de modo a garantir o anonimato do autor.

Normas e orientação para formatação de artigos

1. **Formatação do documento:** os trabalhos devem ser apresentados de modo legível. A formatação do artigo deve ser feita da seguinte maneira:

1.1. **Entre linhas:** um e meio (1,5).

1.2. **Margens** (todas): 2,5 cm.

1.3. **Alinhamento:** justificado.

1.4. **Fonte:** Times New Roman, tamanho 12.

1.5. **Grifos:**

1.5.1. **Aspas** (" "): apenas para metáforas, transcrições e citações.

1.5.2. **Negrito:** somente para títulos de capítulos, tópicos, tabelas e gráficos.

1.5.3. **Sublinhado:** jamais é utilizado.

1.5.4. **Itálico:** palavras estrangeiras, títulos de livros, jornais, artigos, teses etc., quando aparecerem no corpo do texto. Apenas muito excepcionalmente o itálico deve ser usado para ressaltar palavras e expressões — sugerimos, no entanto, que esse artifício seja evitado.

2. **Estrutura do artigo:** o artigo deve apresentar dois resumos, um em português e outro em inglês, também se aplicando tal norma às palavras-chave.

2.1. **O artigo ainda deve conter as seguintes informações:** o(s) nome(s) completo(s) do(s) autor(es), qual(is) período(s) está(ão) cursando, o nome da universidade. Caso pertençam a alguma linha ou projeto de pesquisa, os autores devem explicitá-los juntamente com o nome de seus professores orientadores— em caso de alunos de outra universidade, o número de registro na universidade e, caso seja(m) bolsista(s) de iniciação científica, a(s) instituição(ões) ao qual está(ão) vinculado(s) e a(s) área(s) de pesquisa. Além disso, deve(m) indicar e-mail para contato. O(s) colaborador(es) deve(m) especificar caso deseje(m) que o e-mail conste no trabalho.

2.2. **Os resumos** devem ser redigidos pelo próprio autor do trabalho. O resumo deve ser a síntese dos pontos relevantes do texto, em linguagem clara, concisa e direta, e deve conter cerca de 5 linhas. No caso dos resumos em inglês, a Comissão Editorial está autorizada a realizar modificações, caso considere conveniente, especialmente quando os resumos não estiverem devidamente elaborados de acordo com critérios gramaticais e semânticos da língua.

2.3. **Notas de rodapé:** as notas de rodapé destinam-se a prestar esclarecimentos ou tecer considerações que não devam ser incluídas no texto para não interromper a sequência lógica da leitura. Essas notas devem ser reduzidas ao mínimo, devem estar dispostas em ordem numérica ao longo do texto (recomenda-se que se utilize o sistema automático de inserção de notas de rodapé dos programas de texto, como o Microsoft Word).

2.4. **Figuras:** são desenhos, gráficos, fotografias, fotomicrografias, etc., com os respectivos títulos precedidos da palavra FIGURA e do número de ordem em algarismo arábico. No texto devem ser indicados pela abreviatura Fig., acompanhada do número de ordem.

2.5. **Quadros:** denomina-se quadro a apresentação de dados de forma organizada, para cuja compreensão não seria necessária qualquer elaboração matemático-estatística. A identificação se fará com o nome do elemento QUADRO, seguido do número de ordem em algarismo romano.

2.6. **Tabelas:** Na apresentação de uma tabela devem ser levados em consideração os seguintes critérios: toda tabela deve ter significado próprio, dispensando consultas ao texto; a tabela deve ser colocada em posição vertical, para facilitar a leitura dos dados. No caso em que isso seja impossível, deve ser colocada em posição horizontal, com o título voltado para a margem esquerda da folha. Se a tabela ou quadro não couber em uma página, deve ser continuado na página seguinte. Neste caso, o final não será delimitado por traço horizontal na parte inferior e o cabeçalho será repetido na página seguinte. Não devem ser apresentadas tabelas nas quais a maior parte dos casos indiquem inexistência do fenômeno. É recomendável que o autor sempre inclua a fonte dos dados utilizados na tabela, geralmente abaixo da mesma.

Orientações técnicas: Citações e referências bibliográficas

1. **Citação de autores no texto:**

1.1. Um autor: No caso em que o nome do autor vem entre parênteses, este deve estar em letra maiúscula, seguido de vírgula, e o ano da publicação:

Exemplo: (FIALHO, 2004).

- 1.2. No caso da indicação do autor estar fora dos parênteses, o nome do autor não deve estar em letras maiúsculas, como no exemplo:

Exemplo: "Fialho (2004) afirma ..."

- 1.2. No caso da existência de dois autores para a mesma publicação, a formatação segue o mesmo padrão mostrado acima, mas deve haver o acréscimo da letra "&", no caso da menção feita entre parênteses:

Exemplos: "Nunes e Silame (2006) defendem..." ou "(NUNES & SILAME, 2006)";

- 1.3. Três ou mais autores: até três autores, todos devem ser referenciados.

Exemplo: "Martins, Jorge e Marinho (1972)" ou "(MARTINS, JORGE e MARINHO, 1972)";

- 1.4. Mais de três autores: devem ser mencionados os três primeiros autores, seguidos da expressão "*et al.*" em itálico, acrescida da data e da página, conforme já mostrado:

Exemplo: "JARDIM, SUZANO, JAMIL *et al.* (1965)" ou "(JARDIM, SUZANO, JAMIL *et al.*, 1965)";

- 1.5. Citação de trabalhos de diferentes autores: todos eles são mencionados, obedecendo-se a ordem alfabética ou cronológica:

Exemplos: "Atanasiu (1967), King (1965), Lirons (1955), Thomas (1973)"; ou "(ATANASIU, 1967, KING, 1965, LIRONS, 1955, THOMAS, 1973)";

- 1.6. Citações de diversos documentos de mesmos autores publicados em um mesmo ano: são distinguidas pelo acréscimo de letras minúsculas do alfabeto após a data, e sem espaçamento.

Exemplo: "Carraro (1973a)", "Carraro (1973b)", "(VOLKMAN & GOWANS, 1965a)", "(VOLKMAN & GOWANS, 1965b)";

- 1.7. Coincidência de autores com o mesmo sobrenome e data: acrescentar as iniciais de seus prenomes:

Exemplo: "Barbosa, N. (1958)"; "(BARBOSA, R., 1958)";

- 1.8. Citação de citação: identificar a obra diretamente consultada. A expressão latina *apud* significa citado por, conforme, segundo.

Exemplos: "Silva *apud* Pessoa (1980) diz:" ou "(SILVA *apud* PESSOA, 1980)";

- 1.9. Citação onde conste a numeração das páginas utilizadas: acrescentar uma vírgula após o ano da publicação, seguindo de "p.", espaçamento e o número da página. No caso em que a citação ocupa duas páginas na publicação original, então utiliza-se o hífen entre os números das páginas

Exemplos: "(BARBOSA, 2006, p. 45)" ou "(BARBOSA, 2006, p. 46-47)";

2. Transcrição textual de parte da obra:

- 2.1. Citação: é a menção no texto de uma informação colhida de outra fonte. Pode ser direta, indireta e citação de citação.

- 2.1.1. Citação direta: é a cópia exata ou transcrição literal de outro texto (leis, decretos, regulamentos, fórmulas científicas, palavras ou trechos de outro autor). O tamanho de uma citação determina sua localização no texto da seguinte forma:

- 2.1.1.1. Até 3 linhas: deve ser contida entre aspas duplas. As aspas simples são utilizadas para indicar citação no interior da citação.

Exemplo: De acordo com Faria (2003, p. 32), "A essa determinação, Pêcheux denomina de 'formação ideológica'[...]"

- 2.1.1.2. Mais de 3 linhas: deve ser destacada com um recuo da margem esquerda (4 cm), com letra aspas e em itálico.

Exemplo:

De acordo com BORGES (2003, p. 45),

"Pelos dados do IBPT, os contribuintes brasileiros pagaram aos governos federal, estaduais e municipais a soma de R\$ 546,97 bilhões no ano passado (R\$ 482,36 bilhões em 2002). Esse valor indica que a carga sobre o PIB cresceu 0,23 ponto percentual em 2003 em relação a 2002. Com base nesse aumento, a carga tributária do ano passado será de 36,68% do PIB -estava em 36,45% em 2002".

2.2. Supressões, acréscimos e comentários: utilizar colchetes []

Exemplo: "Esta [a cultura humana] só desenvolveu-se porque o homem tem a faculdade lingüística por excelência. Isto é, o homem necessita de significados para viver [...]"

2.3. Ênfase em trechos da citação: indicar com a expressão "grifo nosso" ou "grifo do autor" entre parênteses, após a chamada da citação.**2.4. Notas de rodapé:** as notas de rodapé destinam-se a prestar esclarecimentos ou tecer considerações que não são incluídas no texto para não interromper a seqüência lógica da leitura. Sugerimos que tais notas sejam pouco utilizadas.**2.5. Referências bibliográficas:** para a elaboração das referências bibliográficas solicitamos que seja seguida uma padronização própria da *Revista Três [...] Pontos*. As regras gerais são as seguintes:

- 2.5.1. Livro:** sobrenome do autor (em caixa alta) /VÍRGULA/ seguido do nome (em caixa baixa) /PONTO/ data entre parênteses /VÍRGULA/ título da obra em itálico /PONTO/ nome do tradutor /PONTO/ número da edição, se não for a primeira /VÍRGULA/ local da publicação /VÍRGULA/ nome da editora /PONTO. (Obs: No caso de 2 autores, separa-los com "&". No caso de três ou mais autores, separa-los com ponto e vírgula ";").

Exemplo: SACHS, Ignacy. (1986), *Ecodesenvolvimento, crescer sem destruir*. Tradução de Eneida Cidade Araújo. 2ª edição, São Paulo, Vértice.

- 2.5.2. Artigo:** sobrenome do autor, seguido do nome e da data (como no item anterior) / "título do artigo entre aspas" /PONTO/ nome do periódico em itálico /VÍRGULA/ volume do periódico /VÍRGULA/ número da edição /DOIS PONTOS/ numeração das páginas.

Exemplo: REIS, Elisa. (1982), "Elites agrárias, state-building e autoritarismos". *Dados*, 25, 3:275-96.

- 2.5.3. Coletânea:** sobrenome do autor, seguido do nome e da data (como nos itens anteriores) / "título do capítulo entre aspas" /VÍRGULA/ in (em itálico) / iniciais do nome, seguidas do sobrenome do(s) organizador(es) /VÍRGULA/ título da coletânea em itálico /VÍRGULA/ local da publicação /VÍRGULA/ nome da editora /PONTO.

Exemplo: ABRANCHES, Sérgio Henrique. (1987), "Governo, empresa estatal e política siderúrgica: 1930-1975", in O.B. Lima & S.H. Abranches (orgs.), *As origens da crise*, São Paulo, IUPERJ/Vértice.

- 2.5.4. Teses acadêmicas:** sobrenome do autor, seguido do nome e da data (como nos itens anteriores) /VÍRGULA/ título da tese em itálico /PONTO/ grau acadêmico a qual se refere /VÍRGULA/ instituição em que foi apresentada /VÍRGULA/ tipo de reprodução (mimeo ou datilo) /PONTO.

Exemplo: SGUIZZARDI, Eunice Helena. (1986), *O estruturalismo de Piaget: subsídios para a determinação de um lugar comum para a Ciência e a Arquitetura*. Tese de Mestrado, Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo, datilo.

- 2.5.5. Sites:** NOME DO SITE /PONTO/ <endereço eletrônico> /PONTO/ Data de acesso /PONTO.

Exemplo: CÂMARA DOS DEPUTADOS. <www.camara.gov.br>. Acessado entre 20/03 e 15/07 de 2006.

OBS: Pedimos que atentem para o fato de que só devem utilizar nas Referências Bibliográficas as obras citadas no corpo do texto.

IMPORTANTE: Todas as normas não mencionadas neste regulamento deverão seguir o padrão ABNT.